

**PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE ATÉ 1.300 (mil e trezentas)
COTAS DO**

**PERFORMA INVESTIMENTOS SC- I
FUNDO MÚTUO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS**

CNPJ/MF nº 13.107.005/0001-60

perfazendo um patrimônio de até

R\$ 26.000.000,00

(vinte e seis milhões de reais)

A Oferta foi inicialmente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o nº CVM/SRE/RFO/2011/002 em 03/10/2011

O PERFORMA INVESTIMENTOS SC- I FUNDO MÚTUO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS (“FUNDO”), constituído em conformidade com a Instrução Comissão de Valores (“CVM”) nº 209, de 25 de março de 1994, conforme alterada, e com o Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob o nº 13.107.005/0001-60, administrado e gerido por **PERFORMA INVESTIMENTOS LTDA.** sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2001, 8º andar, conjunto 809, Bela Vista, CEP 01311-931, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.462.720/0001-18 (“**ADMINISTRADORA**”), autorizada pelo Ato Declaratório da CVM nº9529, de 26.09.2007, para o exercício profissional de administração de carteira, conforme previsto no artigo 23, da Lei nº 6.385/76 e na Instrução CVM 306/99, conforme deliberado pelo Instrumento de Constituição do FUNDO, datado 30 de dezembro de 2010 e registrado em 03 de janeiro de 2011, no 5º Oficial Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro – Capital – RJ, sob o nº 805136, sendo posteriormente alterado por Ato do Administrador datado de 03 de fevereiro de 2011 e registrado em 11 de fevereiro de 2011, no 5º Oficial Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro – Capital – RJ, sob o nº 809142 e no 10º Oficial Registro de Títulos e Documentos de São Paulo – Capital – SP, em 13 de maio de 2011, sob o nº 1.948.850; por Instrumento Particular de Alteração datado de 07 de junho de 2011 e registrado em 10 de junho de 2011, no 10º Oficial Registro de Títulos e Documentos de São Paulo – Capital – SP, sob o nº 1.951.785, e por fim pelo Instrumento Particular de Alteração datado de 06 de setembro de 2011 e registrado na mesma data, no 10º Oficial Registro de Títulos e Documentos de São Paulo – Capital – SP, sob o nº 1.959.316, sendo que seu regulamento atual encontra-se registrado no 10º Oficial Registro de Títulos e Documentos de São Paulo – Capital – SP, sob o nº 1.959.316, está ofertando 1.300 (mil e trezentas) cotas (as “**Cotas**”), nominativas e escriturais, divididas em divididas em 1.040 (mil e quarenta) Cotas de Classe A e 260 (duzentos e sessenta) Cotas de Classe B, sendo o valor unitário inicial das Cotas de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de modo a perfazer o valor total de emissão de até R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais). **AS COTAS OBJETO DA PRESENTE OFERTA NÃO SERÃO NEGOCIADAS EM BOLSA DE VALORES OU MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO, NÃO PODENDO SER ASSEGURADA A DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÕES SOBRE OS PREÇOS PRATICADOS OU SOBRE OS NEGÓCIOS REALIZADOS.**

Administrador e Gestor



Distribuidor e Controlador



**BNY MELLON
ASSET SERVICING**

Custodiante



Bradesco

Consultor Jurídico

**BARCELLOS
TUCUNDUVA
ADVOGADOS**

O presente Prospecto é datado de 09 de setembro de 2011.

AVISOS

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DA ABVCAP E DA ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES E DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU VENDA DAS COTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, DA ABVCAP OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DA ADMINISTRADORA E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DA ADMINISTRADORA DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” DESTES PROSPECTOS (PÁGINAS 16 a 18).

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A ADMINISTRADORA DO FUNDO MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS COTISTAS.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SUA ADMINISTRADORA, DO CUSTODIANTE, DO DISTRIBUIDOR OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTOS QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTES PROSPECTOS QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TODO COTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SUBSCRIÇÃO DE COTAS DE COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO E DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTES PROSPECTOS E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA À ADMINISTRADORA, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA, AO DISTRIBUIDOR E NA CVM.

AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS TRIBUTOS APLICÁVEIS BASEIAM-SE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM VIGOR E TÊM POR OBJETIVO DESCREVER GENERICAMENTE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO COTISTA E AO FUNDO NESTA DATA, SENDO PASSÍVEL DE ALTERAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO ORA EM VIGOR. EXISTEM EXCEÇÕES E TRIBUTOS ADICIONAIS QUE PODEM SER APLICADOS, MOTIVO PELO QUAL O COTISTA DEVE CONSULTAR SEUS ASSESSORES JURÍDICOS COM RELAÇÃO À TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL NOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO FUNDO.

ÍNDICE

I - DEFINIÇÕES.....	5
II - RESUMO CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO.....	10
III - IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA	12
IV - IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CONTRATADOS.....	12
V - INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA PÚBLICA DE COTAS DO FUNDO	13
1. PÚBLICO ALVO	13
2. RESUMO DA OPERAÇÃO.....	13
3. PRAZO DE DURAÇÃO.....	13
4. OBJETIVO DE INVESTIMENTO	13
5. POLÍTICA DE INVESTIMENTO.....	13
6. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	15
7. PERÍODO DE INVESTIMENTO, PERÍODO DE DESINVESTIMENTO E CO-INVESTIMENTO.....	15
7.1. Período de Investimento.....	15
7.2. Período de Desinvestimento	16
7.3. Co-Investimento.....	16
8. FATORES DE RISCO.....	16
9. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.....	18
10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA.....	19
11. PESSOAL CHAVE.....	23
12. RENÚNCIA, DESTITUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA.....	24
13. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA	24
13.1. Taxa de Administração.....	24
13.2. Taxa de Administração durante o Período de Investimento.....	25
13.3. Taxa de Administração após o Período de Investimento.....	25
13.4. Pagamento da Taxa de Administração	26
13.5. Taxa de Performance.....	26
14. COMITÊ DE INVESTIMENTO	27
14.1. Composição.....	27
14.2. Competência.....	28
14.3. Convocação das Reuniões.....	28
14.4. Periodicidade, Mesa e Quoruns de Instalação e Deliberação das Reuniões.....	29
14.5. Informações e Material a serem entregues ao Comitê de Investimentos.....	29
14.6. Conflito de Interesse	30
15. ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS.....	31
15.1. Competência	31
15.2. Alterações ao Regulamento, independentemente da aprovação dos Cotistas	32
15.3. Convocação da Assembléia Geral de Cotistas.....	32
15.4. Instalação da Assembléia Geral de Cotistas	33
15.5. Deliberação pela Assembléia Geral de Cotistas.....	33
15.6. Deliberação mediante Processo de Consulta	33
15.7. Cômputo de Votos.....	34
15.8. Conflito de Interesses.....	34
16. CARACTERÍSTICAS, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E EMISSÃO DE NOVAS COTAS.....	34
16.1. Características das Cotas	34
16.2. Subscrições das Cotas.....	35
16.3. Contrato de Investimento e Anexos.....	35
16.4. Integralização das Cotas	36
16.5. Integralização Mínima Inicial	37
16.6. Inadimplemento da Obrigação de Integralizar as Cotas	37
16.7. Emissão de novas Cotas	38
17. RESGATE, AMORTIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DE COTAS	38
17.1. Resgate de Cotas	38
17.2. Amortização de Cotas.....	38
17.3. Negociações de Cotas.....	39
18. ENCARGOS DO FUNDO.....	40
19. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL.....	41
20. VEDAÇÕES.....	41
21. TRIBUTAÇÃO	41
21.1. Tributação sobre o Fundo	41
21.2. Tributação sobre os Cotistas	42

22. DISPOSIÇÕES GERAIS	42
22.1. Arbitragem	42
22.2. Regulamentação	43
22.3. Anexo e Parte Integrante	44
23. PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES	44
24. BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	44
24.1. Administradora e Gestora	44
24.2. Distribuidor e Agente Escriturador	44
24.3. Custodiante	44
24.4. Auditor Independente	45
24.5. Assessor Legal	45
25. CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA	45
25.1. Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta Pública de Distribuição	46
26. CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO	46
27. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS COTISTAS	47
28. ATENDIMENTO AO COTISTA	48
29. RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA E O DISTRIBUIDOR	48
30. DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO DISTRIBUIDOR	49
31. DISPONIBILIZAÇÃO DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	49
32. DISPONIBILIZAÇÃO DO PROSPECTO	49
V - ANEXOS	51
ANEXO I AO PROSPECTO	52
DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA ICVM N. 400/03	52
ANEXO II AO PROSPECTO	54
DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA ICVM N. 400/03	54
ANEXO III AO PROSPECTO	56
CÓPIA INSTRUMENTO PARTICULAR DO FUNDO QUE AUTORIZOU A EMISSÃO DE COTAS	56

I - DEFINIÇÕES

ADMINISTRADORA – Significa a **PERFORMA INVESTIMENTOS LTDA.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 2001, 8º. Andar, Conjunto 809, Bela Vista, CEP 01311-931, inscrita no CNPJ sob o nº 07.462.720/0001-18, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, através do Ato Declaratório nº. 9529, datado de 26 de setembro de 2007, como responsável pelos serviços de administração e gestão do FUNDO.

DISTRIBUIDOR E CONTROLADOR (o “DISTRIBUIDOR”) – Significa a **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, CEP 20030-905, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº. 02.201.501/0001-61, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº. 4.620, de 19 de dezembro de 1997, responsável pela execução dos serviços de colocação, emissão e resgate de Cotas, de tesouraria e controladoria de ativos e passivos.

Aportes Adicionais – Significam aportes adicionais de recursos financeiros, excepcionalmente aprovados pelo Comitê de Investimentos, em benefício de Companhias Investidas, ainda que tais aportes não tenham sido previstos na estruturação do investimento inicialmente aprovado pelo Comitê de Investimentos em tais Companhias, desde que tais aportes atendam aos seguintes limites (i) não excedam 20% (vinte por cento) do Patrimônio Comprometido; (ii) não resultem na realização de chamadas de capital após 2 (dois) anos do encerramento do Período de Investimento. (iii) não resultem em investimentos pelo FUNDO ou chamadas de integralização de Cotas, que excedam o valor total das Cotas subscritas por cada Cotista.

Assembleia Geral de Cotistas – Significa o órgão máximo de deliberação do FUNDO formado por todos os Cotistas inscritos no “Registro dos Cotistas” ou na conta depósito, conforme for o caso, 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, e desde que tais Cotistas se encontrem adimplentes com sua obrigação de integralizar as respectivas Cotas por eles subscritas.

Auditor Independente - Significa **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES** instituição, com sede Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº. 52, 4º. andar, CEP 20031-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0003-90, devidamente autorizada à prestação de serviços de auditoria independente, previstos na Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, ou qualquer outra instituição que a venha substituir, mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas.

Auditoria - Significam as auditorias legal, técnica e contábil, a serem realizadas na Companhia Alvo, após a aprovação pelo Comitê de Investimento do respectivo investimento pelo FUNDO em tal Companhia e antes da realização de tal investimento.

Bacen – Significa o Banco Central do Brasil.

Boletim de Subscrição – Significa o instrumento, na respectiva forma anexa ao Contrato de Investimento, pelo qual os Cotistas assumem a obrigação de integralizar determinado número de Cotas do FUNDO.

BM&FBovespa – Significa a BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Capital Investido – Significa o valor correspondente à parcela do Patrimônio Comprometido, integralizada pelos Cotistas e investida pelo FUNDO em valores mobiliários de emissão de Companhias Investidas, considerando-se o valor do Capital Investido na data de aquisição dos referidos valores mobiliários.

Comitê de Investimentos – Significa o órgão do FUNDO, disciplinado no item 14. da página 27 deste Prospecto.

Companhia Alvo – Significa uma companhia que atenda, cumulativamente, aos requisitos previstos no subitem 5.1. da página 13 deste Prospecto.

Companhia Inovadora – Significa a empresa emergente que, observando a Política de Investimento do FUNDO e atendendo ao conceito de empresa emergente previsto no § 1º do Artigo 1º da Instrução CVM No. 209, de 25 de março de 1994, tal como alterada, fundamentalmente sua atividade produtiva na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, baseada na aplicação sistemática do conhecimento, conforme disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004.

Companhia Investida – Significa uma Companhia Alvo, na qual o FUNDO tenha realizado investimentos, nos termos previstos neste Prospecto e no Regulamento, mediante a aquisição do Portfólio Alvo.

Conflito de Interesses – Significa uma situação em que qualquer Pessoa Vinculada possua um interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução de determinada questão ou negócio relacionados com o FUNDO e/ou com Companhia Alvo objeto de investimento, efetivo ou em potencial, pelo FUNDO.

Contrato de Distribuição – Significa o “Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Cotas de Emissão do Performa Investimentos SC-I Fundo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras”, firmado entre a Administradora, em nome do FUNDO e o DISTRIBUIDOR, e seus respectivos aditamentos.

Contrato de Investimento – Significa o Compromisso de Investimento, na forma que se constitui anexo e parte do Regulamento do FUNDO, como Anexo I, pelo qual os Cotistas assumem o compromisso de, sujeito aos termos e condições previstos em tal Compromisso, bem como neste Prospecto e no Regulamento, subscrever e integralizar as Quotas emitidas pelo FUNDO.

Cotas – Significam as Cotas emitidas pelo FUNDO.

Cotas Ofertadas – Significam as Cotas ofertadas por Cotista que deseje aliená-las ou cedê-las, no todo ou em parte, ou ainda na hipótese prevista no subitem 16.6.4. da página 37, e com relação às quais os demais Cotistas terão direito de preferência para adquirir, na proporção do número de Cotas de que forem respectivamente titulares à época, de acordo com os termos e condições previstas no subitem 17.3.1. da página 39 deste Prospecto.

Cotistas – Significam os titulares de Cotas, devidamente inscritos no “Registro de Cotistas” ou na conta depósito, conforme for o caso.

Custodiante - BANCO BRADESCO S.A. instituição, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, contratado para prestação de serviços de ações escriturais e custódia de valores mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 089, de 08 de novembro de 1988, ou qualquer outra instituição que a venha substituir, mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas.

CVM – Significa a Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM – Significa a data de deferimento, pela CVM, do pedido de autorização para funcionamento do FUNDO.

FUNDO - Significa o Performa Investimentos SC-I Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras.

Indexador – Significa o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, no caso de sua extinção, outro índice que venha a ser aprovado pela Assembléia Geral de Cotistas.

Integralização Mínima Inicial – Significa o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Comprometido, estando compreendido no Patrimônio Comprometido Mínimo, que deve ser integralizado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do Contrato de Investimento, desde que, em nenhuma hipótese, antes da Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM, estando tal integralização sujeita ao atendimento de todos os termos e condições deste Prospecto, do Regulamento e do Contrato de Investimento, exceto no que se refere à aprovação prévia do Comitê de Investimentos e à observância do requisito de enquadramento aos limites de composição de carteira previstos neste Prospecto.

Instrução CVM n. 209/94 - Instrução CVM n. 209, de 24 de março de 1994, conforme alterada, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes.

Instrução CVM n. 400/03 – Instrução CVM n. 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário e secundário.

Justa Causa – Significam eventos que fundamentam a destituição da ADMINISTRADORA, tais como, de forma não exaustiva:

I – Qualquer indicação e/ou alteração de qualquer profissional indicado para integrar o Pessoal Chave, e/ou redução do seu tempo de dedicação, conforme constante da tabela prevista no subitem 11.3 da página 23 deste Prospecto que não tenha sido aprovada pela Assembléia Geral de Cotistas;

II - Reestruturação societária da ADMINISTRADORA, ou de qualquer empresa que o controle, que enseje alienação de seu controle, saída da maioria de seus administradores, pedido ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção judicial, intervenção ou liquidação extrajudicial, cancelamento ou suspensão de sua autorização para administrar carteira de valores mobiliários ou qualquer outro fato que venha a impedir ou dificultar o exercício das funções da ADMINISTRADORA;

III. Qualquer alteração e/ou substituição do Diretor responsável pela representação do FUNDO identificado no subitem 9.2. da página 18 deste Prospecto, que não tenha sido aprovada pela Assembléia Geral de Cotistas;

IV. Descumprimento pela ADMINISTRADORA de quaisquer de suas obrigações, deveres ou atribuições, nos termos previstos neste Prospecto e no Regulamento, no Contrato de Investimento ou em lei, inclusive, sem qualquer limitação no que se refere à falta de observância e implementação da Política de Investimento, ou a prática de quaisquer atos com culpa ou dolo, desde que relacionados ao FUNDO e/ou a seus Cotistas; e

V. Qualquer outra Mudança Substancial ou qualquer outro evento ou condição que possa substancialmente alterar ou prejudicar (i) o desempenho ou o cumprimento pela ADMINISTRADORA do previsto neste Prospecto, no Regulamento e no Instrumento Particular de Compromisso de Subscrição e Integralização de Cotas ou em lei, ou (ii) a consecução dos objetivos ou atividades do FUNDO, excetuando-se as Mudanças Substanciais, cuja ocorrência (a) esteja totalmente fora do controle e do âmbito de atuação da ADMINISTRADORA ou de qualquer outra instituição que a controle, ou (b) decorra de situação que, contanto que passível de recomposição e, ainda, não se origine de culpa ou dolo da ADMINISTRADORA, seja efetiva e integralmente recomposta no período de 60 (sessenta) dias.

Mudanças Substanciais (ou, quando empregado no singular, **Mudança Substancial**) - Significa qualquer alteração relevante, capaz de produzir efeitos adversos ao FUNDO, ou a seus Cotistas ou à ADMINISTRADORA, tal como exemplificativamente qualquer um dos seguintes eventos:

I. Com relação à ADMINISTRADORA: Reestruturação societária, alienação de seu controle, saída da maioria de seus administradores, pedido ou decretação de falência, reorganização judicial ou extrajudicial, intervenção judicial, intervenção ou liquidação extrajudicial, cancelamento ou suspensão de sua autorização para administrar carteira de valores mobiliários ou qualquer outro fato que venha a impedir ou dificultar o exercício de suas funções;

II. Com relação ao FUNDO: (a) qualquer alteração e/ou substituição do Pessoal Chave ou redução do seu tempo de dedicação às atividades do FUNDO, que não tenha sido aprovada pela Assembléia Geral de Cotistas, como previsto neste Prospecto e no Regulamento; ou (b) qualquer alteração e/ou substituição do Diretor responsável pela representação do FUNDO identificado no subitem 9.2. da página 18 deste Prospecto, que não tenha sido aprovada pela Assembléia Geral de Cotistas; ou (c) a saída da maioria dos membros do Comitê de Investimentos indicados pela ADMINISTRADORA; ou (d) qualquer alteração, suspensão ou cancelamento de qualquer autorização ou registro do FUNDO, ou qualquer outro fato que venha a impedir ou comprovadamente dificultar a consecução de seus objetivos ou atividades; e

III. Outros eventos: (a) quaisquer alterações nas normas legais ou regulamentares, que dificultem ou impossibilitem a implementação, no todo ou em parte, de quaisquer avenças contidas no Contrato de Investimento ou nos respectivos Termos de Adesão ou de Cessão; (b) a rescisão, invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade, a qualquer tempo e por qualquer razão, no todo ou em parte, de qualquer um dos instrumentos referidos na alínea anterior deste inciso; (c) Cotistas do FUNDO, signatários originais do Contrato de Investimento (e/ou respectivos cessionários, devidamente admitidos como Cotistas do FUNDO, nos termos deste Prospecto e do Regulamento) e detentores de Cotas representativas de, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do Patrimônio Comprometido deixem de ser Cotistas do FUNDO.

Oferta – Significa a oferta das Cotas Ofertadas aos Cotistas, de acordo com os termos e condições previstos no subitem 17.3.1 da página 39 deste Prospecto, nas hipóteses previstas no subitem 16.6.4. da página 36 e nos subitens 17.3.3. e 17.3.4. da páginas 39 deste Prospecto.

Patrimônio Comprometido - Significa o resultado da soma de todos os valores subscritos pelos Cotistas, tal como constantes nos respectivos Boletins de Subscrição por eles firmados, em montante global máximo de até R\$ 26 milhões (vinte e seis milhões de reais).

Patrimônio Comprometido Mínimo - Significa o valor mínimo de R\$ 20 milhões (vinte milhões de reais), que deverá ser atingido pelo Patrimônio Comprometido, para permitir o início do funcionamento do FUNDO, após concedida a respectiva autorização da CVM.

Percentual de Integralização – Significa a relação proporcional entre integralização e subscrição de Cotas, conforme definido no subitem 16.4.4. da página 36 deste Prospecto.

Perda (ou, quando empregado no plural, **Perdas**) - Significa o investimento realizado pelo FUNDO que não gerará mais retorno, realizando-se a sua liquidação ou baixa contábil, conforme o caso, total (“**Perda Total**” ou “**Perdas Totais**”) ou parcial (“**Perda Parcial**” ou “**Perdas Parciais**”), por orientação do Auditor Independente ou da ADMINISTRADORA, que deverá submeter a matéria à deliberação do Comitê de Investimentos, “ad referendum” da próxima Assembléia Geral de Cotistas, que se realizar imediatamente a seguir.

Período de Investimento - Significa o período de 03 (três) anos, contados a partir da Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM, e que, por decisão da Assembléia Geral de Cotistas, poderá ser prorrogado por um período adicional de 02 (dois) anos.

Período de Desinvestimento - Significa o período de 04 (quatro) anos seguintes ao término do Período de Investimento e que se estenderá até a expiração do prazo de duração do FUNDO ou a sua liquidação.

Pessoa Vinculada - Significa (i) a ADMINISTRADORA ou qualquer Cotista detentor de 5% (cinco por cento) ou mais do patrimônio do FUNDO, ou (ii) outros fundos de investimento ou carteiras de valores mobiliários administrados ou geridos pela ADMINISTRADORA, ou (iii) pessoa que seja administradora, integrante, empregada ou detenha participação 2% (dois por cento) ou mais do capital social da ADMINISTRADORA ou de qualquer Cotista ou, ainda, seja empresa subsidiária ou coligada de qualquer um deles, ou (iv) os membros do Comitê de Investimento, ou (v) os integrantes do Pessoal Chave, ou (vi) os respectivos cônjuges ou parentes até o segundo grau de qualquer das pessoas referidas nos itens (i) a (v) acima.

Pessoal Chave – Significa a equipe dedicada à gestão do Fundo, conforme previsto no item 11 e respectivos subitens da página 23 deste Prospecto.

Política de Investimento – Significa a política de investimento a ser observada na aplicação de recursos dos Cotistas pelo FUNDO, na forma prevista nos itens 4 a 8 das páginas 13 a 18 deste Prospecto.

Portfólio Alvo – Significam ações de emissão de Companhias Alvo.

Portfólio Flutuante – Significa (i) títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de renda de renda de emissão do Banco Central do Brasil; e (iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos indicados nos itens (i) e (ii) anteriores.

Prospecto – é o prospecto do FUNDO, destinado à oferta pública de Cotas do FUNDO.

Público Alvo – Investidores em geral que estejam capacitados a compreender e assumir os seus riscos. O investimento nas Cotas não é adequado aos investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Cotas; e/ou (b) não estejam dispostos a correr os demais riscos previstos na seção “Fatores de Risco”.

Regulamento – Documento, elaborado, registrado e aprovado, em conformidade com as normas em vigor, em especial as editadas pela CVM, que regulamenta o funcionamento do FUNDO e demais matérias nele contempladas.

SPC/GAB – Significa a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão do Ministério da Previdência Social, responsável por fiscalizar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. A sigla GAB se refere ao seu Gabinete localizado em Brasília.

Swot – Significa a ferramenta de gestão utilizada por empresas privadas como parte do planejamento estratégico dos negócios. O termo SWOT origina-se do idioma inglês e representa as iniciais das palavras Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). O objetivo central da análise SWOT é avaliar os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças da organização e do mercado onde ela está atuando. A análise é dividida em duas partes: o ambiente externo à organização (oportunidades e ameaças) e o ambiente interno à organização (pontos fortes e pontos fracos).

Taxa de Administração– Significa a remuneração global devida à ADMINISTRADORA, como previsto no subitem 13.2.1. da página 25 deste Prospecto.

Taxa de Controladoria – Significa a remuneração devida ao CONTROLADOR pelos serviços de controlaria de ativos e passivos do FUNDO, como previsto nos subitens 13.1.2., 13.2.2. e 13.3.2. das páginas 24 a 25 deste Prospecto.

Taxa de Performance – Significa a remuneração devida à ADMINISTRADORA pelos resultados alcançados pelo FUNDO, como previsto no subitem 13.5.1. da página 26 deste Prospecto.

Termo de Adesão – Significa o termo, na respectiva forma anexa ao Contrato de Investimento, que cada investidor, que venha a subscrever Cotas emitidas pelo FUNDO, e não tenha assinado o Contrato de Investimento, deverá firmar para o fim de assumir o compromisso de vincular-se integralmente aos termos e condições do Contrato de Investimento, bem como fixar e/ou confirmar o valor total do seu respectivo compromisso de investimento.

Termo de Cessão – Significa o termo, na respectiva forma anexa ao Contrato de Investimento, a ser assinado por investidor que venha a adquirir Cotas do FUNDO, transferidas por Cotistas, para o fim de vincular-se integralmente aos termos e condições do Contrato de Investimento, bem como fixar e/ou confirmar o valor total do seu respectivo compromisso de investimento.

II - RESUMO CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Fundo:	Performa Investimentos SC-I Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras .
Classificação ABVCAP/ANBIMA	O FUNDO é classificado como FUNDO Diversificado Tipo 1. Referida classificação só poderá ser alterada por deliberação de Cotistas titulares de mais da metade das Cotas emitidas reunidos em Assembléia.
Forma de Constituição do Fundo:	O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado.
Objetivo do Fundo e Política de Investimento:	Proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, mediante a aplicação dos recursos do FUNDO em ações de emissão de Companhias Inovadoras fechadas, que atendam às características listadas neste Prospecto e no Regulamento (as "Companhias Alvo"), participando do processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e nas suas gestões, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração
Base Legal:	Instrução CVM n. 209/94 e Instrução CVM n. 400/03.
Base Auto Regulatória	Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE.
Público Alvo:	Investidores em geral que estejam capacitados a compreender e assumir os seus riscos. O investimento nas Cotas não é adequado aos investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Cotas; e/ou (b) não estejam dispostos a correr os demais riscos previstos na seção "Fatores de Risco".
Prazo de Duração do Fundo:	O FUNDO terá prazo de duração de 7 (sete) anos, contados da Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM, podendo ser prorrogado por até 02 (dois) anos, mediante aprovação pela Assembléia Geral de Cotistas, especialmente convocada para esse fim.
Período de Investimento:	de O FUNDO terá um Período de Investimento de 03 (três) anos, contados a partir da Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM, e que, por decisão da Assembléia Geral de Cotistas, poderá ser prorrogado por um período adicional de 02 (dois) anos.
Período de Desinvestimento:	de O Período de Desinvestimento será de 04 (quatro) anos, contados a partir do término do Período de Investimento, o qual se estenderá até a expiração do prazo de duração do FUNDO ou a sua liquidação.
Exercício Social:	O exercício social do FUNDO encerra-se no último dia útil de fevereiro de cada ano.
Quantidade de Cotas a serem distribuídas publicamente:	1.300 (mil e trezentas) Cotas do FUNDO, divididas em 1.040 (mil e quarenta) Cotas de Classe A e 260 (duzentos e sessenta) Cotas de Classe B.
Valor Unitário das Cotas:	R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Integralização Mínima Inicial	Correspondente a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Comprometido, estando compreendido no Patrimônio Comprometido Mínimo, que deve ser integralizado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do Contrato de Investimento, desde que, em nenhuma hipótese, antes da Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM, estando tal integralização sujeita ao atendimento de todos os termos e condições do Regulamento e do Contrato de Investimento, exceto no que se refere à aprovação prévia do Comitê de Investimentos e à observância do requisito de enquadramento aos limites de

composição de carteira previstos neste Prospecto e no Regulamento.

**Patrimônio
Comprometido Mínimo**

O Patrimônio Comprometido Mínimo deverá ser de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais) para que possa entrar em funcionamento após a Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM.

**Patrimônio
Comprometido**

O Patrimônio Comprometido será o resultado da soma de todos os valores subscritos pelos Cotistas, tal como constantes nos respectivos Boletins de Subscrição por eles firmados, em montante global máximo de até R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais).

Patrimônio:

O Patrimônio, após a Emissão, será formado por, 1.300 (mil e trezentas) Cotas, divididas em 1.040 (mil e quarenta) Cotas de Classe A e 260 (duzentos e sessenta) Cotas de Classe B, com o preço unitário de emissão correspondente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), totalizando, o Patrimônio, o valor subscrito de R\$ 26.000.000,00 (vinte seis milhões de reais).

**Taxa de Ingresso e
Saída:**

O FUNDO não cobrará taxa de ingresso ou de saída.

**Amortização e Resgate
das Cotas do Fundo:**

As Cotas do FUNDO não serão resgatadas, a não ser pelo término do prazo de duração do FUNDO ou sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações. Por ocasião da liquidação, total ou parcial, dos investimentos do FUNDO em Companhias Investidas, será o respectivo produto destinado à amortização de Cotas, salvo se, durante o Período de Investimento, o Comitê de Investimentos deliberar pelo reinvestimento, parcial ou total, do lucro aferido na operação em Companhia Investida, lucro esse que deverá ser considerado como o montante que exceder ao valor correspondente ao principal do capital investido pelos Cotistas no FUNDO, atualizado pela variação do Indexador e acrescido de 6,0% (seis por cento) a.a., a partir de cada data de integralização de Cotas e até a data da amortização.

Início do Fundo:

Na data da concessão, pela CVM, da autorização para funcionamento do FUNDO.

**Instrumento de
Constituição e Emissão
de Cotas do Fundo**

O FUNDO foi constituído através de Instrumento Particular de Constituição, em 30 de dezembro de 2010 e registrado em 03 de janeiro de 2011, no 5º Oficial Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro – Capital – RJ, sob o nº 805136, sendo posteriormente alterado por Ato do Administrador datado de 03 de fevereiro de 2011 e registrado em 11 de fevereiro de 2011, no 5º Oficial Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro – Capital – RJ, sob o nº 809142 e no 10º Oficial Registro de Títulos e Documentos de São Paulo – Capital – SP, em 13 de maio de 2011, sob o nº 1.948.850; por Instrumento Particular de Alteração datado de 07 de junho de 2011 e registrado em 10 de junho de 2011, no 10º Oficial Registro de Títulos e Documentos de São Paulo – Capital – SP, sob o nº 1.951.785, e por fim pelo Instrumento Particular de Alteração datado de 06 de setembro de 2011 e registrado na mesma data, no 10º Oficial Registro de Títulos e Documentos de São Paulo – Capital – SP, sob o nº 1959316, sendo que seu regulamento atual encontra-se registrado no 10º Oficial Registro de Títulos e Documentos de São Paulo – Capital – SP, sob o nº 1959316

A emissão das Cotas foi deliberada no próprio Ato de Constituição do Fundo, conforme consta do Anexo III da página 56 deste Prospecto.

III - IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

Administração e Gestão

PERFORMA INVESTIMENTOS LTDA.

Av. Paulista, 2001, 8º andar, conjunto 809
CEP 01311-931 – São Paulo - SP
CNPJ/MF: 07.462.720/0001-18
Telefone: 55 (11) 3263-0577 / Fax: 55 (11) 3263-0577
Responsável: Sr. Eduardo Grytz
Email: egrytz@performainvestimentos.com

**Distribuição e Agente
Escriturador**

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

Av. Presidente Wilson, nº 231 – andares 11º, 13º e 17º - parte
CEP 20030-905 – Rio de Janeiro - RJ
CNPJ/MF: 02.201.501/0001-61
Telefone: 55 (21) 3219-2500 / Fax: 55 (21) 3219-2501
Responsável: Sra. Carla Lopes
Email: estruturados@bnymellon.com.br

IV - IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CONTRATADOS

Custódia

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara
CEP 06029-900 – Osasco - SP
CNPJ/MF: 60.746948/0001-12
Telefone: 55 (11) 3684-2714 / Fax: 55 (11) 3684-2714

Auditor Independente

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Avenida Almirante Barreto, nº 52 – 4º andar
CEP 20031-000 – Rio de Janeiro - RJ
CNPJ/MF: 57.755.217/0003-90
Telefone: 55 (21) 3515-9400 / Fax: 55 (21) 3515-9000

Consultor Jurídico

BARCELLOS TUCUNDUVA ADVOGADOS

Al. Itu, nº 852, 9º e 10º andares
CEP 01421-0001 - São Paulo – SP
CNPJ/MF: 43.714.203/0001-52
Telefone: 55 (11) 3069-9080 / Fax: 55 (11) 3069-3066

V - INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA PÚBLICA DE COTAS DO FUNDO

1. Público Alvo

1.1 Investidores em geral que estejam capacitados a compreender e assumir os seus riscos. O investimento nas Cotas não é adequado aos investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Cotas; e/ou (b) não estejam dispostos a correr os demais riscos previstos na item “Fatores de Risco”.

2. Resumo da Operação

2.1. Trata-se da emissão de até 1.300 (mil e trezentas) Cotas do FUNDO, divididas em 1.040 (mil e quarenta) Cotas de Classe A e 260 (duzentos e sessenta) Cotas de Classe B, todas correspondentes a frações ideais de Patrimônio Líquido do FUNDO, com preço de emissão de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Cota, totalizando o montante equivalente a até R\$ 26.000.000,00 (vinte seis milhões de reais), regulamentado pela Instrução CVM n. 209/94. A presente emissão tem como objetivo a captação de recursos junto a investidores para que o FUNDO possa realizar investimentos, nos termos estabelecidos neste Prospecto e em seu Regulamento. O público alvo é composto por Investidores em geral, conforme mencionado acima.

2.2. As Cotas do FUNDO, objeto desta distribuição pública, poderão ser negociadas privativamente entre Investidores, cabendo ao novo Cotista atender aos termos e condições do FUNDO.

2.3. Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a operação, sobre o FUNDO ou sobre a ADMINISTRADORA poderão ser obtidos junto a esta no endereço estabelecido no item “Atendimento aos Cotistas”, constante do item 28. da página 48 deste Prospecto e/ou na CVM.

3. Prazo de Duração

3.1. O FUNDO terá prazo de duração de 7 (sete) anos, sendo que os 3 (três) primeiros anos corresponderão ao Período de Investimento e os 4 (quatro) anos seguintes, corresponderão ao Período de Desinvestimento.

3.2. O FUNDO poderá ter seu prazo de duração prorrogado por até 2 (dois) anos mediante aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, especialmente convocada para esse fim.

4. Objetivo de Investimento

4.1. O objetivo do FUNDO é proporcionar aos Cotistas a melhor valorização possível de suas Cotas, mediante o direcionamento dos recursos do FUNDO para investimentos em ações de emissão de Companhias Inovadoras fechadas, que atendam às características listadas no item “Política de Investimento”, constante do item 5. abaixo (as “Companhias Alvo”), participando do processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e nas suas gestões, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração.

5. Política de Investimento

5.1. O FUNDO somente investirá em Companhias Alvo que atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I. Sejam constituídas sob a forma de sociedade anônima fechada no momento do investimento pelo FUNDO, observada, adicionalmente, o previsto no subitem 5.2. abaixo.

II. Apresentem faturamento líquido anual, ou faturamento líquido anual consolidado, inferiores a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil Reais), apurados no balanço de encerramento do exercício anterior à primeira aquisição realizada pelo Fundo de valores mobiliários de sua emissão;

III. Não sejam sociedade integrante de grupo de sociedades, de fato ou de direito, cujo patrimônio líquido consolidado seja superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de Reais);

IV. Fundamentem sua atividade produtiva na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, baseada na aplicação sistemática do conhecimento, conforme disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004;

V. Tenham a sua atividade principal relacionada aos setores de biotecnologia, nanotecnologia, *clean tech* (tecnologias limpas, aplicações relacionadas à ao tema da Sustentabilidade, e fontes de energia renováveis),

aplicações médicas, e tecnologia da informação direcionada a serviços (*outsourcing* e terceirizações, *software-as-a-service*, e modelos similares);

VI. Localizem-se dentro de um raio aproximado de até 100 quilômetros da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

VII. Apresentem potencial de crescimento, vantagens competitivas nítidas, excelência de gestão e perspectivas de alto retorno;

VIII. Cumpram as normas, regulamentos e padrões de proteção ao meio ambiente, à saúde e à segurança do trabalho a elas aplicáveis, como previstos na legislação brasileira em vigor;

IX. Assumam o compromisso de utilizar as seguintes boas práticas de responsabilidade social: (i) não utilizar trabalho infantil ou escravo; (ii) procurar minimizar os eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes das suas atividades; (iii) sugerir planos de ação que busquem a melhora do seu relacionamento com as comunidades onde suas unidades estejam instaladas; e (iv) atuar com boas práticas de gestão de recursos humanos de maneira a desenvolver, na medida do possível, o seu capital humano; e

X. Não tenham qualquer envolvimento, direto ou indireto, na produção, comércio ou uso dos produtos, substâncias e atividades listadas no Anexo II (Lista de Atividades Excluídas para Operações sem Garantia Soberana do BID/FUMIN) do Regulamento.

5.2. As Companhias Alvo deverão, como condição prévia para a realização dos investimentos pelo FUNDO:

(a) Preverem em seus estatutos: 1) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação; 2) estabelecimento de um mandato unificado de 2 (dois) anos para todo o seu Conselho de Administração; 3) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros valores mobiliários de emissão da companhia; 4) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários; e 5) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM; e

(b) Quando sociedade anônima fechada, deverão obrigar-se, formalmente, perante o FUNDO, que, no caso de abertura de seu capital, aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na alínea “a” acima, além de atender a quaisquer outros padrões de governança adicionais requeridos nos anexos I, II e III da Resolução 3.792, de 24.09.2009, e alterações posteriores, do Conselho Monetário Nacional;

5.3. A participação do FUNDO em cada Companhia Investida será sempre minoritária, não devendo ser superior a 49% (quarenta e nove por cento) do número total de ações representativas do capital social votante de tal Companhia, podendo, excepcionalmente, exceder tal limite, mediante autorização da Assembléia Geral de Cotistas do FUNDO.

5.4. A ADMINISTRADORA em nome do FUNDO poderá indicar representante para ser eleito como membro do Conselho de Administração das Companhias Investidas e deverá monitorar o desempenho financeiro de tais Companhias e seu atendimento aos requisitos previstos nos subitens 5.1. e 5.2. acima, que lhes forem respectivamente aplicáveis.

5.5. Em todos os contratos para realização de investimentos pelo FUNDO a ADMINISTRADORA sempre preverá e definirá um ou mais mecanismos de desinvestimento.

5.6. Salvo por aprovação da maioria dos Cotistas reunidos em Assembléia Geral de Cotistas e nos casos previstos neste Prospecto e no Regulamento, ao FUNDO é vedada a efetivação de aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários:

(a) de emissão de Companhia Alvo, na qual uma Pessoa Vinculada participe, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social ou ocupe qualquer cargo de administração, ressalvado o exercício pela ADMINISTRADORA, de cargos obtidos em função do exercício dos direitos relativos aos valores mobiliários integrantes de carteiras por eles administradas, na qualidade de administradores de carteiras de terceiros; ou

(b) na qual uma Pessoa Vinculada (i) esteja envolvida, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou (ii) seja credora da respectiva Companhia Alvo; ou

(c) em que uma Pessoa Vinculada ou outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pela ADMINISTRADORA figure como contraparte ou co-investidora.

É absolutamente vedado ao FUNDO:

(a) efetuar aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, que gerem ou possam a vir a gerar qualquer outro Conflito de Interesse; ou

(b) realizar investimentos em empresas ou projetos que (i) direta ou indiretamente, causem impactos ambientais, sociais ou culturais significativamente negativos, sejam tais impactos diretos, indiretos, regionais ou cumulativos; ou (ii) guardem relação, direta ou indiretamente, com atividades de material bélico, de caráter especulativo, fumo, álcool e jogos de azar, e/ou outros produtos relacionados a tais atividades; ou (iii) estejam direta ou indiretamente envolvidos na produção, comércio ou uso dos produtos, substâncias e atividades listadas no Anexo II do Regulamento; ou (iv) cuja industrialização, fabricação e/ou produtos não obedeçam às normas nacionais de preservação do meio ambiente, segurança do trabalho e saúde e/ou que, direta ou indiretamente, de forma efetiva ou em potencial, atentem contra a moral e os bons costumes; ou

(c) na seleção dos investimentos, proceder com discriminação em razão de cor, religião, sexo ou origens étnicas, em termos consistentes com a legislação brasileira em vigor.

5.7. É vedado ao FUNDO realizar operações com derivativos.

6. Composição da Carteira

6.1. O FUNDO investirá seus recursos de acordo com a “Política de Investimento” delineada no item 5. e respectivos subitens acima, observadas, ainda, as seguintes limitações:

- I. No mínimo, 80% (oitenta por cento) da carteira do FUNDO deverá ser investido no Portfólio Alvo;
- II. No máximo, 20% (vinte por cento) da carteira do FUNDO poderá ser investido no Portfólio Flutuante;
- III. O volume total de recursos investidos pelo FUNDO em uma única Companhia Investida não deverá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Patrimônio Comprometido, a não ser em casos excepcionais, aprovados pela Assembléia Geral de Cotista; e
- IV. O volume total de recursos investidos pelo FUNDO em um único setor não deverá exceder a 40% (quarenta por cento) do valor total do Patrimônio Comprometido, a não ser em casos excepcionais, aprovados pela Assembléia Geral de Cotistas.

6.2. Para atendimento do limite mínimo acima previsto no inciso I do subitem 6.1. acima, admitir-se-á que as posições diárias em valores mobiliários de Companhias Investidas atinjam 50% (cinquenta por cento) do valor total das aplicações, desde que a média, a cada 180 (cento e oitenta) dias, obedeça ao percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) do valor total das aplicações.

6.3. O desenquadramento do FUNDO aos limites supra estabelecidos neste item por um período de 360 (trezentos e sessenta) dias implicará obrigatoriamente a distribuição dos valores correspondentes aos seus Cotistas, através de amortização de Cotas.

7. Período de Investimento, Período de Desinvestimento e Co-Investimento

7.1. Período de Investimento

7.1.1. O FUNDO realizará investimentos nas Companhias Alvo durante o Período de Investimentos.

7.1.2. Durante o Período de Investimentos a ADMINISTRADORA deverá definir, e submeter à deliberação do Comitê de Investimentos do FUNDO, as Companhias Alvo, a serem objeto de investimento pelo FUNDO e o montante de recursos financeiros a serem investidos em cada um dessas Companhias, bem como o número de parcelas e periodicidade com que os recursos financeiros deverão ser aportados em cada uma delas.

7.1.3. Excepcionalmente, o FUNDO poderá realizar investimentos até 02 (dois) anos após o término do Período de Investimentos, desde que tais investimentos (i) tenham sido previstos na respectiva estruturação do investimento, tal como aprovada pelo Comitê de Investimentos, ou (ii) tenham sido aprovados pelo Comitê de Investimento, antes do término do Período de Investimentos, mas os respectivos desembolsos não tenham sido integralmente efetuados até tal término; ou (iii) sejam aprovados pelo Comitê de Investimento para aportes em Companhias

Investidas, desde que a soma de tais novos investimentos não ultrapasse o limite de 20% do Patrimônio Comprometido, com observância ademais do previsto no subitem 16.4.8. da página 37 deste Prospecto.

7.2. Período de Desinvestimento

7.2.1. Durante o Período de Desinvestimento, os investimentos do FUNDO deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto daí resultante será obrigatoriamente utilizado para amortização das Cotas.

7.3. Co-Investimento

7.3.1. Sempre que o FUNDO deixe, por qualquer razão, de realizar a totalidade do investimento disponível em uma Companhia Alvo, e caso haja interesse da Companhia Alvo, a ADMINISTRADORA apresentará formalmente, mediante carta com aviso de recebimento enviada para cada Cotista, a oportunidade de investimento para que todos os Cotistas tenham a faculdade de participar, com prioridade, nas mesmas condições, diretamente e na proporção de suas respectivas participações no FUNDO, do investimento a ser efetivado.

7.3.2. A oportunidade de investimento relativamente a eventuais sobras será novamente apresentada aos Cotistas, de forma ilimitada, salvo se houver mais de um Cotista interessado, caso em que deverá ser observada a participação proporcional.

7.3.3. Se, após a observância do disposto no subitem 7.3.2. acima, ainda houver disponibilidade para aplicação de parcela do investimento, terceiros ficarão livres para realizá-la.

7.3.4. Como condição para o exercício da oportunidade de investimento prevista no subitem 7.3.1. acima, os Cotistas que optarem pelo co-investimento deverão se comprometer a, mediante acordo de acionistas e demais documentos que sejam necessários: (i) assumir direitos e obrigações semelhantes aos do FUNDO na Companhia Alvo a ser investida; (ii) efetuar seus investimentos e exercer o seu direito de voto na Empresa Inovadora Investida em consonância com o FUNDO; e (iii) disponibilizar ao FUNDO toda e qualquer informação e documentos que tiverem acesso em relação à Companhia Investida, ressalvadas as limitações impostas pelo sigilo bancário, fiscal ou de lei.

7.3.5. Caso o exercício da oportunidade de investimento não atenda às condições acima descritas, a proposta de co-investimento deverá ser submetida à aprovação da Assembléia Geral de Cotistas.

7.3.6. A ADMINISTRADORA, empresas ligadas ou coligadas à ADMINISTRADORA, assim como outros fundos ou carteiras administrados pela ADMINISTRADORA ou, ainda, uma Pessoa Vinculada à ADMINISTRADORA, só podem participar, individualmente ou em conjunto, durante o Período de Investimento em algum investimento que esteja no âmbito do Portfólio Alvo, caso:

I - a ADMINISTRADORA tenha antes oferecido a oportunidade de investimento primeiro ao FUNDO e, a seguir, na hipótese prevista no subitem 7.3.1., aos seus Cotistas e tal oportunidade tenha sido ao final rejeitada; e

II - qualquer participação da ADMINISTRADORA, empresas subsidiárias ou coligadas à ADMINISTRADORA ou outros fundos ou carteiras administrados pela ADMINISTRADORA ou, ainda, Pessoa Vinculada à ADMINISTRADORA, de forma individual ou em conjunto, em co-investimento junto com o FUNDO seja aprovada pela Assembléia Geral de Cotistas.

8. Fatores de Risco

8.1. As aplicações feitas no FUNDO sujeitam-se aos riscos inerentes à concentração da carteira, à natureza dos negócios desenvolvidos pelas Companhias Alvo, em que serão feitos investimentos, bem como ao estágio inicial das atividades de tais Companhias. Deste modo, os Cotistas estão sujeitos aos fatores de riscos que seguem abaixo de forma não exaustiva:

(a) Risco Setorial: consiste no risco associado aos setores econômicos das Companhias Alvo, os quais utilizam-se de novos conhecimentos sobre processos biológicos, estruturas a partir de átomos e conscientização ambiental, para o uso e criação de novos processos e produtos de utilidade para solução de problemas em diversas áreas. Contudo, referidos setores poderão estar sujeitos a riscos advindos da ocorrência de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou falha na utilização dos processos ou produtos desenvolvidos, ou ainda, de eventos de natureza política, econômica ou legal que modifiquem a configuração dos setores das Companhias Alvo, e influenciem de forma relevante em seus resultados, fazendo que o FUNDO e os Cotistas sofram perdas.

(b) Risco de Concentração: o risco associado às aplicações do FUNDO é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do FUNDO em uma única Companhia Alvo, maior será a vulnerabilidade do FUNDO em relação ao risco de tal emissora;

(c) Risco de Liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a ADMINISTRADORA poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a ADMINISTRADORA a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado;

(d) Risco de Mercado: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas;

(e) Riscos Operacionais: o FUNDO e os Cotistas poderão sofrer perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas dos prestadores de serviços do Fundo, tais como da ADMINISTRADORA, do CUSTODIANTE, dentre outros;

(f) Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental: o FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da ADMINISTRADORA tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do FUNDO; (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas. Não obstante, o FUNDO desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais do FUNDO e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas do FUNDO. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do FUNDO; (c) mudanças no objeto e perfil de atuação da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, as quais poderão refletir no desenvolvimento econômico e social do Brasil com relação ao fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, ou ainda, em toda a cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil e (d) mudanças nas estratégias e políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, as quais poderão refletir no desenvolvimento de projetos, concepções e melhores práticas referentes aos financiamentos para América Latina.

(h) Riscos Relacionados à Amortização: os recursos gerados pelo FUNDO serão provenientes dos rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídas aos ativos integrantes do FUNDO. A capacidade do FUNDO de amortizar as Cotas está condicionada ao recebimento pelo FUNDO dos recursos acima citados;

(i) Riscos de Ausência de Negociação em Mercado Secundário: As Cotas do FUNDO não serão negociadas em mercado secundário, ou seja, não serão negociadas em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado. Desta forma, não poderá ser assegurada aos Cotistas a disponibilidade de informações sobre os preços praticados ou sobre os negócios realizados; e

(j) Demais Riscos: variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, assim como os demais fatores de risco descritos acima, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda, mudanças legislativas, incluindo alterações nos critérios de tributação dos rendimentos auferidos pelos Cotistas, ou mudanças políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações.

8.2. Tendo em vista esses fatores, o investimento em Cotas apresenta um nível de risco elevado quando comparado a outras alternativas existentes no mercado de capitais brasileiro, devendo os investidores ponderar sobre esse aspecto ao tomarem a decisão de investir no FUNDO.

8.3. Não obstante o fato da ADMINISTRADORA manter um sistema de controle de riscos, e ainda sua diligência em colocar em prática a política de investimento delineada neste Prospecto e no Regulamento, os investimentos do FUNDO, por sua própria natureza, bem como os riscos aos quais as aplicações do FUNDO estão sujeitas, poderão acarretar redução de ganhos, perdas financeiras até o montante das operações contratadas e não liquidadas, e estarão sempre sujeitos às flutuações e situações de mercado.

8.4. Em virtude de ocorrência de quaisquer riscos que afetem o patrimônio do FUNDO, não caberá a imputação, a ADMINISTRADORA, de qualquer responsabilidade, direta ou indireta, parcial ou total, por eventual depreciação dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, ou por eventuais prejuízos que os cotistas venham a sofrer em caso de liquidação do FUNDO ou resgate de suas cotas, ressalvadas as hipóteses de comprovada culpa, dolo ou má-fé da ADMINISTRADORA, seus sócios, administradores ou representantes legais, na administração e gestão do FUNDO.

8.5. Eventos extraordinários de qualquer natureza, inclusive, mas não limitados àqueles de caráter político, econômico ou financeiro podem implicar em condições adversas de liquidez ou de negociação atípica nos mercados de atuação do FUNDO.

8.6. A subscrição de Cotas mediante a assinatura do respectivo Boletim de Subscrição valerá como declaração do Cotista de que tomou ciência dos riscos envolvidos nas aplicações do FUNDO.

9. Administração e Gestão

9.1. O FUNDO será administrado e gerido pela ADMINISTRADORA.

9.2. A ADMINISTRADORA indicará como diretor responsável pela administração do FUNDO perante a CVM o Sr. Eduardo Grytz.

9.3. A atribuição à ADMINISTRADORA de seus respectivos deveres e obrigações tal como previstos neste Prospecto e no Regulamento ou, ainda, qualquer outro documento relativo ao FUNDO, assim como qualquer controvérsia a respeito da determinação da responsabilidade por atos ou omissões da ADMINISTRADORA, no desempenho de seus respectivos deveres e obrigações, não poderão, em nenhuma hipótese ou sob qualquer pretexto, ser invocadas ou servir para suspender, retardar, afastar ou, por qualquer forma, afetar a aplicação à ADMINISTRADORA de quaisquer medidas ou cominações contempladas neste Prospecto, no Regulamento ou na regulamentação em vigor, inclusive, sem qualquer limitação, as previstas nos subitens 11.4. e 12.5. das páginas 23 e 24, respectivamente, deste Prospecto.

9.4. O DISTRIBUIDOR realizará, nos termos do artigo 6º, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 209/94 e demais dispositivos aplicáveis, a execução dos serviços de colocação, emissão e resgate de Cotas e de tesouraria, tais como:

I - Abertura e movimentação de contas bancárias, em nome do FUNDO;

II - Recebimento de recursos quando da emissão ou integralização das Cotas, e pagamento quando da amortização das Cotas ou liquidação do FUNDO;

III - Recebimento de dividendos e quaisquer outros rendimentos da carteira do FUNDO;

IV - Liquidação financeira de todas as operações do FUNDO; e

V – Controladoria de ativos e passivos.

9.5. A ADMINISTRADORA contratará, para prestar os serviços de custódia dos ativos do FUNDO, na forma da regulamentação em vigor, BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, identificado como o Custodiante.

9.6. O DISTRIBUIDOR responderá solidariamente com a ADMINISTRADORA pelos prejuízos que causar aos Cotistas, relativos aos serviços descritos no subitem 9.4. acima.

9.7. O DISTRIBUIDOR não receberá qualquer tipo de remuneração pela prestação dos serviços de distribuição das Cotas do FUNDO, conforme disposto no item 3.1. da página 13 do Contrato de Distribuição.

9.8. As atividades de auditoria independente do FUNDO serão exercidas por KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº. 52, 4º andar, CEP 20031-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 57.755.217/0003-90, tal como identificada como o Auditor Independente.

10. Obrigações e Responsabilidades da Administradora

10.1. A ADMINISTRADORA terá como obrigações:

- I - manter e diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO, de acordo com boa técnica administrativa:
 - a) os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
 - b) o livro de atas das Assembléias Gerais de Cotistas e do Comitê de Investimentos;
 - c) o livro de presença de Cotistas às Assembléias Gerais de Cotistas;
 - d) o arquivo dos pareceres do Auditor Independente;
 - e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações e ao patrimônio do FUNDO; e
 - f) a documentação relativa às operações do FUNDO.
- II. receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;
- III. empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que toda entidade profissional ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios, bem como servir com lealdade ao FUNDO e manter reserva e observar a estrita confidencialidade sobre os negócios do FUNDO, bem como adotar controles para preservar tal confidencialidade;
- IV. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO, inclusive os direitos de subscrição e alienação de ações e outros valores mobiliários, com observância do previsto neste Prospecto e no Regulamento, assim como empregar, na defesa dos direitos dos Cotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários a assegurá-los, inclusive ações, recursos e exceções;
- V. custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;
- VI. manter custodiados em banco comercial, banco múltiplo com carteira de investimento, banco de investimento, bolsa de valores ou entidade de custódia autorizada pela CVM, os títulos e valores mobiliários integrantes do FUNDO;
- VII. pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM nº 209/94;
- VIII. elaborar parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, anualmente, encaminhando as demonstrações financeiras, do qual conste, entre outras informações e/ou comentários necessários, declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM nº 209/94 e do Regulamento;
- IX. encaminhar ao Comitê de Investimentos estudos e análises de investimento que fundamentem as decisões a serem tomadas, mantendo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e decisões tomadas, assim como apresentar ao Comitê de Investimentos relatórios semestrais do desempenho do FUNDO e todas as demais informações previstas no item 14.5. da página 29 deste Prospecto;
- X. fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral de Cotistas e pelo Comitê de Investimentos, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, assim como atualizações periódicas dos referidos estudos e análises, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados e da estratégia de desinvestimento da carteira do FUNDO, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- XI. no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste subitem até o término do mesmo;

- XII. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do FUNDO, incluindo, de forma não exaustiva, quaisquer remunerações recebidas de Companhias Investidas, a qualquer título;
- XIII. elaborar e divulgar as informações previstas nos itens 14 e 27 das páginas 27 e 47, respectivamente, deste Prospecto;
- XIV. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas e do Comitê de Investimentos;
- XV. firmar, em nome do FUNDO, acordos de acionistas e demais documentos societários em relação às Companhias Investidas;
- XVI. convocar de imediato a Assembléia Geral de Cotistas para, como previsto neste Prospecto, deliberar sobre: (i) a destituição e substituição da ADMINISTRADORA, ou liquidação do FUNDO; (ii) a existência de Conflito de Interesse, sempre que tal Conflito de Interesse venha a ser invocado por qualquer membro do Comitê de Investimentos ou pelos demais Cotistas que não tenham um membro indicado ao Comitê de Investimentos, ou (iii) quaisquer outras matérias que, nos termos do presente Prospecto, do Regulamento ou da lei, estejam sujeitas à apreciação, deliberação e/ou ratificação pela Assembléia Geral de Cotistas;
- XVII. cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Prospecto, do Regulamento, do Contrato de Investimento, quaisquer outros instrumentos relativos ao FUNDO e da legislação em vigor;
- XVIII. ter uma postura de respeito às normas relacionadas ao meio ambiente, saúde e segurança do trabalho; e
- XIX. comunicar às autoridades eventuais operações suspeitas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como a tomar as demais medidas necessárias, conforme previsto na Circular Bacen nº 3.461, de 24.07.2009, na Instrução CVM nº 301, de 16.4.1999, na Instrução SPC nº 26, de 01.09.2008 e na Resolução nº 15, de 28 de março de 2007, do Conselho de Controle das Atividades Financeiras - COAF e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613/98.

10.2. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista no inciso IX do subitem 10.1. acima, a ADMINISTRADORA poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

10.3. O ajuizamento de ação judicial para a defesa dos Cotistas depende da prévia aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, mas a apresentação de defesa e/ou exceção, quando o FUNDO figurar no pólo passivo, independe de prévia autorização e o custo para comparecimento em juízo constitui-se encargo do FUNDO. Caso a Assembléia Geral de Cotista não aprove a propositura de medida judicial, a ADMINISTRADORA não será obrigada a propor a mesma às suas expensas e não poderá ser responsabilizada por quaisquer dos Cotistas por omissão, falta de diligência, não se configurando, para fins deste Prospecto, Justa Causa para sua destituição, ressalvadas quaisquer medidas judiciais que sejam necessárias para a proteção dos Cotistas, em decorrência de atos culposos ou dolosos da ADMINISTRADORA ou de violação aos seus deveres, obrigações e responsabilidades nos termos deste Prospecto e da lei, que deverão ser promovidas pela ADMINISTRADORA, às suas próprias expensas.

10.4. Quaisquer penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações da ADMINISTRADORA, previstas na legislação em vigor, neste Prospecto e no Regulamento e demais documentos pertinentes ao FUNDO serão suportadas pela ADMINISTRADORA.

10.5. A ADMINISTRADORA não compartilha com o Comitê de Investimentos de decisões inerentes à composição da carteira de investimentos incluindo, mas não se limitando à aquisição e à venda de ativos da carteira do FUNDO.

10.6. A previsão contida no parágrafo anterior não servirá, contudo, para exonerar a ADMINISTRADORA e demais terceiros contratados pela ADMINISTRADORA para prestação de serviços ao FUNDO, de quaisquer de suas obrigações, responsabilidades ou deveres nos termos deste Prospecto, contrato ou da lei, incluindo a responsabilidade por indenizar eventuais prejuízos causados aos Cotistas em virtude do descumprimento de suas referidas obrigações ou deveres e de quaisquer atos ou condutas contrárias a este Prospecto, à lei e aos atos normativos expedidos pela CVM.

10.7. A ADMINISTRADORA, na qualidade de gestora da carteira do FUNDO, terá como obrigações:

- I. identificar, analisar, propor ao Comitê de Investimentos, negociar, estruturar e documentar todas as alternativas de investimento para integrar o Portfólio Alvo do FUNDO e respectivos desinvestimentos, assim como outras matérias a serem deliberadas pela Assembléia Geral de Cotistas, mantendo os registros apropriados com as justificativas das propostas, recomendações e respectivas decisões;
- II. atualizar periodicamente os estudos e análises de investimento, permitindo o adequado acompanhamento dos investimentos realizados e da estratégia de desinvestimento da carteira do FUNDO, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis medidas que maximizem o resultado do investimento, assim como apresentar ao Comitê de Investimentos relatórios semestrais do desempenho do FUNDO e todas as demais informações previstas no item 14.5. da página 29 deste Prospecto;
- III. convocar e participar das reuniões do Comitê de Investimentos, bem como participar das assembleias gerais e especiais de acionistas das Companhias Investidas, tanto das ordinárias quanto das extraordinárias, sempre visando ao cumprimento dos objetivos do FUNDO, e atuar junto aos demais acionistas, de forma a que apóiem o FUNDO na votação das matérias que serão deliberadas, dando conhecimento ao Comitê de Investimentos e disponibilizando cópia por meio magnético aos membros do Comitê de Investimentos em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a sua assinatura;
- IV. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas e do Comitê de Investimentos, inclusive com relação às propostas de realização de despesas, investimentos e alienação ou baixa de ativos e investimentos, assim como todas as disposições deste Prospecto, do Regulamento e demais documentos pertinentes ao FUNDO, sendo que a execução das recomendações do Comitê de Investimentos será sempre de responsabilidade da ADMINISTRADORA;
- V. gerenciar o funcionamento e manter a estrutura organizacional do Pessoal Chave de forma a preservar os princípios estabelecidos no item 11 e subitens da página 23 deste Prospecto;
- VI. adquirir e alienar em nome e benefício do FUNDO, subordinados aos limites de diversificação dispostos no item 6. da página 15 deste Prospecto, ações compreendidas no Portfólio Alvo e/ou títulos de renda fixa compreendidos no Portfólio Flutuante;
- VII. negociar e firmar, em nome do FUNDO, os acordos de acionistas e demais contratos necessários ao cumprimento dos objetivos do FUNDO, dando conhecimento ao Comitê de Investimentos e disponibilizando cópia por meio magnético aos membros do Comitê de Investimentos em até 10 (dez) dias corridos após a sua assinatura, observado o disposto no item 10.10. abaixo;
- VIII. participar quando for do interesse do FUNDO nos órgãos deliberativos das Companhias Investidas (Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal);
- IX. participar de eventos que, a seu exclusivo critério, sejam necessários ou convenientes para o desenvolvimento da Política de Investimentos do FUNDO, sendo-lhe atribuído poderes para exercer, em nome do FUNDO, todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, inclusive o de ação, e o de comparecer e votar em Assembleias Gerais de Cotistas ou Acionistas e especiais, praticando enfim, todos os atos necessários à gestão da carteira do FUNDO, observadas as limitações impostas por este Prospecto, pelo Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, cabendo-lhe, ainda, as decisões de investimento do FUNDO, bem como a sua implementação, salvo quando estas decisões forem de responsabilidade do Comitê de Investimentos.
- X. exercer um programa de governança corporativa que garanta padrões elevados de transparência, disciplina e probidade administrativa nas Companhias Investidas, propiciando proteção adequada aos interesses dos Cotistas e contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento das referidas Companhias;
- XI. monitorar a adequação das Companhias Investidas aos requisitos estipulados nos subitem 5.1. e 5.2. das páginas 13 e 14, respectivamente, deste Prospecto, nos limites previstos em lei e nos respectivos acordos de acionistas, respondendo com exclusividade por eventuais danos decorrentes do descumprimento de tal dever de monitorar a adequação das Companhias Investidas;
- XII. proteger e promover os interesses do FUNDO junto às Companhias Investidas;
- XIII. buscar maximizar os ganhos do FUNDO através da procura de alternativas de realização dos valores investidos nas Companhias Investidas, destacando entre estas a abertura de capital no mercado brasileiro ou internacional e a alienação do investimento para operador estratégico;

- XIV. fornecer orientação estratégica às Companhias Investidas, incluindo estratégias alternativas de distribuição, identificação de potenciais mercados e parceiros estratégicos, bem como de reestruturação financeira;
- XV. prospectar oportunidades, negociando com as Companhias Alvo ou Companhias Investidas, conforme o caso, selecionadas, após todas as diligências cabíveis, o processo de contratação de novos investimentos;
- XVI. monitorar permanentemente as Companhias Investidas, nos seus aspectos mercadológicos, comerciais, financeiros, de produção e de desenvolvimento de produtos;
- XVII. participar ativamente, através de contato sistemático com os administradores das Companhias Investidas, no seu desenvolvimento, inclusive transferindo tecnologia de gerenciamento e colaborando na formulação de estratégias que agreguem valor aos investimentos;
- XVIII. analisar o conteúdo tecnológico dos projetos apresentados com base em padrões de excelência e nas melhores práticas utilizadas internacionalmente;
- XIX. buscar promover a inserção das Companhias Investidas na comunidade empresarial nacional e internacional e no mercado de capitais;
- XX. tentar contribuir na formação de alianças estratégicas com outras empresas ou grupos de empresas situadas no país ou no exterior;
- XXI. indicar um membro para integrar o Comitê de Investimentos do FUNDO, sendo que tal membro atuará como presidente do Comitê de Investimentos;
- XXII. apresentar para deliberação da Assembléia Geral de Cotistas a previsão anual de encargos do FUNDO;
- XXIII. realizar, nos meses em que não houver reunião do Comitê de Investimentos, uma reunião mensal de no máximo 2 (duas) horas com aqueles Cotistas que estiverem representados no Comitê de Investimentos, em cumprimento de agenda anual pré-estabelecida, que deverá seguir a seguinte pauta: (a) geração de negócios, enquadramento; (b) análise, acompanhamento das Companhias Investidas e eventuais modificações da expectativa de retorno. As reuniões poderão ser presenciais e os Cotistas que não puderem comparecer fisicamente poderão participar por conferência telefônica. Até 3 (três) dias após a reunião, a ADMINISTRADORA enviará por mensagem eletrônica a ata da reunião para os investidores que deverão se pronunciar em até 24 horas. Após este período, a ADMINISTRADORA poderá considerar a ata aprovada;
- XXIV. empregar, na defesa dos direitos dos Cotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários a assegurá-los, inclusive ações, recursos e exceções;
- XXV. transigir e praticar, enfim, todos os atos necessários à gestão da carteira do FUNDO, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor, assim como as previstas neste Prospecto e no Regulamento; e
- XXVI. informar e atualizar periodicamente aos cotistas sobre a existência de situações de conflito de interesses relativas à administração e gestão do FUNDO.

10.8. A ADMINISTRADORA poderá contratar, às suas expensas, instituições ou profissionais para assessorá-lo na análise de investimentos, permanecendo, no entanto, responsável pelas análises perante o FUNDO.

10.9. Previamente à realização de investimento pelo FUNDO em uma Companhia Alvo e desinvestimento, a ADMINISTRADORA deverá encaminhar para aprovação do Comitê de Investimentos: a proposição específica com estudos e avaliações realizadas, que justifiquem o investimento ou o desinvestimento pelo FUNDO na Companhia Alvo, acompanhada de todas as demais informações e materiais previstos no item 14.5. da página 29 deste Prospecto.

10.10. A ADMINISTRADORA somente poderá constituir, direta ou indiretamente, outro fundo cuja Política de Investimento seja similar ao do FUNDO, após haver efetuado investimentos, em nome do FUNDO, correspondentes a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do valor do Patrimônio Comprometido, ou após a verificação do término do Período de Investimento, o que ocorrer primeiro.

10.11. É vedado à ADMINISTRADORA prestar consultoria, de qualquer natureza, a Companhias Alvo, em processo de seleção ou negociação para receber investimentos pelo FUNDO, ou Companhias Investidas.

10.12. Sem prejuízo de outros direitos dos Cotistas decorrentes da legislação vigente, deste Regulamento e do Contrato de Investimento, poderão tais Cotistas, às suas expensas, submeter o FUNDO a 2 (duas) avaliações independentes, durante a vida do FUNDO. Tais avaliações consistirão em auditorias independentes (i) da composição, do lastro dos ativos, da avaliação e da precificação da carteira do FUNDO; (ii) das demonstrações financeiras do FUNDO; (iii) do desempenho da ADMINISTRADORA no exercício de todas as suas funções; e (iv) da observância, pelo FUNDO e pelas Companhias Investidas, das regras de governança corporativa dispostas neste Prospecto e no Regulamento.

11. Pessoal Chave

11.1. Caberá unicamente à ADMINISTRADORA a tarefa de seleção e substituição de sua equipe de analistas, observados os termos deste Prospecto e do Regulamento, devendo empregar o necessário cuidado na seleção dos profissionais mais adequados e qualificados para exercer as funções que lhes serão atribuídas.

11.2. O Pessoal Chave, que será mantido pela ADMINISTRADORA dedicado à gestão do FUNDO, será integrado pelos seguintes profissionais:

- I. Eduardo Grytz, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.995.000-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 170.060.468-66, residente e domiciliado na cidade de São Paulo;
- II. Humberto Mitsunori Matsuda, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.327.518-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 284.615.718-94, residente e domiciliado na cidade de São Paulo;

11.3. O Pessoal Chave dedicará seu tempo às atividades do FUNDO de acordo com os respectivos percentuais mínimos abaixo discriminados, considerando-se para tanto como base uma semana de 40 (quarenta) horas úteis, sendo certo que qualquer alteração a tais pessoas e/ou percentuais, será considerada como uma alteração e/ou substituição do Pessoal Chave, devendo a ADMINISTRADORA, mediante a solicitação de qualquer Cotista, apresentar as declarações que sejam necessárias para a verificação da respectiva alocação de tempo do Pessoal Chave, nos termos aqui previstos.

Nome	Período de Investimento	Período de Desinvestimento
Eduardo Grytz	50%	50%
Humberto Mitsunori Matsuda	100%	50%

11.4. Caso qualquer pessoa deixe de integrar o Pessoal Chave ou, ainda, venha a ocorrer qualquer alteração com relação ao Pessoal Chave, deverá a ADMINISTRADORA proceder da seguinte forma: (i) comunicar a referida alteração aos membros do Comitê de Investimentos e aos Cotistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do respectivo desligamento ou alteração, e (ii) convocar uma Assembléia Geral de Cotistas, a qual deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data do respectivo desligamento ou alteração. Por ocasião da Assembléia Geral de Cotistas, a ADMINISTRADORA submeterá à aprovação da Assembléia Geral de Cotistas uma proposta de substituição da pessoa em questão por profissional com qualificação e experiência profissionais, que sejam, no mínimo, similares às da pessoa a ser substituída. Caso a Assembléia Geral de Cotistas, deliberando nos termos do Regulamento, rejeite a indicação do substituto de um membro integrante do Pessoal Chave proposto pela ADMINISTRADORA, poderá tal Assembléia Geral de Cotistas avaliar e aprovar a aplicação de outras medidas, tais como, dentre outras:

- (a) a destituição da ADMINISTRADORA por Justa Causa; e/ou
- (b) com exceção da Taxa de Controladoria, a suspensão temporária do pagamento da Taxa de Administração, incidente no período, até que a referida pendência seja solucionada, podendo a Assembléia Geral de Cotistas deliberar pela aplicação da referida suspensão de imediato, e/ou fixar prazo e/ou, ainda, estabelecer outras condições para aplicação dessa medida; e/ou
- (c) a suspensão de quaisquer chamadas de capital para a integralização de Cotas, até que a referida pendência seja solucionada, suspensão essa que, conforme a Assembléia Geral de Cotistas vier a deliberar, poderá ser aplicada quer de imediato ou dentro de certo prazo, e/ou, ainda, de acordo com outras condições que vierem a ser estabelecidas pela referida Assembléia, ressalvado que não deverá tal suspensão afetar chamadas de capital necessárias a aportes a serem efetuados nas Companhias Investidas, desde que aprovados pelo Comitê de Investimentos, bem como se constituam em objeto de compromisso de integralização já assumido em decorrência da assinatura dos respectivos boletins de subscrição; e/ou
- (d) a dissolução do FUNDO.

11.5. Da mesma forma, se qualquer pessoa integrante do Pessoal Chave reduzir seu tempo de dedicação às atividades do FUNDO, abaixo dos limites previstos neste Regulamento, tal redução e correspondente proposta da ADMINISTRADORA para solucionar tal situação estarão sujeitas ao mesmo procedimento de aprovação previsto no subitem 11.4. acima, assim como à aplicação das medidas ali previstas.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4. e 11.5. acima, caso a Assembléia Geral de Cotistas delibere pela suspensão, as chamadas de capital, assim como os pagamentos da Taxa de Administração, permanecerão suspensos apenas e enquanto não for apresentado e aprovado o respectivo substituto do Pessoal Chave ou que o tempo de dedicação seja restaurado. Nesses casos, uma vez aprovado tal substituto ou restaurado o tempo de dedicação, a ADMINISTRADORA fará jus a receber, em uma única parcela, a Taxa de Administração correspondente ao período em que a mesma esteve suspensa.

12. Renúncia, Destituição e Substituição da Administradora

12.1. A ADMINISTRADORA deixará de administrar e/ou gerir o FUNDO, conforme o caso, nas seguintes hipóteses:

- I. Renúncia à administração e/ou gestão do FUNDO, devendo enviar um aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias endereçado a cada um dos Cotistas, e comunicar tal fato, imediatamente, à CVM;
- II. Descredenciamento da ADMINISTRADORA pela CVM em conformidade com as normas vigentes; ou
- III. Destituição, com ou sem Justa Causa, deliberada pela Assembléia Geral de Cotistas, nos termos do inciso III do subitem 15.1.1. da página 31 deste Prospecto.

12.2. Nas hipóteses de renúncia, descredenciamento pela CVM ou destituição decidida pela Assembléia Geral de Cotistas, a ADMINISTRADORA se obriga a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Cotistas, para realização no prazo de até 10 (dez) dias subseqüentes ao respectivo evento, para eleição do respectivo substituto, sendo facultado aos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) de Cotas representativas do Patrimônio Comprometido integralizado, em qualquer caso, ou à CVM, no caso de descredenciamento, a convocação da Assembléia Geral de Cotistas, caso a ADMINISTRADORA não o faça no prazo de 15 (quinze) dias contados do evento.

12.3. A ADMINISTRADORA se compromete a, em ocorrendo sua respectiva substituição, por qualquer razão (i) transferir todas as informações relativas ao FUNDO ao novo administrador ou gestor, conforme o caso, (ii) cooperar integralmente com o respectivo processo de transferência, e (iii) manter sigilo sobre todas as operações do FUNDO, durante e após tal transferência.

12.4. A ADMINISTRADORA deverá permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

12.5. A ocorrência de qualquer um dos eventos previstos no subitem 12.1 acima, ou de qualquer outra Mudança Substancial, poderá, desde que previamente aprovado em Assembléia Geral de Cotistas, resultar na suspensão do pagamento da Taxa de Administração, conforme o caso, incidente no período e/ou de chamadas de capital aos Cotistas para subscrição ou integralização de Cotas do FUNDO, salvo em relação às Cotas necessárias aos aportes a serem efetuados nas Companhias Investidas, desde que aprovados pelo Comitê de Investimentos, bem como se constituam em objeto de compromisso de integralização já assumido em decorrência da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, hipótese em que as respectivas Cotas deverão ser integralizadas pelos Cotistas. Na ocorrência de qualquer Mudança Substancial deverá a ADMINISTRADORA convocar uma Assembléia Geral de Cotistas, a ser realizada em até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento. A referida Assembléia Geral de Cotistas poderá avaliar e aprovar a aplicação das medidas cabíveis, tais como, dentre outras, as previstas no subitem 11.4. da página 23 deste Prospecto..

13. Remuneração da Administradora

13.1. Taxa de Administração

13.1.1. Pela prestação dos serviços de administração, gestão, tesouraria e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, bem como pelos serviços de distribuição, escrituração da emissão, resgate de cotas e controladoria de ativos e passivos, será cobrada do FUNDO uma Taxa de Administração, equivalente a 3% (três por cento) ao ano sobre o valor total do Patrimônio Comprometido, ficando estabelecida remuneração mínima mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Tal remuneração mínima mensal será corrigida anualmente pelo Indexador.

13.1.2. A ADMINISTRADORA, após deduzida a Taxa de Controladoria, poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente aos demais prestadores de serviços do FUNDO, nas formas e prazos entre eles ajustados, desde que a somatória não exceda o valor da Taxa de Administração.

13.1.3. A Taxa de Controladoria será equivalente a 0,175 % (zero vírgula cento e setenta e cinco por cento) ao ano sobre o valor total do Patrimônio Comprometido, ficando estabelecida remuneração mínima mensal de R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta mil reais). Tal remuneração mínima mensal será corrigida anualmente pelo Indexador. A Taxa de Controladoria será deduzida do montante da Taxa de Administração.

13.1.4. A Taxa de Administração será calculada conforme disposto no item 13.2.abaixo durante o Período de Investimento, sendo certo que, a partir do encerramento do Período de Investimento a Taxa de Administração será calculada em conformidade com o item 13.3. abaixo.

13.2. Taxa de Administração durante o Período de Investimento

13.2.1 A ADMINISTRADORA fará jus, durante o Período de Investimento, mensalmente, ao recebimento da Taxa de Administração que será equivalente, em Reais, a 3,0% (três por cento) ao ano sobre o valor total do Patrimônio Comprometido, conforme detalhado na fórmula abaixo:

$$TA = 3,0\% \times (N / 360) \times SS$$

Onde:

TA = Taxa de Administração.

N = número de dias decorridos entre o encerramento do mês anterior (ou da data de integralização inicial quando do cálculo da primeira **TA**), e a data do encerramento do mês em referência.

SS = valor total do Patrimônio Comprometido do **FUNDO**.

13.2.2. A Taxa de Controladoria durante o Período de Investimento será equivalente a 0,175 % (zero vírgula cento e setenta e cinco por cento) ao ano sobre o valor total do Patrimônio Comprometido, ficando estabelecida remuneração mínima mensal de R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais). Tal remuneração mínima mensal será corrigida anualmente pelo Indexador.

13.3. Taxa de Administração após o Período de Investimento

13.3.1. A ADMINISTRADORA fará jus, a partir do encerramento do Período de Investimento, mensalmente, ao recebimento da Taxa de Administração que será equivalente, em reais, a 3.0 % (três por cento) ao ano sobre o valor do Capital Investido corrigido pelo Indexador, a partir da data em que cada investimento tiver sido realizado e até a data do respectivo cálculo da Taxa de Administração, descontado deste valor os desinvestimentos efetuados ao longo do tempo pelo valor histórico corrigido pelo Indexador e deduzidas as Perdas Totais apuradas com os respectivos investimentos, para tanto considerados pelos seus respectivos valores históricos e atualizados pelo Indexador.

$$TA = 3.0\% \times (N / 360) \times (I - A - PT)$$

Onde **TA** não pode ser negativa, as definições das variáveis na fórmula supra são idênticas às definidas no parágrafo anterior e:

I = Capital Investido corrigido pelo Indexador desde a data de cada integralização até a data de cálculo, pela variação *pro rata temporis* do Indexador

A = amortizações ocorridas corrigidas pelo Indexador desde a data de cada amortização até a data de cálculo, pela variação *pro rata temporis* do Indexador

PT = Perdas Totais ocorridas

13.3.2. A Taxa de Controladoria após o Período de Investimento será equivalente a 0,175 % (zero vírgula cento e setenta e cinco por cento) ao ano sobre valor do Capital Investido corrigido pelo Indexador, a partir da data em que cada investimento tiver sido realizado e até a data do respectivo cálculo da Taxa de Controladoria, descontado deste

valor os desinvestimentos efetuados ao longo do tempo pelo valor histórico corrigido pelo Indexador e deduzidas as Perdas Totais apuradas com os respectivos investimentos, para tanto considerados pelos seus respectivos valores históricos e atualizados pelo Indexador, ficando estabelecida remuneração mínima mensal de R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais). Tal remuneração mínima mensal será corrigida anualmente pelo Indexador. A Taxa de Controladoria após o Período de Investimento será debitada do montante da Taxa de Administração.

13.4. Pagamento da Taxa de Administração

13.4.1. A Taxa de Administração será paga pelo FUNDO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

13.4.2. Nas hipóteses de destituição da ADMINISTRADORA por deliberação dos Cotistas, em Assembléia Geral de Cotistas regularmente convocada e realizada, ou na hipótese da ADMINISTRADORA deixar voluntariamente de exercer suas atividades ou for descredenciado pela CVM, a ADMINISTRADORA fará jus, *pro rata temporis* à Taxa de Administração, até o momento do efetivo desligamento.

13.5. Taxa de Performance

13.5.1. A ADMINISTRADORA receberá, ainda, pela prestação de serviços de gestão, a Taxa de Performance, no valor correspondente a 20,0 % (vinte por cento) dos valores distribuídos pelo FUNDO que excederem o capital original investido corrigido pela variação do Indexador, acrescida de um custo de oportunidade de 6,0 % (seis por cento) ao ano, calculada conforme fórmula abaixo:

$$TP = \{Va - (Cc - Vp)\} \times 20,0\%$$

Onde:

TP = Taxa de Performance.

Va = Valor que está sendo distribuído aos Cotistas a título de amortização de Cotas ou por ocasião da liquidação do FUNDO.

Cc = custo de integralização das Quotas do FUNDO, corrigido desde a data de integralização até a data de cálculo, pelo Indexador, acrescido de um custo de oportunidade de 6% (seis por cento) a.a..

Vp = Soma das quantias já distribuídas aos Cotistas, atualizadas desde a data de sua distribuição até a data de cálculo, pela variação *pro rata temporis* do Indexador, acrescidas de um custo de oportunidade de 6,0 % (seis por cento) ao ano, limitada ao valor de **Cc**.

Para fins de atualização de **Cc** e de **Vp** pelo Indexador será utilizado o índice do mês imediatamente anterior à respectivo data de cálculo.

13.5.2. A Taxa de Performance prevista no subitem 13.5.1. acima será paga quando o resultado da respectiva fórmula for positivo, por ocasião das amortizações de Cotas ou quando da liquidação do FUNDO.

13.5.3. A Taxa de Performance será paga por ocasião das amortizações de Cotas, em moeda corrente nacional, previstas no subitem 17.2.1. da página 38, acompanhada da respectiva memória de cálculo e de eventual Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis, e/ou quando do pagamento das quantias recebidas pelos Cotistas, quando da liquidação do FUNDO.

13.5.4. Na hipótese da ADMINISTRADORA deixar de gerir o FUNDO, o cálculo e/ou pagamento da Taxa de Performance ficará sujeito às seguintes regras:

I - se a ADMINISTRADORA tiver renunciado ou tiver sido descredenciada pela CVM ou ainda tiver sido destituída, com Justa Causa, pela Assembléia Geral de Cotistas não fará ele jus ao recebimento da Taxa de Performance;

II - se a ADMINISTRADORA tiver sido destituída, sem Justa Causa, pela Assembléia Geral de Cotistas, terá ela o direito a receber a Taxa de Performance relativa aos investimentos do FUNDO realizados até a data da destituição, calculados "*pro rata temporis*" em relação ao prazo previsto de duração do FUNDO, sendo certo que a Taxa de Performance será paga, à ADMINISTRADORA destituído, de acordo com as regras estabelecidas neste item, à medida da realização das amortizações de Cotas, relativas aos referidos investimentos, que vierem ainda a ocorrer, após a destituição da ADMINISTRADORA ou quando da liquidação do FUNDO.

14. Comitê de Investimento

14.1. Composição

14.1.1. O FUNDO terá um Comitê de Investimentos composto de até 05 (cinco) membros, que poderão ser somente pessoas físicas, não remunerados para o exercício da função, eleitos ou referendados pela Assembléia Geral de Cotistas em conformidade com o previsto no subitem 14.1.10. abaixo, por um prazo de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

14.1.2. Somente poderá ser eleito para o Comitê de Investimentos, independentemente de quem venha a ser indicado, o profissional que preencher os seguintes requisitos:

- I. Ter reputação ilibada;
- II. Possuir graduação em curso superior, em instituição reconhecida oficialmente no país ou no exterior;
- III. Possuir, pelo menos, 3 (três) anos de comprovada experiência profissional em atividade diretamente relacionada à análise ou à estruturação de investimentos, ou ser especialista setorial com notório saber na área de investimentos do FUNDO; e
- IV. Possuir disponibilidade e compatibilidade para participação em reuniões do Comitê de Investimentos;
- V. Assinar termo de posse atestando possuir as qualificações necessárias para preencher os requisitos dos incisos I a III, acima previstos; e
- VI. Assinar termo de confidencialidade e termo se obrigando a declarar eventual situação de conflito de interesses sempre que esta venha a ocorrer, hipótese em que se absterá não só de deliberar, como também de apreciar e discutir a matéria.

14.1.3. No caso de indicação de representante pessoa jurídica como membro do Comitê de Investimentos, tal membro deverá se obrigar a ser representado nas reuniões e demais atos relacionados ao funcionamento do Comitê de Investimentos por uma pessoa física que possua as qualificações exigidas acima.

14.1.4. Quando de sua eleição, cada membro efetivo ou suplente do Comitê de Investimentos deverá:

- (i) assinar termo de posse atestando possuir as qualificações necessárias para preencher os requisitos previstos acima;
- (ii) assinar termo de confidencialidade relativo a todas e quaisquer informações a que tiver acesso a respeito do FUNDO e/ou em função de seu cargo como membro do Comitê de Investimentos; e
- (iii) assinar termo obrigando-se a declarar eventual situação de conflito de interesses sempre que esta venha a ocorrer, hipótese em que se absterá não só de deliberar, como também de apreciar e discutir a matéria.

14.1.5. Haverá a indicação de um membro efetivo e respectivo suplente.

14.1.6. O membro efetivo, pessoa física, poderá renunciar ao seu cargo, desde que comunique previamente à Administradora, por escrito.

14.1.7. Qualquer dos Cotistas que tiver eleito um membro do Comitê de Investimentos, efetivo ou suplente, poderá, a qualquer tempo, substituir esse membro, ad referendum da Assembléia Geral de Cotistas que se realizar imediatamente a seguir.

14.1.8. Em caso de impedimento temporário, de membro efetivo, este será substituído pelo seu suplente, a quem caberá as mesmas funções e prerrogativas do membro substituído.

14.1.9. Na hipótese de vacância do cargo por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão de membro efetivo, este será substituído pelo seu suplente, que completará o mandato do membro efetivo substituído.

14.1.10 Cada Cotista ou grupo de Cotistas, titular de Cotas de Classe A, de valor total, igual ou superior a, no mínimo 1 % (um por cento) do Patrimônio Comprometido ou R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil

reais), o que for menor, terá o direito, mas não a obrigação, de eleger, em separado, no máximo 1 (um) membro do Comitê de Investimentos.

14.1.11 Os Cotistas, titulares de Cotas de Classe B, deterão o direito, mas não a obrigação, de eleger, em separado, no máximo 1 (um) membro do Comitê de Investimento. Em tal eleição, serão computados os votos dos Cotistas, segundo os valores totais das Cotas, das quais sejam respectivamente titulares.

14.1.12 Exceto pela ADMINISTRADORA, qualquer outro Cotista titular de Cotas de Classe A, com o direito de indicar 1 (um) membro do Comitê de Investimentos, como previsto no subitem 14.1.10.acima, terá alternativamente a faculdade de indicar 1 (um) membro para participar das reuniões do Comitê de Investimentos, tão somente na condição de observador, sem exercer o direito de voto. Na hipótese do exercício de tal faculdade, serão aplicáveis a esse membro não votante todas as disposições relativas a membros do Comitê de Investimentos aqui contidas, inclusive no que concerne ao direito de receber toda e qualquer informação, documento ou outro material previsto a ser enviado ou entregue aos membros do Comitê de Investimentos. A qualquer tempo, a exclusivo critério do Cotista que tiver indicado um membro não votante, poderá o referido membro por ele indicado tornar-se um membro votante ou, mesmo, retornar à condição de membro não votante, e assim sucessivamente, mediante simples comunicação para tanto enviada pelo referido Cotista à ADMINISTRADORA até 3 (três) dias úteis antes da respectiva reunião do Comitê de Investimentos, a partir da qual tal Cotista deseje que a referida alteração de condição do membro por ele indicado se torne eficaz.

14.1.13. A nomeação dos membros integrantes do Comitê de Investimento, na forma prevista nos subitens 14.1.11. e 14.1.10.acima será feita na data da primeira Assembléia Geral de Cotistas que se realizar após a Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM, e como condição para a chamada e realização da Integralização Mínima Inicial.

14.1.14. O membro a ser indicado pela ADMINISTRADORA para participar do Comitê de Investimentos do FUNDO, deverá ser independente, ou seja, não vinculado ao FUNDO, e com conhecimento amplo e reconhecido da atividade de investimento que o FUNDO se propõe a realizar.

14.2. Competência

14.2.1. O Comitê de Investimentos do FUNDO terá competência exclusiva para com base em estruturação e documentos apresentados pela ADMINISTRADORA:

- I. Deliberar sobre a realização de investimentos e desinvestimentos do FUNDO em Companhias Investidas, submetidos pela ADMINISTRADORA, bem como reinvestimentos como previsto nos subitens 16.4.6. e 16.4.8. das páginas 36 e 37 ;
- II. Deliberar sobre as Perdas e respectiva baixa, total ou parcial, do valor dos investimentos, tal como submetidas pela ADMINISTRADORA;
- III. Aprovar as despesas de Auditoria, a serem realizadas em Companhia Alvo, para fins do previsto no inciso XI do subitem 18.1;
- IV Acompanhar o desempenho do FUNDO, mediante relatórios e informações fornecidos pela ADMINISTRADORA nos termos previstos neste Prospecto e no Regulamento, acerca do desempenho das Companhias Investidas; e
- V. Aprovar a participação da ADMINISTRADORA em co-investimentos conforme disposto no subitem 7.3.6. da página 16.

14.2.2. Nenhum investimento ou desinvestimento de Portfólio Alvo será realizado pelo FUNDO sem a prévia aprovação do Comitê de Investimentos.

14.2.3. As deliberações do Comitê de Investimentos não deverão servir, a qualquer tempo, ou sob qualquer pretexto, para eximir a ADMINISTRADORA, ou quaisquer outras instituições contratadas para a custódia de valores ou execução de quaisquer outros serviços com relação ao FUNDO das obrigações, deveres e responsabilidades que lhes são respectivamente atribuídos por este Prospecto, pelo Regulamento ou pela legislação.

14.3. Convocação das Reuniões

14.3.1. As reuniões do Comitê de Investimentos serão convocadas pela ADMINISTRADORA, mediante aviso escrito, enviado por carta registrada com aviso de recebimento (AR) a cada membro, com no mínimo 10 (dez) dias

úteis de antecedência, indicando a data, horário, local da reunião e respectivas matérias a serem nela tratadas, juntamente com o material e informações previstos no subitem 14.5. abaixo.

14.3.2. A não observância pela ADMINISTRADORA, do prazo fixado no subitem acima, resultará no direito de qualquer membro do Comitê de Investimentos solicitar a suspensão da reunião convocada, até que seja observado este prazo.

14.3.3. A convocação de reunião do Comitê de Investimentos, na forma prevista no subitem 14.3.1. acima, poderá ser dispensada, quando todos os membros do Comitê de Investimentos estiverem presentes à reunião e concordarem com a dispensa da mesma.

14.3.4. Qualquer um dos membros do Comitê de Investimentos terá o direito de solicitar à ADMINISTRADORA que convoque uma reunião desse Comitê, apresentando a respectiva matéria a ser nela tratada. Nessa hipótese, retardando a ADMINISTRADORA em enviar a respectiva convocação aos membros do Comitê de Investimentos por um prazo superior a 8 (oito) dias do recebimento da referida solicitação de um dos membros, ficará esse autorizado a enviar a respectiva convocação, com observância dos requisitos previstos no subitem 14.3.1. acima, exceto pelo envio de material e informações dos quais não disponha.

14.4. Periodicidade, Mesa e Quoruns de Instalação e Deliberação das Reuniões

14.4.1. O Comitê de Investimentos reunir-se-á ordinariamente na primeira semana de cada trimestre e extraordinariamente sempre que os interesses do FUNDO assim o exigirem:

14.4.2. As reuniões serão presididas e secretariadas por pessoas indicadas pela ADMINISTRADORA e à ela vinculadas.

14.4.3. As reuniões instalar-se-ão com a presença de 2/3 dos membros efetivos eleitos, ressalvado o disposto no Parágrafo Quinto abaixo.

14.4.4. As deliberações do Comitê de Investimentos serão adotadas com a aprovação de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) dos seus membros efetivos eleitos, cabendo um voto a cada membro do Comitê de Investimentos e ressalvado o disposto no Parágrafo Quinto abaixo.

14.4.5. Um membro do Comitê de Investimentos terá os seus direitos suspensos, incluindo-se o de voto nas deliberações postas em discussão nas reuniões do Comitê de Investimentos, na hipótese do Cotista que o elegeu se encontrar inadimplente com suas obrigações de integralização de Cotas, assumidas perante o FUNDO.

14.4.6. Na hipótese de impedimento ou suspensão de direitos de voto de, no mínimo, 01 (um) membro do Comitê de Investimentos, o quorum de instalação e aprovação das matérias será reduzido para o total do número de membros não impedidos ou com os direitos suspensos. Porém, caso o único membro não impedido seja o indicado pela ADMINISTRADORA, então este não poderá instalar ou aprovar qualquer matéria.

14.4.7. Será permitido o voto por escrito, lavrando-se ata no livro de atas do Comitê de Investimentos contendo apreciação de matérias e respectivas aprovações, a qual deverá ser assinada por todos os membros do Comitê de Investimentos presentes à reunião. Poderão ser realizadas reuniões do Comitê de Investimentos com a participação de um ou mais de seus membros por meio de teleconferência, sendo que, nestes casos, o membro do Comitê que participar por teleconferência deverá, a seguir, enviar seu voto por escrito, por fac-símile, correio ou correio eletrônico, devidamente assinado.

14.5. Informações e Material a serem entregues ao Comitê de Investimentos

14.5.1. Para o bom desempenho do Comitê de Investimentos das funções que lhe são acima conferidas, a ADMINISTRADORA compromete-se a enviar aos seus membros, juntamente com a respectiva convocação da Reunião, quando for o caso, todo o material necessário à avaliação de propostas de investimento ou desinvestimento a serem apresentadas, incluindo uma proposição específica com estudos e avaliações realizadas, que justifiquem o investimento ou o desinvestimento pelo FUNDO, bem como de quaisquer outros assuntos a serem nela tratados, incluindo, sem qualquer limitação, as seguintes informações.

I. Para a análise de propostas de realização de investimentos pelo FUNDO, no mínimo:

- (a) sumário executivo da proposta de investimento e seu detalhamento;
- (b) histórico da Companhia Alvo e pessoas-chave, incluindo, sem limitação, demonstrações financeiras relativas aos três últimos exercícios, se houver;

- (c) análise do mercado de atuação da Companhia Alvo, objeto do investimento;
- (d) análise econômico-financeira da Companhia Alvo, sujeita a alterações decorrentes da Auditoria;
- (e) análise e descrição da estruturação financeira da operação envolvendo o investimento na Companhia Alvo, incluindo retornos esperados, sujeita a alterações decorrentes da Auditoria;
- (f) principais aspectos societários e jurídicos da Companhia Alvo, sujeitos a alterações decorrentes da Auditoria;
- (g) principais riscos identificados e respectivas estratégias ou medidas que possam mitigá-los, sujeitos a alterações decorrentes da Auditoria; e
- (h) um plano de desinvestimento, que incluirá, sem limitação, uma descrição das principais alternativas de saída e prazo estimado para o desinvestimento.

II. Após a aprovação pelo Comitê de Investimentos de investimento em Companhia Alvo:

- (a) a data de conclusão do investimento na Companhia Alvo, sendo certo que os membros do Comitê de Investimento deverão tomar conhecimento de tal conclusão o mais breve possível e poderão divulgá-lo, caso tal divulgação não configure inadimplemento de compromissos assumidos no contexto do investimento; e
- (b) as justificativas para eventuais variações ocorridas nas condições apresentadas, nos termos do Inciso I acima, sendo que no caso de ocorrer mudança substancial nos termos da proposta, após a realização da Auditoria, a proposição deve retornar ao Comitê de Investimentos para nova deliberação.

III. (a) Durante o Período de Investimento e sempre, no mínimo, a cada 90 (noventa) dias, fornecimento do relatório “Mapa de Acompanhamento de Projetos”, contendo informações sobre o status de geração de negócios, enquadramento e análise das oportunidades de investimentos em análise pelo FUNDO, e (b) ao longo de toda a vida do FUNDO, e sempre, no mínimo a cada 90 (noventa) dias, fornecimento do relatório “Performance do Fundo”, contendo informações a respeito das Companhias Investidas, apresentando análise dos resultados reais das companhias em relação ao projetado, expectativa de retorno por companhia; um plano geral de desinvestimentos de cada uma das Companhias Investidas, contendo eventual revisão do plano de desinvestimento apresentado quando da aprovação do investimento na Companhia Investida, nos termos do inciso I (h) acima; e análise da performance do FUNDO no período, incluindo a evolução do valor da Cota do FUNDO. As informações previstas nas alíneas (a) e (b) acima deste inciso III deverão ser atualizadas e encaminhadas ao Comitê de Investimentos, para análise, discussão e acompanhamento, por ocasião de cada reunião desse Comitê, que for realizada trimestralmente.

IV. Para a análise de propostas de realização de desinvestimento pelo FUNDO, no mínimo:

- (a) sumário executivo da proposta de desinvestimento e seu detalhamento; e
- (b) análise e descrição da estrutura financeira da operação, incluindo, sem limitação, o valor a ser recebido pelo desinvestimento e o consequente retorno do investimento efetuado.

V. Após cada desinvestimento, a data de sua conclusão, sendo certo que os membros do Comitê de Investimentos deverão tomar conhecimento de tal conclusão o mais breve possível e poderão divulgá-lo, caso tal divulgação não configure inadimplemento de compromissos assumidos no contexto do desinvestimento.

14.5.2. Não obstante o disposto no subitem 14.5.1 da página 29, os membros do Comitê de Investimento poderão solicitar informações adicionais à ADMINISTRADORA sobre o FUNDO ou as Companhias Investidas pelo FUNDO. A ADMINISTRADORA compromete-se a manter cópias dos documentos celebrados pelo FUNDO, em relação aos investimentos e desinvestimentos nas Companhias Investidas pelo FUNDO, documentos esses que deverão permanecer à disposição dos membros do Comitê de Investimento e lhes serem enviados, caso solicitados à ADMINISTRADORA por qualquer um dos referidos membros.

14.6. Conflito de Interesse

14.6.1. Todo membro do Comitê de Investimentos tem a obrigação de se abster de participar de quaisquer discussões e de votar sobre qualquer matéria, sob análise do Comitê de Investimentos, que possa lhe envolver em

Conflito de Interesse, efetivo ou em potencial, de qualquer natureza, salvo se detiver informações que desabonem o investimento, assim como de votar nas reuniões do Comitê de Investimentos e/ou nas Assembléias Gerais de Cotistas realizadas para resolução de tal Conflito de Interesse.

14.6.2. Dentre outras hipóteses, um membro do Comitê de Investimentos estará impedido de participar dos debates e votações, tendo por objeto matéria que envolva um interesse de Cotista que o tenha elegido ou represente ou, ainda, qualquer Pessoa Vinculada a tal Cotista, tais como exemplificativamente em situações relacionadas a co-investimentos em Companhias Investidas ou desinvestimentos em tais Companhias.

14.6.3. Caso a ADMINISTRADORA venha a ser informada sobre qualquer situação de Conflito de Interesse, efetivo ou em potencial, com relação a qualquer decisão, a ser tomada pelo Comitê de Investimentos, deverá (i) abster-se de disponibilizar informações, a respeito da matéria em questão, ao Cotista e/ou ao membro do Comitê de Investimentos, envolvido no referido Conflito, e (ii) imediatamente comunicar o fato ao Comitê de Investimentos, hipótese em que ficará o membro do Comitê de Investimentos, envolvido em tal Conflito de Interesse, impedido de votar sobre a referida decisão.

14.6.4. Caso a ADMINISTRADORA venha a ser informada sobre qualquer situação de Conflito de Interesse, efetivo ou em potencial, com relação a qualquer decisão já tomada pelo Comitê de Investimentos, deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral de Cotistas para decidir sobre o assunto.

14.6.5. Caso qualquer membro do Comitê de Investimento participe ou venha a participar de Comitês de Investimentos de outros fundos que tenham por objeto o investimento em companhias no mesmo setor de economia do FUNDO, com o compromisso de atualizar tais informações aos cotistas, os referidos membros deverão imediatamente comunicar tal fato à ADMINISTRADORA que, por sua vez, deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que a mesma delibere sobre as providências a serem tomadas em relação ao potencial Conflito de Interesses.

14.6.6. O FUNDO não possui Conselho de Supervisão.

15. Assembléia Geral de Cotistas

15.1. Competência

15.1.1. Além das matérias estabelecidas na regulamentação própria, e de outras matérias previstas em outros itens ou subitens deste Prospecto, compete privativamente à Assembléia Geral de Cotistas:

- I. Tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações financeiras auditadas e previsão anual de encargos apresentadas pela ADMINISTRADORA;
- II. Alterar o Regulamento do FUNDO;
- III. Deliberar sobre a destituição, com ou sem Justa Causa, da ADMINISTRADORA considerada, entre outras, a ocorrência dos fatos discriminados nos subitens 12.1., 12.2. e 12.5. da página 24 deste Prospecto;
- IV. Deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do FUNDO;
- V. Deliberar sobre a emissão de novas Cotas, observado o disposto no subitem 16.7.1. da página 38 deste Prospecto;
- VI. Deliberar sobre alterações na Taxa de Administração e/ou da Taxa de Performance;
- VII. Deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do FUNDO, previsto no item 3 da página 13 deste Prospecto;
- VIII. Deliberar sobre a execução de investimentos que excedam os limites impostos pelo incisos III e IV do subitem 6.1. da página 15 deste Prospecto;
- IX. Deliberar sobre a destituição ou substituição do DISTRIBUIDOR, do Auditor Independente ou do Custodiante do FUNDO;
- X. Deliberar, quando for o caso, sobre a necessidade de avaliação econômica, conforme previsto no inciso XII do subitem 18.1 da página 40 deste Prospecto;

- XI. Deliberar sobre o índice de atualização monetária que, no caso do IPCA vir a ser extinto ou deixe de ser calculado ou divulgado, deva ser aplicado como Indexador, para fins do Regulamento e do Contrato de Investimento;
- XII. Deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas do FUNDO;
- XIII. Dirimir quaisquer questões decorrentes de Conflito de Interesse na condução dos negócios do FUNDO;
- XIV. Deliberar sobre o substituto de Pessoal Chave, assim como de alteração do respectivo tempo de dedicação de Pessoal Chave às atividades do FUNDO, como previsto no subitem 11.4. da página 23 deste Prospecto.
- XV. Em surgindo dúvidas ou controvérsias, deliberar, para quaisquer fins previstos no Regulamento e no Contrato de Investimento a respeito da efetiva caracterização de qualquer evento como Mudança Substancial;
- XVI. Deliberar, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas no subitem 11.4. da página 23 ou no subitem 12.5. da página 24 deste Prospecto, sobre a suspensão do pagamento da Taxa de Administração e/ou de chamadas de capital aos Cotistas para subscrição ou integralização de Cotas, o prosseguimento ou suspensão das atividades do FUNDO, alteração de sua Política de Investimento e/ou tomada de qualquer outra medida apropriada para assegurar as condições mínimas para funcionamento do FUNDO ou sua liquidação;
- XVII. Deliberar sobre a admissão de qualquer novo Cotista no FUNDO que, não tendo firmado o Contrato de Investimento, deverá assinar um Termo de Adesão ou Termo de Cessão, conforme o caso, para o fim de vincular-se integralmente ao Contrato de Investimento, sendo certo que a recusa à admissão de qualquer novo Cotista, nos termos do presente inciso, deverá ser acompanhada das respectivas razões motivadoras de tal recusa, não estando porém tais razões sujeitas a qualquer tipo de demonstração ou comprovação por qualquer Cotista que as venha eventualmente apresentar, nem à discussão ou possibilidade de controvérsia pelos demais Cotistas, pela ADMINISTRADORA ou por quaisquer outros terceiros;
- XVIII. Avaliar o desempenho do FUNDO através de relatórios e informações fornecidos pela ADMINISTRADORA e demais prestadores de serviços do FUNDO acerca do desempenho das Companhias Investidas;
- XIX. Deliberar sobre os honorários e despesas dos consultores externos encarregados da avaliação econômica da carteira de investimentos do FUNDO ou de qualquer ativo mobiliário integrante da carteira de investimentos, quando referida avaliação econômica for requerida pela Assembléia Geral de Cotistas ou pela CVM;
- XX. Deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informação de Cotistas observado o disposto no subitem 10.3. deste Prospecto;
- XXI. Deliberar, quando for o caso, sobre a solução a ser adotada na hipótese de retorno de ativos por ocasião da liquidação dos investimentos do FUNDO, como previsto no subitem 17.2.1. da página 38 deste Prospecto;
- XXII. Ratificar a deliberação do Comitê de Investimentos sobre a liquidação ou baixa contábil, total ou parcial, de investimentos;
- XXIII. Aprovar a propositura de medidas judiciais, em nome do FUNDO, em face de terceiros, destacando-se que no caso de medidas propostas contra o FUNDO, a prévia aprovação da Assembléia Geral não será necessária;
- XXIV. Aprovar qualquer alteração ao quorum necessário para decisões; e
- XXV. Aprovar a alteração da classificação ABVCAP / ANBIMA do FUNDO.

15.2. Alterações ao Regulamento, independentemente da aprovação dos Cotistas

15.2.1. O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral de Cotistas ou de consulta aos Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento à expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas.

15.3. Convocação da Assembléia Geral de Cotistas

15.3.1. A Assembléia Geral de Cotistas poderá ser convocada pela ADMINISTRADORA ou por Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de Cotas subscritas e integralizadas do FUNDO.

15.3.2. O anúncio de primeira convocação da Assembléia Geral de Cotistas dar-se-á juntamente com o da segunda convocação, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, mediante carta registrada com aviso de recebimento (AR) emitida a cada um dos Cotistas, devidamente protocolada, e correio eletrônico com recibo eletrônico de confirmação de recebimento.

15.3.3. A correspondência de convocação indicará, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Cotistas, a descrição dos assuntos a serem discutidos e votados, e encaminhará os documentos e informações necessárias à tomada das deliberações.

15.4.4. Independentemente da convocação prevista neste item, será considerada regular a Assembléia Geral de Cotistas a qual comparecerem todos os Cotistas.

15.4. Instalação da Assembléia Geral de Cotistas

15.4.1. As Assembleias Gerais de Cotistas serão instaladas em primeira convocação com, no mínimo, a presença dos Cotistas detentores da maioria simples das Cotas subscritas e integralizadas do FUNDO. Os presentes deverão assinar o livro de presença de Cotistas às Assembleias Gerais de Cotistas.

15.4.2. As Assembleias Gerais de Cotistas serão instaladas em segunda convocação com a presença de qualquer número de Cotistas detentores das Cotas subscritas e integralizadas do FUNDO. Os presentes deverão assinar o livro de presença de Cotistas às Assembleias Gerais de Cotistas.

15.4.3. Serão considerados qualificados para comparecer à Assembléia Geral de Cotistas ou para votar no processo de deliberação por consulta, os representantes legais dos Cotistas ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

15.4.4. Os Cotistas também poderão participar e votar na Assembléia Geral de Cotistas mediante conferência telefônica ou votar através de comunicação escrita ou correio eletrônico, desde que recebida pela ADMINISTRADORA antes da Assembléia Geral de Cotistas.

15.4.5. A Assembleia Geral de Cotistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do FUNDO o exigirem, na sede social do ADMINISTRADOR. A Assembléia Geral de Cotistas será presidida e secretariada por pessoas indicadas pela ADMINISTRADORA e a ela vinculadas.

15.5. Deliberação pela Assembléia Geral de Cotistas

15.5.1. As deliberações serão tomadas pelo critério de maioria das Cotas subscritas e integralizadas, com cada Cota correspondendo a um voto, ressalvado o disposto nos subitens 15.5.3. e 15.5.4. abaixo, além do 15.6.4. da página 34 deste Prospecto.

15.5.2 Em relação às matérias dos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XV, XII a XVII, XXI, XXIV e XXV do subitem 15.1.1. da página 31, as deliberações serão tomadas por Cotistas que conjuntamente sejam detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Cotas subscritas e integralizadas, e sem prejuízo do disposto no subitem 15.5.3. abaixo. Sempre que a aplicação dessa fórmula resultar em número fracionário, este será arredondado para cima, até o número inteiro mais próximo do resultado anterior.

15.5.3. A alteração do Regulamento, para modificação de qualquer quorum de deliberação aqui previsto, somente será válida se aprovada por Cotistas titulares de Cotas subscritas e integralizadas do FUNDO, que totalizem, no mínimo, o referido quorum a ser modificado.

15.5.4. Ao final da Assembléia Geral de Cotistas deverá ser lavrada Ata no Livro de Atas das Assembleias Gerais de Cotistas, contendo apreciação de matérias e respectivas deliberações, a qual deverá ser assinada por todos os Cotistas presentes e enviada por meio de fac-símile e correio eletrônico endereçado a cada Cotista.

15.6. Deliberação mediante Processo de Consulta

15.6.1. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas poderão ser tomadas mediante processo de consulta formalizada em carta registrada com aviso de recebimento (AR) e correio eletrônico com aviso de recebimento dirigido pela ADMINISTRADORA a cada Cotista.

15.6.2. Da consulta deverão constar todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

15.6.3. A ausência de resposta, no prazo de 30 (trinta) dias, será considerada como anuência por parte dos Cotistas, entendendo-se por estes autorizada, desde que tal interpretação conste da consulta.

15.6.4 O quorum de deliberações tomadas na forma deste item será o de maioria absoluta das Cotas do FUNDO subscritas e integralizadas, com exceção das matérias previstas nos subitens 15.5.2. e 15.5.3. da página 33 , cujas respectivas deliberações serão tomadas de acordo com os respectivos quoruns de deliberação ali previstos.

15.7. Cômputo de Votos

15.7.1. Na Assembléia Geral de Cotistas serão computados apenas os votos correspondentes às Cotas que tenham sido integralizadas nos termos, prazos e condições estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento, assim como no Contrato de Investimento, e que se encontrem depositadas na conta de depósito em nome dos referidos Cotistas até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização.

15.7.2. As Cotas detidas pelos Cotistas impedidos de votar por Conflito de Interesse ou em razão de inadimplemento não serão computadas no quorum de deliberação da respectiva matéria.

15.8. Conflito de Interesses

15.8.1. A ADMINISTRADORA, assim como seus respectivos controladores e/ou Cotista(s) por qualquer um deles controlado(s), direta ou indiretamente, ou, ainda, qualquer Pessoa Vinculada a eles, que forem Cotistas do FUNDO, ficarão impedidos de votar nas hipóteses dos incisos III, VI, XIV e XVI do subitem 15.1.1. da página 31, assim como em quaisquer outras situações de Conflito de Interesse que os possam envolver, direta ou indiretamente, incluindo sobre a admissão de exceções às vedações constantes do Regulamento.

15.8.2. Ficarão outrossim impedidos de votar na Assembléia Geral de Cotistas todos os envolvidos em situação de Conflito de Interesse com o FUNDO, efetivo ou em potencial. Dentre outras hipóteses, um Cotista estará impedido de participar dos debates e votações, tendo por objeto matéria que envolva um interesse dele próprio ou, ainda, de qualquer Pessoa Vinculada a ele, tais como exemplificativamente em situações relacionadas a co-investimentos em Companhias Investidas ou desinvestimentos em tais Companhias.

15.8.3. Caso a ADMINISTRADORA venha a ser informado sobre qualquer situação de Conflito de Interesse, efetivo ou em potencial, com relação a qualquer decisão, a ser tomada pela Assembléia Geral de Cotistas, deverá (i) abster-se de disponibilizar informações, a respeito da matéria em questão, ao Cotista e/ou qualquer Pessoa Vinculada a ele, envolvido no referido Conflito, e (ii) imediatamente comunicar o fato à Assembléia Geral de Cotistas, hipótese em que ficará o Cotista e/ou qualquer Pessoa Vinculada a ele, envolvido em tal Conflito de Interesse, impedido de votar sobre a referida decisão.

15.8.4. Caso a ADMINISTRADORA venha a ser informada sobre qualquer situação de Conflito de Interesse, efetivo ou em potencial, com relação a qualquer decisão já tomada pela Assembléia Geral de Cotistas, deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral de Cotistas para decidir sobre o assunto.

16. Características, Subscrição, Integralização e Emissão de Novas Cotas

16.1. Características das Cotas

16.1.1. A emissão de Cotas do FUNDO será composta de 1.300 (mil e trezentas) Cotas, de valor unitário de R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais), divididas em 1.040 (mil e quarenta) Cotas de Classe A e 260 (duzentas e sessenta) Cotas de Classe B, totalizando um Patrimônio Comprometido de até R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de Reais), valor esse que deverá corresponder ao resultado da soma dos valores de todos os compromissos de investimento assumidos pelos Cotistas no Contrato de Investimento, Termos de Adesão e respectivos Boletins de Subscrição.

16.1.2. As cotas serão sempre integralizadas pelo valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

16.1.3. O valor mínimo individual de subscrição é de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

16.1.4. As Cotas serão objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400/03 e demais normas aplicáveis, as quais serão distribuídas no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da data da concessão do registro de distribuição de Cotas pela CVM, em regime de melhores esforços.

16.1.5. O FUNDO deverá possuir um Patrimônio Comprometido Mínimo de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais) para que possa entrar em funcionamento após a Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM.

16.1.6. As Cotas do FUNDO corresponderão a frações ideais de seu patrimônio líquido e terão forma escritural nominativa.

16.1.7. As Cotas do FUNDO serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares junto ao Custodiante.

16.1.8. As Cotas de Classe A e as Cotas de Classe B conferirão a seus titulares idênticos direitos econômicos e patrimoniais. As Cotas de Classe A e as Cotas de Classe B conferirão direitos políticos diferenciados tão somente com relação à eleição dos membros do Comitê de Investimentos, conforme previsto no subitem 14.1.10. da página 27

16.1.9. A FINEP– FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS, NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E A ADMINISTRADORA SERÃO TITULARES DE COTAS DE CLASSE A. OS DEMAIS COTISTAS SERÃO TITULARES DE COTAS CLASSE B.

16.1.10. A responsabilidade de cada Cotista é restrita ao valor das Cotas por ele subscritas e cada um responde, apenas e estritamente, pela integralização das Cotas que tenha subscrito, na forma prevista no Contrato de Investimento e no Regulamento. Em nenhuma hipótese, um Cotista será obrigado a fazer aportes adicionais ao FUNDO para compensar deficiências decorrentes do inadimplemento de quaisquer outros Cotistas, nem será permitido alocar recursos aportados por Cotistas adimplentes para a cobertura, direta ou indireta, das referidas deficiências.

16.2. Subscrições das Cotas

16.2.1. No ato da subscrição das Cotas, o subscritor assinará Boletim de Subscrição que será autenticado pela ADMINISTRADORA ou pela instituição autorizada a processar a subscrição e a integralização das Cotas de emissão do FUNDO.

16.2.2. Do Boletim de Subscrição, na forma anexa ao Contrato de Investimento, constará:

- I. Nome e qualificação do subscritor;
- II. Número de Cotas subscritas; e
- III. Preço de subscrição, valor total a ser integralizado e respectivo prazo, especificando (1) no caso de integralização de Cotas no ato da subscrição: a data da integralização e forma de pagamento, ou (2) integralização de Cotas em data posterior à data de sua subscrição: a condição de que tal integralização estará sujeita à satisfação integral de todas as condições prévias acordadas neste Prospecto, no Regulamento e no Contrato de Investimento, a informação sobre a obrigação de realizar a prestação correspondente às Cotas subscritas e sobre as demais condições decorrentes da eventual mora ou do inadimplemento, conforme previsto no item 16.6. da página 37.

16.2.3. A subscrição poderá ser feita por meio de carta registrada com aviso de recebimento (AR) dirigida à ADMINISTRADORA, observadas as disposições deste item

16.2.4. O FUNDO não cobrará taxa de ingresso ou de saída dos investidores que subscreverem Cotas.

16.2.5. As taxas, despesas e prazos do FUNDO são idênticos para todos os Cotistas.

16.2.6. O prazo máximo para as subscrições das Cotas, objeto da emissão fixada no subitem 16.1.1. da página 34, será de 360 (trezentos e sessenta) dias contados, conforme o caso, da data da autorização para constituição do FUNDO ou da data da concessão do registro pela CVM de distribuição das Cotas, sendo canceladas as Cotas emitidas pelo FUNDO que não sejam subscritas por qualquer investidor dentro do prazo mencionado neste subitem. A ADMINISTRADORA informará à CVM e aos Cotistas, mediante carta registrada com aviso de recebimento (AR), o eventual cancelamento das Cotas não subscritas.

16.3. Contrato de Investimento e Anexos

16.3.1. Os Cotistas iniciais do FUNDO assinarão, em conjunto, o Contrato de Investimento e, cada um, o seu respectivo Boletim de Subscrição, na forma anexa ao Contrato de Investimento. Qualquer investidor que, não tendo

firmado originalmente o Contrato de Investimento, venha a ser admitido como novo Cotista no FUNDO, nos termos previstos neste Regulamento, deverá assinar, além do Boletim de Subscrição, (i) um termo de adesão (o “Termo de Adesão”, cuja minuta encontra-se anexa ao Contrato de Investimento), no caso de subscrição de Cotas do FUNDO, ou (ii) um termo de cessão (o “Termo de Cessão”, cuja minuta encontra-se anexa ao Contrato de Investimento), no caso de aquisição de Cotas do FUNDO, transferidas pelos subscritores originais do Contrato de Investimento, para o fim de, em qualquer um dos casos, vincular-se integralmente aos termos e condições do Contrato de Investimento, bem como fixar e/ou confirmar o valor total do seu respectivo compromisso de investimento no FUNDO, nas respectivas formas anexas ao Contrato de Investimento.

16.3.2. Em ocorrendo alterações ou aditamentos ao Contrato de Investimento e/ou a seus anexos, firmados com observância das respectivas disposições ali previstas aplicáveis a tais alterações ou aditamentos, o Regulamento deverá ser correspondentemente alterado, mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, para o fim de que seu Anexo I passe a refletir a nova versão do Contrato de Investimento e/ou a de seus Anexos, tal como alterada ou aditada. Será ineficaz, não produzindo quaisquer efeitos, a celebração de qualquer Contrato de Investimento em desacordo com os termos e condições previstos na forma do Contrato de Investimento, tal como anexada no Regulamento como Anexo I.

16.4. Integralização das Cotas

16.4.1. Na medida em que ocorrerem Chamadas para Integralização, as Cotas serão integralizadas à vista em moeda corrente nacional, mediante documento de ordem de crédito - DOC ou transferência eletrônica disponível - TED, e as importâncias recebidas na integralização de Cotas deverão ser depositadas em instituição financeira, em nome do FUNDO, sendo obrigatória sua imediata aplicação em títulos do Portfólio Flutuante.

16.4.2. Todas as integralizações de Cotas, incluindo a prevista no subitem 16.5.1. da página 37 deste Prospecto, estarão sempre sujeitas à satisfação integral de todas as condições previstas no Regulamento, bem como no Contrato de Investimento e, exceto na hipótese prevista no subitem 16.6.1. da página 37 deste Prospecto, não estarão sujeitos a qualquer ajuste, correção ou juros. Nenhum Cotista estará sujeito a quaisquer ônus ou cominações por deixar de subscrever e/ou integralizar Cotas do FUNDO em virtude do não atendimento das condições previstas no Contrato de Investimento.

16.4.3. Do recibo de integralização de Cotas fornecido ao Cotista, deverá constar, expressamente, o valor dos recursos entregues a título de integralização das Cotas, bem como o número ou proporção de Cotas subscritas e integralizadas. O recibo de integralização será autenticado pela ADMINISTRADORA ou pela instituição autorizada a processar a subscrição e a integralização das Cotas de emissão do FUNDO.

16.4.4. Os valores integralizados serão alocados para integralização de um número inteiro de Cota detida pelo respectivo Cotista. Em cada chamada para integralização de Cotas, observar-se-á com relação a cada Cotista uma proporção de integralização do total das respectivas Cotas por cada um deles subscritas que seja idêntica para todos os Cotistas. Assim, caso já tenha havido uma ou mais chamadas para integralização de Cotas, no momento em que ocorrer qualquer nova subscrição de Cotas, referentes à mesma emissão, cada um dos Cotistas, que vier a subscrever essas últimas, deverá integralizar, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, um número total de Cotas necessário que o faça deter, após tal subscrição, Cotas integralizadas na mesma proporção (“Percentual de Integralização”) daqueles que já tiverem integralizado Cotas (não computadas as novas Cotas subscritas em tal ato). O Cotista cujo Percentual de Integralização for diluído em razão da subscrição de novas Cotas, quer por ele próprio ou por novos Cotistas, deverá, na chamada para integralização de capital subsequente, integralizar Cotas adicionais, às que deveria originalmente integralizar, para o fim de recompor o Percentual de Integralização detido anteriormente a tal subscrição.

16.4.5. Não obstante a regra da proporção idêntica de Percentual de Integralização prevista no Parágrafo Terceiro acima, caso a ADMINISTRADORA constatare que o valor da integralização a ser realizada pelos Cotistas, observando-se a proporção entre o valor total das respectivas Cotas por cada um deles subscritas e o valor da integralização a ser realizada por cada um deles na ocasião, acabará por resultar em Cotas fracionadas, poderá a ADMINISTRADORA deixar de aplicar rigorosamente a referida regra, desde que, em tal hipótese, (i) arredonde o número de Cotas a serem integralizadas pelos Cotistas para números inteiros (para mais ou para menos), conforme o valor, mais próximo, resultante do cálculo inicialmente efetuado em observância à referida regra da proporção idêntica e (ii) busque corrigir ou diminuir, o máximo possível, as diferenças resultantes do acima referido arredondamento, nas chamadas a serem realizadas imediatamente a seguir. A eventual não observância da regra da proporção idêntica de Percentual de Integralização nas chamadas de capital na hipótese prevista neste Parágrafo representa mero ajuste para evitar a existência de Cotas fracionadas, não devendo jamais resultar na obrigação de quaisquer dos Cotistas em integralizar Cotas em número superior às por eles subscritas.

16.4.6. Após a aprovação de investimentos pelo Comitê de Investimentos a ADMINISTRADORA efetuará a(s) chamada(s) para a integralização das Cotas que deverá(ão) ser realizada(s) pelos Cotistas no(s) respectivo(s)

prazo(s) previsto(s) na(s) chamadas(s), sendo certo que tal prazo não poderá, em qualquer hipótese, ser inferior a 30 (trinta) dias a contar do efetivo recebimento da correspondência da ADMINISTRADORA, contendo a chamada para a integralização.

16.4.7. Nenhuma chamada para integralização de Cotas subscritas será realizada pela ADMINISTRADORA enquanto os recursos do FUNDO não se encontrarem enquadrados nos limites previstos no subitem 6.1. da página 15 deste Prospecto.

16.4.8. As integralizações de Cotas deverão ser chamadas até o término do Período de Investimento, ressalvado que os Cotistas poderão receber, durante o prazo de duração do FUNDO, chamada(s) para que efetuem a integralização das Cotas referentes aos recursos necessários: (i) às despesas do FUNDO; (ii) aos aportes nas Companhias Alvo pelo FUNDO, quando estes, apesar de estruturados durante o Período de Investimento, acabem por exceder o prazo de tal Período; e (iii) a aportes adicionais, não previstos na estruturação inicial do investimento, e que eventualmente venham ser aprovados pelo Comitê de Investimentos em favor de Companhias Investidas durante o Período de Investimento, desde que a soma de tais novos investimentos não ultrapasse o limite de 20% do Patrimônio Comprometido, e, ainda, desde que atendidos, em qualquer dessas hipóteses, os seguintes limites (a) não poderão ser realizadas chamadas após 02 (dois) anos do encerramento do Período de Investimento, (b) não poderão ser realizados investimentos pelo FUNDO, que excedam o valor total do Patrimônio Comprometido previsto no subitem 16.1.1. da página 34 deste Prospecto, e (c) em nenhuma hipótese serão realizadas chamadas de integralização de Cotas que excedam o valor total das Cotas subscritas por cada Cotista.

16.5. Integralização Mínima Inicial

16.5.1. Sujeito ao atendimento de todas demais as condições previstas no Regulamento e no Contrato de Investimento, os Cotistas serão chamados a realizar uma integralização mínima inicial em valor correspondente a até 5% (cinco por cento) das respectivas Cotas subscritas, para a qual será dispensada a aprovação prévia do Comitê de Investimentos prevista neste Prospecto, assim como a observância do requisito previsto no subitem 16.4.7. acima.

16.6. Inadimplemento da Obrigação de Integralizar as Cotas

16.6.1. O Cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas no Regulamento e no Contrato de Investimento ficará automaticamente e de pleno direito, independente de qualquer outra formalidade ou comunicação, constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo Indexador, *pro rata temporis*, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o débito corrigido.

16.6.2. Caso o Cotista inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de integralizar as Cotas subscritas do FUNDO, estabelecida no Contrato de Investimento, as amortizações, dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de recebimento a que fizer jus serão utilizadas para compensação dos débitos existentes com o FUNDO até o limite de seus débitos.

16.6.3. O Cotista inadimplente terá, ainda, seu direito de voto suspenso com relação às Cotas, cuja integralização se encontre em atraso, não podendo exercê-lo na Assembléia Geral de Cotistas do FUNDO enquanto perdurar a situação de inadimplência. Apesar da suspensão do direito de voto, o Cotista deverá ser convocado para a Assembléia Geral de Cotistas.

16.6.4. Ainda, sem prejuízo do disposto nos demais subitens do presente item, persistindo a mora do Cotista por um prazo superior a 90 (noventa) dias a contar da data do vencimento da obrigação, deverá a ADMINISTRADORA ofertar, sem que qualquer contrapartida seja devida ao Cotista inadimplente, as Cotas não integralizadas, no todo ou em parte, detidas pelo Cotista inadimplente aos demais Cotistas com observância do procedimento previsto no subitem 17.3.3. da página 39 deste Prospecto, cancelando-se as referidas Cotas eventualmente não adquiridas pelos demais Cotistas nos respectivos prazos ali fixados, e com expressa renúncia pelo Cotista inadimplente, a ser para tanto consignada no respectivo Boletim de Subscrição por ele firmado, a quaisquer Cotas a serem ofertadas ou canceladas na forma acima, tudo sem prejuízo da responsabilidade do Cotista inadimplente de ressarcir os prejuízos a que der causa, bem como arcar com todos os custos e despesas, inclusive honorários advocatícios, decorrentes da tomada de qualquer uma das medidas acima.

16.6.5. A ADMINISTRADORA deverá informar, mediante carta registrada com aviso de recebimento (AR), ao Cotista inadimplente o término do prazo referido no parágrafo anterior e os novos detentores das Cotas subscritas e não integralizadas, ou o eventual cancelamento de tais Cotas.

16.6.6. Visando a transferência das Cotas subscritas e não integralizadas detidas pelo eventual Cotista inadimplente, os Cotistas nomeiam a ADMINISTRADORA como sua procuradora com plenos poderes para efetuar

a transferência prevista no subitem 16.6.4. acima, podendo para tanto assinar todo e qualquer documento necessário à formalização da mesma, sem a necessidade de prestação de contas ao Cotista inadimplente, salvo o previsto no subitem 16.6.5. acima, ou do cumprimento de qualquer outra formalidade junto ao mesmo.

16.7. Emissão de novas Cotas

16.7.1. Qualquer emissão e distribuição de novas Cotas pelo FUNDO estarão sujeitas à aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do item 15.1.1., inciso XII da página 31 e do item 15.5.2. da página 33 deste Prospecto, registro na CVM e, ainda, às seguintes regras:

- a) Na proporção do número de Cotas que possuírem, os Cotistas terão direito de preferência para a subscrição das Cotas, objeto da nova emissão, direito esse que deverá ser exercido por cada Cotista no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da respectiva Assembleia Geral de Cotistas, que aprovar a referida emissão. Será ainda assegurado aos Cotistas o direito de solicitar, nos respectivos Boletins de Subscrição, reserva das sobras de quaisquer Cotas que deixarem de ser subscritas pelos demais Cotistas dentro do acima referido prazo de 30 (trinta) dias para exercício do direito de preferência. Em tal hipótese, as sobras serão rateadas entre os Cotistas que tiverem solicitado a sua reserva, na proporção das respectivas Cotas por eles subscritas. A Assembleia Geral de Cotistas, que aprovar a nova emissão de Cotas, fixará o prazo máximo para a subscrição das Cotas que remanescerem não subscritas, após findo o acima referido prazo para exercício do direito de preferência previsto no presente inciso ou, conforme o caso, o respectivo saldo não rateado; e
- b) O valor unitário das novas Cotas não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e o seu respectivo preço de emissão deverá ser fixado de forma a não acarretar a diluição injustificada da participação dos antigos Cotistas do FUNDO, ainda que tenham direito de preferência para subscrever as novas Cotas, tendo em vista o valor econômico dos investimentos do FUNDO, determinado por empresa independente especializada, nos termos da Instrução CVM nº 438/06, a menos que outra forma de avaliação das novas Cotas seja aprovada em Assembleia Geral de Cotistas, observado o quorum qualificado de que trata o item 15.5.2. supra.

17. Resgate, Amortização e Negociação de Cotas

17.1. Resgate de Cotas

17.1.1. Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração do FUNDO ou sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas nos subitens do item 17.2. abaixo.

17.2. Amortização de Cotas

17.2.1. Por ocasião da liquidação, total ou parcial, dos investimentos do FUNDO em Companhias Investidas, será o respectivo produto, oriundo da tal liquidação, obrigatoriamente destinado à amortização de Cotas, salvo se, durante o Período de Investimento, o Comitê de Investimentos deliberar pelo reinvestimento, parcial ou total, do lucro aferido na operação em Companhia Investida, lucro esse que, para fins do ora previsto, deverá ser considerado como o montante que exceder ao valor correspondente ao principal do capital investido pelos Cotistas no FUNDO, atualizado pela variação do Indexador e acrescido de 6,0% (seis por cento) a.a., a partir de cada data de integralização de Cotas e até a data da amortização.

17.2.2. A amortização das Cotas será feita mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas integralizadas existentes.

17.2.3. Rendimentos, dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos por Companhias Investidas, assim como quaisquer outros valores recebidos pelo FUNDO em decorrência de seus investimentos nas referidas Companhias, deverão, durante o Período de Investimento, ser destinados a reinvestimentos, mediante aprovação prévia do Comitê de Investimentos. Durante o Período de Desinvestimento, os valores previstos neste parágrafo serão destinados à amortização de Cotas, na forma prevista neste item.

17.2.4. Respeitado o prazo de carência para Amortizações de 1 (um) ano a contar da data da primeira integralização do Cotas, as amortizações de Cotas previstas neste item, deverão ser pagas aos Cotistas sempre em moeda corrente nacional em até 5 (cinco) dias úteis após a efetiva entrada dos recursos no FUNDO, não sendo admitidas amortizações em bens e direitos, nem mesmo por ocasião da liquidação ou encerramento do FUNDO, observado o previsto no subitem 17.2.6. abaixo.

17.2.5. A liquidação dos ativos do FUNDO será feita por meio da venda em bolsa de valores, em mercado de balcão organizado, em mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, conforme o tipo de ativo integrante da Carteira, observado o disposto na legislação aplicável.

17.2.6. Não sendo possível obter-se a liquidação dos investimentos do Portfólio Alvo por meio da forma prevista no parágrafo anterior, será convocada Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre a solução a ser adotada.

17.3. Negociações de Cotas

17.3.1. As Cotas do FUNDO poderão ainda ser negociadas e transferidas privadamente, desde que admitido e observadas as condições descritas neste Prospecto, no Regulamento e na legislação aplicável, mediante Termo de Cessão, como previsto no item 16.3 da página 36, assinado pelo cedente e pelo cessionário (com firma reconhecida) e registrado em cartório de títulos e documentos, sendo que as cotas do FUNDO somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, todas as obrigações deste perante o FUNDO no tocante à sua integralização. O Termo de Cessão, devidamente registrado, deverá ser encaminhado pelo cessionário à ADMINISTRADORA. A ADMINISTRADORA atestará o recebimento do Termo de Cessão, encaminhando-o ao Custodiante para que só então seja procedida a alteração da titularidade das Cotas nos respectivos registros do FUNDO, tendo a citada alteração, como data base, a data de emissão do recibo do Termo de Cessão pela ADMINISTRADORA.

17.3.2. Caso qualquer Cotista deseje alienar ou ceder, no todo ou em parte, suas Cotas, ou ainda na hipótese prevista no subitem 16.6.4. da página 37 deste Prospecto, os demais Cotistas terão direito de preferência à aquisição das referidas Cotas (doravante as "Cotas Ofertadas"), na proporção do número de Cotas do FUNDO de que forem respectivamente titulares à época, de acordo com os termos e condições previstos no subitem 17.3.3. a seguir.

17.3.3. O Cotista que desejar alienar as Cotas Ofertadas, deverá enviar à ADMINISTRADORA as condições da operação pretendida, discriminando preço e respectivas condições de pagamento, bem como o nome do terceiro interessado (a "Oferta"). Uma vez recebida a Oferta, deverá a ADMINISTRADORA encaminhá-la a cada um dos demais Cotistas, juntamente com a convocação da Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre a admissão do novo Cotista, nos termos do inciso XVIII do subitem 15.1.1. da página 32 e do subitem 15.5.1. da página 33 deste Prospecto. Os demais Cotistas, uma vez recebida a Oferta, terão então um prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do seu recebimento para, alternativamente:

a) Expressar a intenção irrevogável de, sempre proporcionalmente ao número de Cotas do FUNDO de que forem respectivamente titulares à época, adquirir as Cotas Ofertadas, bem como, ainda, se desejarem, as eventuais sobras de quaisquer Cotas Ofertadas não adquiridas pelos demais Cotistas dentro do acima referido prazo de 30 (trinta) dias. Em tal hipótese, as Cotas Ofertadas, inclusive, quando for o caso, eventuais sobras de tais Cotas, serão adquiridas pelo Cotista interessado e a ele transferidas, de acordo com os mesmos termos e condições da Oferta, dentro do período dos 15 (quinze) dias subseqüentes ao término do prazo de 30 (trinta) dias para a manifestação pelos demais Cotistas; ou

b) Explícita ou tacitamente recusar as Cotas Ofertadas, sendo que a não manifestação por qualquer Cotista, dentro do acima referido prazo de 30 (trinta) dias, será considerada como uma recusa expressa em adquirir as Cotas Ofertadas. Na hipótese de tal recusa, a totalidade das Cotas Ofertadas ou, conforme o caso, o seu respectivo saldo não adquirido pelos demais Cotistas nos termos previstos na alínea acima, poderá ser transferida a terceiros, desde que, cumulativamente: (i) tal transferência seja realizada, segundo os mesmos termos e condições da Oferta, no período subsequente de 90 (noventa) dias após o término do período de 15 (quinze) dias previsto na alínea "a" acima, (ii) a admissão do novo Cotista tenha sido aprovada nos termos do inciso XVIII do subitem 15.1.1. da página 31 e do subitem 15.5.1. da página 33 deste Prospecto, (iii) o novo Cotista tenha firmado um Termo de Adesão ou Termo de Cessão, conforme o caso, para o fim de vincular-se integralmente ao Contrato de Investimento e (iv) os adquirentes das Cotas que ainda não sejam Cotistas deverão aderir aos termos e condições do FUNDO por meio da assinatura e entrega à ADMINISTRADORA dos documentos por esta exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Cotistas do FUNDO.

17.3.4. Nenhum Cotista poderá empenhar ou onerar suas Cotas, direitos de preferência ou quaisquer outros direitos inerentes às Cotas, sem o prévio consentimento por escrito dos demais Cotistas.

17.3.5. Caso o FUNDO já tenha realizado seu primeiro investimento quando da entrada de novos cotistas, estes não poderão se manifestar acerca da decisão do referido investimento, e deverão seguir as regras e os prazos dispostos no Regulamento sobre as chamadas de capital a que os antigos Cotistas estavam sujeitos.

18. Encargos do Fundo

18.1. Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração da ADMINISTRADORA, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas pela ADMINISTRADORA e que, se incorridas pela ADMINISTRADORA, deverão ser reembolsadas pelo FUNDO, observada a previsão anual aprovada em Assembléia Geral de Cotistas, como previsto no inciso I do subitem 15.1.1. da página 31 deste Prospecto e desde que nenhuma despesa resulte em chamada aos Cotistas de valores acima do saldo não integralizado das respectivas Cotas por eles subscritas:

I - taxas, impostos, ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

II - as despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas na regulamentação pertinente ou no Regulamento;

III - as despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive com as comunicações feitas aos Cotistas;

IV - honorários e despesas do Auditor Independente responsável pela revisão das demonstrações financeiras do FUNDO, e da análise de sua situação e da atuação da ADMINISTRADORA, inclusive com relação à Política de Investimento fixada neste Prospecto e no Regulamento;

V - os honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de condenação eventualmente imputada ao FUNDO, sendo certo que a propositura de medida judicial em nome do FUNDO em face de terceiros estará sujeita à aprovação prévia da Assembléia Geral de Cotistas, como previsto no inciso XXIII do subitem 15.1.1. da página 31 deste Prospecto;

VI - o valor das parcelas dos prejuízos eventualmente sofridos pelo FUNDO, que não sejam cobertos por apólice de seguro e não decorram de dolo, culpa ou negligência da ADMINISTRADORA no exercício de suas atribuições;

VII - os prêmios de seguros sobre bens e direitos integrantes do patrimônio do FUNDO, bem como despesas com impostos e tarifas bancárias relativas às transferências de recursos do FUNDO entre bancos;

VIII- quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembléia Geral de Cotistas, até o limite de (i) 1,0 % (um por cento) do Patrimônio Comprometido, para despesas inerentes à constituição, e (ii) 1,0 % (um por cento) do Patrimônio Comprometido, para as demais despesas mencionadas neste item, que, em qualquer um dos casos, deverão ser devidamente comprovadas e aprovadas pela Assembléia Geral de Cotistas, devendo os comprovantes de despesa serem passíveis de auditoria;

IX - a taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;

X –taxas de corretagem, emolumentos e comissões referentes às operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;

XI - as despesas contratadas pela ADMINISTRADORA em nome do FUNDO relativas a auditorias fiscais, legais, contábeis, tecnológicas e ambientais e, ainda, custos de elaboração de contratos, incorridos para a realização de investimentos em Companhias pelo FUNDO, que, embora aprovados pelo Comitê de Investimentos nos termos do Regulamento, deixem de ser efetivamente realizados, sendo certo que as despesas previstas neste inciso poderão ser debitadas ao FUNDO desde que a realização das Auditorias e elaboração de contratos acima previstos tenham sido: (a) submetidas ao Comitê de Investimentos, juntamente com os valores das respectivas despesas e custos relativos a tais trabalhos, e por esse previamente aprovados, nos termos previstos do inciso III do subitem 14.2.1. da página 28 deste Prospecto; e (b) definitiva e efetivamente concluídas e, ainda, os investimentos, a que tais trabalhos se refiram, tenham deixado de ser definitivamente realizados; e

XII - honorários e despesas dos consultores externos encarregados da avaliação econômica da carteira de investimentos do FUNDO ou de qualquer ativo mobiliário integrante da carteira de investimentos, quando referida avaliação econômica for requerida pela Assembléia Geral de Cotistas ou pela CVM.

18.2. Quaisquer despesas não previstas no Regulamento como encargos do FUNDO correrão por conta da ADMINISTRADORA, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Cotistas.

18.3. A ADMINISTRADORA poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pela ADMINISTRADORA, desde que o somatório dessas parcelas não exceda a qualquer tempo o montante total da Taxa de Administração devida pelo FUNDO à ADMINISTRADORA.

19. Demonstrações Contábeis e Patrimônio Líquido Contábil

19.1. O FUNDO terá escrituração contábil própria, sendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO segregadas das da ADMINISTRADORA, do Custodiante e do DISTRIBUIDOR.

19.2. O exercício social do FUNDO encerra-se no último dia útil de fevereiro de cada ano.

19.3. As demonstrações financeiras do FUNDO deverão ser elaboradas de acordo com as normas de escrituração expedidas pela CVM, devendo ser objeto de auditoria por auditor independente registrado na CVM ao encerramento de cada exercício social, que deverá, inclusive, se manifestar, em seu parecer, se os valores cobrados a título de Taxa de Administração e Taxa de Performance encontram-se de acordo com o estabelecido no Regulamento.

19.4. As demonstrações financeiras das Companhias Investidas deverão ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM.

19.5. O Patrimônio Líquido Contábil do FUNDO é constituído pela soma do disponível mais o valor da carteira, mais valores a receber, menos exigibilidades.

19.6. A avaliação da carteira do FUNDO dar-se-á, para cada valor mobiliário integrante da carteira, de acordo com os métodos dispostos no Anexo III do Regulamento.

19.7. A Instrução CVM nº 438/06 será aplicável aos casos omissos e naquilo que não dispuser em contrário ao Regulamento.

19.8. A eventual baixa dos saldos contabilizados de investimentos do FUNDO, ou o provisionamento da referida baixa, deverá ser efetuado em consonância com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como o tratamento previsto no Regulamento aplicável a Perdas.

20. Vedações

20.1. É vedado à ADMINISTRADORA, direta ou indiretamente, em nome do FUNDO:

- I. Receber depósito em conta corrente;
- II. Contrair ou efetuar empréstimos sob qualquer modalidade;
- III. Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- IV. Prometer rendimento pré-determinado aos Cotistas;
- V. Aplicar recursos:
 - a) no exterior;
 - b) na aquisição de bens imóveis; e
 - c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.
- VI. Vender à prestação Cotas do FUNDO.

21. Tributação

21.1. Tributação sobre o Fundo

IOF

21.1.1. As aplicações realizadas pelo FUNDO estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

21.1.2. Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

21.2. Tributação sobre os Cotistas

IOF/Títulos

21.2.1. As operações com as cotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

21.2.2. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

21.2.3. Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento nas cotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 2% (dois por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

21.2.4. Os rendimentos auferidos no resgate de Cotas do FUNDO ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas.

21.2.5. Os ganhos auferidos na alienação de Cotas do FUNDO serão tributados à alíquota de 15% (quinze por cento): (i) como ganho líquido quando auferidos por pessoa física em operações realizadas em bolsa e por pessoa jurídica em operações realizadas dentro ou fora de bolsa; (ii) de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou direitos de qualquer natureza quando auferidos por pessoa física em operações realizadas fora de bolsa.

21.2.6. No caso de amortização de Cotas, o imposto incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% (quinze por cento).

21.2.7. Para que tributação dos rendimentos e dos ganhos auferidos pelos cotistas do FUNDO seja a exposta acima, o FUNDO deverá:

- (i) cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM; e
- (ii) sem prejuízo da regulamentação estabelecida pela CVM, além do item (i) acima, ter a sua carteira composta de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição.

21.2.8. Caso não sejam observadas pelo FUNDO as exigências descritas nos itens (i) e (ii) acima, ficarão sujeitos à tributação do imposto de renda na fonte, às alíquotas previstas nos incisos I a IV do caput do Art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, os rendimentos auferidos pelo cotista quando da distribuição de valores pelo FUNDO.

22. Disposições Gerais

22.1. Arbitragem

22.1.1. Os desentendimentos, dúvidas, controvérsias ou conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto no Regulamento serão submetidos a arbitragem, no prazo de 10 dias úteis contados do envio de notificação, para tanto encaminhada por uma parte às demais, contendo o nome do árbitro e do respectivo suplente, para tanto indicados pela parte emitente da notificação ("**Aviso de Solução de Disputas**"), nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, sendo que o processo arbitral será administrado pela Câmara de Arbitragem do Mercado da Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros S.A – BM&FBovespa ("BM&FBovespa"), adotando as normas procedimentais previstas no regulamento de arbitragem de tal câmara.

22.1.2. Se qualquer uma das partes se recusar a firmar o compromisso arbitral, poderá qualquer parte interessada requerer ao órgão competente do Poder Judiciário a citação da referida parte, para que compareça em juízo a fim de lavrar tal compromisso, designando o juiz audiência especial para esse fim, conforme previsto na Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996.

22.1.3. Nos procedimentos relacionados à instalação e julgamento pelo juízo arbitral, a que se refere o subitem 19.6. da página 41, será adotado, além do ali previsto, igualmente o a seguir descrito:

(a) Dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados do envio do Aviso de Solução de Disputas, indicando o árbitro e respectivo substituto indicados pelo emitente do referido Aviso, a parte que recebê-lo fará igualmente a indicação de um árbitro e seu respectivo substituto, devendo todos os acima referidos árbitros e respectivos substitutos ser escolhidos pelas partes dentre os árbitros da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, a qual é, neste ato, expressamente eleita pelas partes para conduzir a arbitragem;

(b) A arbitragem reger-se-á pelo regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, o qual prevalecerá em caso de qualquer conflito entre os termos do referido regulamento e os do Regulamento do FUNDO;

(c) O Presidente da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa apontará um terceiro árbitro, que atuará como presidente do juízo arbitral;

(d) O tribunal arbitral terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(e) A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se a legislação brasileira aplicável à espécie, e será conduzida no idioma Português;

(f) A decisão será proferida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do término da fase probatória do procedimento arbitral; e

(g) Os custos do procedimento arbitral, bem como os honorários dos respectivos árbitros serão suportados pelas partes em partes iguais, sendo que, ao final do respectivo procedimento arbitral, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) reembolsar os valores correspondentes aos referidos custos e honorários à(s) parte(s) vencedora(s).

22.1.4. Ficam desde já ratificadas as informações prestadas nas letras (a), (b) e (c), elegendo-se a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa para conduzir a Arbitragem, apesar das Cotas objeto da presente Oferta não serem negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, conforme disposto na capa deste Prospecto.

22.1.5. Se forem necessárias quaisquer medidas coercitivas ou cautelares antecedentes, preventivas, vinculantes ou temporárias, bem como para a instalação compulsória do procedimento arbitral, nos termos do artigo 7º da Lei 9.307/96, e para a execução da respectiva sentença arbitral, se necessário, fica eleito o Foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, desconsiderando-se, dessa forma, o estabelecido no artigo 22, parágrafo 4º da referida lei. Em qualquer hipótese, o mérito da controvérsia ou do litígio será sempre resolvido, em caráter final e definitivo, pelo juízo arbitral, independentemente de apelo ou recurso às autoridades judiciais.

22.1.6. O presente item compromissório é autônoma em relação ao Regulamento, devendo ser aplicada em caso de qualquer controvérsia, disputa ou litígio, oriundos do Regulamento ou a ele relativos.

22.1.7. Os Cotistas do FUNDO, que não tiverem firmado o Contrato de Investimento, deverão assinar o Termo de Adesão ou Termo de Cessão, conforme o caso, para o fim de se vincular aos termos do referido Contrato de Investimento, particularmente ao previsto em sua Cláusula 14, dispondo sobre os respectivos procedimentos de arbitragem para a solução de eventuais litígios.

22.2. Regulamentação

22.2.1. O Regulamento, o FUNDO e os investimentos nele realizados pelos investidores serão regidos pela Instrução CVM n. 209/94 e alterações posteriores, em especial a Instrução CVM nº 415/05, e demais normativos que dispõem sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes ou a eles sejam aplicáveis, inclusive a Instrução CVM nº 409/04, que passam a fazer parte integrante do Regulamento.

22.3. Anexo e Parte Integrante

22.3.1. A forma do Contrato de Investimento, que se constitui no Anexo I do Regulamento, constitui-se em parte integrante e indissociável do Regulamento, para todos os fins e efeitos de direito. Fica expressamente vedada, não produzindo qualquer efeito, a apresentação, circulação, entrega, divulgação ou utilização, por qualquer forma e para qualquer fim, do Regulamento, desacompanhado de seu Anexo I.

23. Periódico Destinado às Publicações

23.1. A Publicação de Anúncio de Início de Distribuição Pública, Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos será realizada no periódico “O DIA”.

24. Breve Histórico dos Prestadores de Serviços

24.1. Administradora e Gestora

A Performa Investimentos Ltda. atua na indústria de Venture Capital e Private Equity desde 2005. É instituição participante da Associação Brasileira de Capital de Risco (ABVCAP), e membro da National Association of Seed and Venture Funds (NASVF) dos Estados Unidos. A Performa Investimentos é instituição aderente ao Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIPs (Fundos de Investimento em Participação) e FIEEs (Fundos de Investimento em Empresas Emergentes), e está credenciada para a atividade de administração de valores mobiliários pela CVM.

24.2. Distribuidor e Agente Escriturador

O BNY Mellon foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação dessas duas instituições financeiras tradicionais e ricas em história, resultou em uma das empresas líderes em serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se um dos líderes globais em administração e gestão de ativos.

Atualmente, o BNY Mellon é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros, presente em 36 países e mais de 100 mercados. O BNY Mellon é um dos líderes em serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, atuando nos segmentos de gestão de recursos e administração fiduciária, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes. A empresa possui US\$25,5 trilhões de ativos sob custódia e administração, US\$1,2 trilhão de ativos sob sua gestão, administra US\$11,9 trilhões em dívida ativa e processa, em média, US\$1,7 trilhão em pagamentos globais por dia. BNY Mellon é a marca corporativa do The Bank of New York Mellon Corporation.

24.3. Custodiante

O Bradesco, por meio do Departamento de Ações e Custódia - Bradesco Custódia, é um dos principais prestadores de Serviços Qualificados para o Mercado de Capitais, sendo líder nacional em Custódia Qualificada, conforme o Ranking ANBIMA de Custódia de Ativos – Mercado Doméstico. Está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

Contando com uma equipe de profissionais especializados, a oferta de serviços é feita em total aderência às demandas dos clientes e às diretrizes dos reguladores e auto-reguladores, tendo como principais pilares o relacionamento e a parceria de longo prazo.

O Bradesco Custódia conta com 10 Certificações relacionadas à Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 e 3 certificações referentes à Proteção de Dados “GoodPriv@cy”, que ampliam as estruturas de controles e reforçam a eficácia dos processos, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco Custódia também aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do citado código.

Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2008, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

24.4. Auditor Independente

A KPMG é uma rede global de firmas independentes que prestam serviços profissionais de Audit, Tax e Advisory. Está presente em 150 países, com 138.000 profissionais atuando em firmas-membro em todo o mundo. No Brasil, conta aproximadamente com 4.000 profissionais distribuídos em 12 Estados e Distrito Federal, 20 cidades e escritórios situados em São Paulo (sede), Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Londrina, Manaus, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, São Carlos, São José dos Campos e Uberlândia.

A KPMG foi constituída no Brasil em 1º de julho de 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International ("PMI"), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982; e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KPMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG.

24.5. Assessor Legal

Barcellos Tucunduva Advogados, com sede na Alameda Itu, nº 852, 9º e 10º andares, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP.

Escritório de advocacia fundado em 1954, conta com profissionais com experiência em Direito Bancário e em Direito dos Mercados Financeiro e de Capitais. Fazem parte de sua carteira de clientes nacionais e internacionais instituições financeiras e assemelhadas, bem como outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento.

Além de sua sede em São Paulo/SP, o escritório possui correspondentes nas principais capitais do Brasil (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador). Parcerias com escritórios no exterior possibilitam assessoria jurídica a seus clientes em âmbito internacional (África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Espanha, EUA, França, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Nova Zelândia e Portugal).

25. Cronograma de Etapas da Oferta

<u>EVENTO</u>	<u>DATA DE REALIZAÇÃO</u>
Deliberação que aprovou a constituição do FUNDO e a Distribuição Pública	30 de dezembro de 2010
Data de Registro do FUNDO perante a CVM	03/10/2011
Início da oferta - A oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a obtenção do registro do FUNDO perante a CVM.	Assim que se obtiver o registro do FUNDO
Término da Oferta - A oferta de Cotas registradas para Emissão serão distribuídas pelo período de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da data da concessão do registro da distribuição de Cotas pela a CVM, quando será publicado o Anúncio de Encerramento.	360 (trezentos e sessenta) dias a contar da data da concessão do registro da distribuição de Cotas pela CVM.
Integralizações das Cotas - Após a aprovação de investimentos pelo Comitê de Investimentos a ADMINISTRADORA efetuará a(s) chamada(s) para a integralização das Cotas que deverá(ão) ser realizada(s) pelos Cotistas no(s) respectivo(s) prazo(s) previsto(s) na(s) chamadas(s), sendo certo que tal prazo não poderá, em qualquer hipótese, ser inferior a 30 (trinta) dias a contar do efetivo recebimento da correspondência da ADMINISTRADORA, contendo a chamada para a integralização.	A partir das Chamadas de Capital

25.1. Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta Pública de Distribuição

25.1.1. A ADMINISTRADORA pode requerer que a CVM autorize a modificação ou revogação da Oferta Pública de Distribuição, caso ocorra alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro da Oferta Pública de Distribuição, ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos assumidos pela ADMINISTRADORA e inerentes à própria Oferta Pública de Distribuição.

25.1.2. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento da ADMINISTRADORA, prorrogar o prazo da Oferta Pública de Distribuição por até 90 (noventa) dias.

25.1.3. Adicionalmente, a ADMINISTRADORA poderá modificar a Oferta Pública de Distribuição, a qualquer tempo, a fim de melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta Pública de Distribuição estabelecida pela ADMINISTRADORA.

25.1.4. A modificação da Oferta Pública de Distribuição deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de Distribuição e a ADMINISTRADORA deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, de que o investidor está ciente de que a Oferta Pública de Distribuição original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesta hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta Pública de Distribuição, por meio da entrega à ADMINISTRADORA do respectivo Compromisso de Investimento, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no FUNDO, presumida a aceitação e manutenção do investimento já realizado em caso de silêncio.

25.1.5. A revogação da Oferta Pública de Distribuição torna ineficazes a Oferta Pública de Distribuição, os Compromissos de Investimento e os Boletins de Subscrição celebrados anterior ou posteriormente, devendo ser restituídos integralmente aos Cotistas os valores, bens e/ou direitos já integralizados, sem qualquer acréscimo.

25.1.6. A revogação da Oferta Pública de Distribuição ou qualquer modificação nela será imediatamente divulgada nos mesmos veículos usados para divulgação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme item 23. da página 44 deste Prospecto.

26. Custos de Distribuição

Custo Total da Distribuição das Cotas	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da oferta (%)
Despesas decorrentes do registro - Taxa de Fiscalização CVM	R\$ 82.870,00	34,84%
Publicações*	Até R\$ 30.000,00	12,61%
Registros de Títulos e Documentos*	R\$ 5.000,00	2,10%
Consultores Legais*	R\$ 120.000,00	50,45%
Comissão de Colocação	-	-
TOTAL	R\$ 237.870,00	100,00%
*VALORES APROXIMADOS		
Custo Unitário de Distribuição		
Quantidade mínima de Cotas		1.000
Custo por Cota se distribuído o montante mínimo de Cotas		R\$ 237,87
Quantidade máxima de Cotas		1.300
Custo por Cota se distribuído o montante máximo de Cotas		R\$ 182,98

27. Divulgação de Informações aos Cotistas

27.1. No ato de subscrição de Cotas, o Cotista receberá da ADMINISTRADORA obrigatória e gratuitamente, contra recibo:

- I. Exemplar do Regulamento;
- II. Breves históricos da ADMINISTRADORA, com descrição da qualificação e experiência profissional de seus respectivos corpos técnicos na função de administrador e gestor de carteira;
- III. Exemplar deste Prospecto; e
- IV. Documento contendo claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o Cotista tenha que arcar.

27.2. A ADMINISTRADORA é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO ou a suas operações, de modo a garantir aos Cotistas acesso a informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões de adquirir ou alienar Cotas do FUNDO, sendo-lhe vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante compra ou venda de Cotas do FUNDO.

27.3. Entre as informações referidas acima, não se incluem informações sigilosas referentes às Companhias Investidas, obtidas pela ADMINISTRADORA, sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos das Companhias Investidas.

27.4. A ADMINISTRADORA deve zelar para que a violação do disposto neste item não possa ocorrer através de subordinados ou terceiros de sua confiança.

27.5. Os Cotistas e membros do Comitê de Investimentos devem zelar pelo sigilo e uso apropriado das informações obtidas e recebidas.

27.6. A ADMINISTRADORA deverá remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página e aos Cotistas através de Comunicação por Escrito:

I - trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- a) valor do patrimônio líquido do FUNDO; e
- b) número de Cotas emitidas;

II - semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:

- a) valor patrimonial da Cota;
- b) composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
- c) balanço e demais demonstrações financeiras do FUNDO; e
- d) relação das instituições encarregadas da prestação dos Serviços de Custódia;

III -anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:

- a) balanço anual e demais demonstrações financeiras anuais, acompanhadas de parecer do Auditor Independente;
- b) o valor patrimonial da Cota; e
- c) os encargos debitados ao FUNDO, conforme disposto no art. 29 da Instrução CVM nº 209/94, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio mensal do FUNDO.

27.7. A ADMINISTRADORA deverá também enviar aos Cotistas, além das informações previstas no subitem 27.6. acima:

I - mensalmente: o valor patrimonial da Cota;

II - semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, Relatório de Gestão do FUNDO, contendo:

- a) movimentação da carteira no semestre em valores mobiliários emitidos pelas Companhias Investidas;

- b) balanço e demonstrações financeiras semestrais das Companhias Investidas, bem como análise dos resultados reais destas com relação ao projetado, expectativa de retorno por Companhia, um plano geral de desinvestimento de cada uma com eventuais revisões do plano de desinvestimento apresentado ao Comitê de Investimentos quando da aprovação do investimento na Companhia Alvo nos termos da alínea (g) do inciso I do subitem 14.5.1. da página 29 deste Prospecto;
- c) informações sobre as oportunidades de investimentos em análise pelo FUNDO, bem como seu enquadramento; e
- d) análise da performance do FUNDO no período, incluindo a evolução do valor da Cota;

III -anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:

- a) balanço e demonstrações financeiras anuais, acompanhadas do parecer de auditor independente, das Companhias Investidas;
- b) Relatório de Gestão;
- c) estimativa de valor de mercado das Companhias Investidas;
- d) perspectivas de investimento para ano seguinte;
- e) saldo do Cotista em número de Cotas e valor; e
- f) comprovante para efeitos de declaração de imposto de renda.

27.8. A ADMINISTRADORA colocará à disposição dos Cotistas, em sua sede, os balancetes mensais.

27.9. A ADMINISTRADORA, mediante solicitação, compromete-se a enviar aos Cotistas, no prazo de 30 (trinta) dias, todas as demais informações sobre o FUNDO e/ou sua administração ou gestão, desde que haja justificativa razoável para a requisição de tais informações e sem prejuízo ao FUNDO e demais Cotistas. Qualquer Cotista poderá solicitar o acesso diretamente por ele, ou de terceiros por ele indicados, às instalações da ADMINISTRADORA, bem como o exame de quaisquer documentos referentes ao FUNDO e à sua administração e gestão, mediante prévia solicitação para tanto dirigida à ADMINISTRADORA, solicitação essa que não será negada pela ADMINISTRADORA sem a apresentação de justificativa razoável. Os Cotistas deverão guardar sigilo com relação a todas as informações que lhes sejam disponibilizadas, nos termos do presente parágrafo, e que não sejam divulgadas publicamente.

27.10. Os Cotistas terão o direito a divulgar publicamente todos os investimentos e desinvestimentos realizados pelo FUNDO, inclusive as informações previstas nos incisos II e V do subitem 14.5.1. da página 29 deste Prospecto, desde que mediante a aprovação prévia, por escrito, da ADMINISTRADORA. A ADMINISTRADORA deverá comunicar aos Cotistas, previamente à divulgação ou comunicação a quaisquer terceiros, com exceção das partes envolvidas no respectivo processo de investimento ou desinvestimento, o fechamento das operações, permitindo aos Cotistas que façam uso, ao seu critério, dos meios de divulgação das informações, indicando, expressamente, aos Cotistas, quando for o caso, quaisquer detalhes de tais operações, cuja divulgação deva ser evitada para o fim de não prejudicar as Companhias Investidas.

28. Atendimento ao Cotista

28.1. O Cotista que investir no FUNDO receberá uma cópia do Regulamento e deste Prospecto, as quais deverá ler com atenção. Caso necessite de maiores esclarecimentos, poderá obtê-los junto à mesa de atendimento a clientes da ADMINISTRADORA, através do número de telefone abaixo identificado, que estará apta também a transmitir informações adicionais sobre este produto, assim como a receber críticas e sugestões.

PERFORMA INVESTIMENTOS LTDA.

site: www.performainvestimentos.com

Avenida Paulista, nº 2001, 8º andar, conjunto 809, Bela Vista

CEP 01311-931 – São Paulo – SP

Telefone: 55 (11) 3263-0577 / Fax: 55 (11) 3263-0577

Responsável: Sr. Eduardo Grytz

29. Relacionamento entre a ADMINISTRADORA e o DISTRIBUIDOR

29.1. O relacionamento existente entre a ADMINISTRADORA e o DISTRIBUIDOR versa apenas no tocante a estruturação deste FUNDO, e do Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (“FUNCINE”), no qual a ADMINISTRADORA é gestora e o DISTRIBUIDOR é o administrador, não existindo nenhum outro vínculo entre a ADMINISTRADORA e o DISTRIBUIDOR, inclusive com relação a empréstimos, investimentos e/ou outras avenças.

30. Declarações de Veracidade das Informações da ADMINISTRADORA e do DISTRIBUIDOR

30.1. Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n. 400/03, a ADMINISTRADORA, declara que as informações constantes neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta, conforme sua respectiva Declaração de Veracidade das Informações, Anexo I das páginas 51 e 52 deste Prospecto.

30.2. Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n. 400/03, o DISTRIBUIDOR, declara que as informações constantes neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta, conforme sua respectiva Declaração de Veracidade das Informações, Anexo II das páginas 53 e 54 deste Prospecto.

31. Disponibilização do Contrato de Distribuição

31.1. As cópias do Contrato de Distribuição e seus respectivos aditamentos estão disponíveis nos seguintes locais, em meio físico, para consulta ou cópia:

a) PERFORMA INVESTIMENTOS LTDA.

Endereço:

Avenida Paulista, nº 2001, 8º andar, conjunto 809, Bela Vista
CEP 01311-931 – São Paulo – SP
Telefone: 55 (11) 3263-0577 / Fax: 55 (11) 3263-0577
Responsável: Sr. Eduardo Grytz

b) BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Endereço:

Avenida Presidente Wilson, nº 231, andares 11º, 13º e 17º – parte, Centro
CEP 20030-905 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 55 (21) 3219-2500 / Fax: 55 (21) 3219-2500
Responsável: Sra. Carla Lopes

32. Disponibilização do Prospecto

32.1. O Prospecto Definitivo está disponível nos seguintes locais, em meio físico e/ou eletrônico:

a) PERFORMA INVESTIMENTOS LTDA.

Endereço:

Avenida Paulista, nº 2001, 8º andar, conjunto 809, Bela Vista
CEP 01311-931 – São Paulo – SP
Telefone: 55 (11) 3263-0577 / Fax: 55 (11) 3263-0577

Caminho de Acesso ao Prospecto:

(i) Entrar no site www.performainvestimentos.com; (ii) Clicar na aba Fundos; e (iii) Clicar no link www.performainvestimentos.com/fundos/prospecto.pdf.

b) BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Endereço:

Avenida Presidente Wilson, nº 231, andares 11º, 13º e 17º – parte, Centro
CEP 20030-905 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 55 (21) 3219-2500 / Fax: 55 (21) 3219-2500

Caminho de Acesso ao Prospecto:

(i) Acessar a o endereço eletrônico www.bnymellon.com.br/sf ; (ii) Clicar no campo “Fundos Administrados”, situado no lado esquerdo superior da página; (iii) Selecionar o filtro ao Tipo ANBIMA/ Gestor/ Tipo de Fundo desejado e clicar em OK; (iv) Clicar no nome do FUNDO; e (vi) No campo superior direito da pagina selecionar a opção “Prospecto”.

c) CVM

Caminho de Acesso ao Prospecto:

(i) Acessar a o endereço eletrônico www.cvm.gov.br na rede mundial de computadores; (ii) Ir a acesso rápido, localizado na parte inferior do endereço eletrônico, e clicar em Fundos de Investimento; (iii) Preencher o campo da Consulta Consolidada de Fundo com o nome ou CNPJ/MF do FUNDO, o tipo do FUNDO, e por fim, o número que aparece ao lado direito da página eletrônica e clicar em continuar; (iv) Clicar no CNPJ/MF ou no nome do FUNDO;

(v) Clicar Documentos Eventuais, localizado dentro do quadro de Documentos Associados; (vi) Selecionar Prospecto Distribuição no tipo de documento, localizado no quadro superior da página eletrônica; e (vii) Clicar em Prospecto Distribuição no quadro inferior da página para acessar o Prospecto do FUNDO.

São Paulo:

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º e 4º andares, Bela Vista

CEP 01333-010 – São Paulo - SP

Tel.: 55 (11) 2146-2000 / Fax: 55 (11) 2146/2097

Rio de Janeiro:

Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º andar, Centro

CEP 20050-901 – Rio de Janeiro - SP

Tel.: 55 (21) 3554-8686 / Fax: 55 (21) 3554-8686

V - ANEXOS

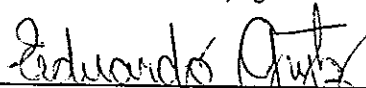
Anexo I ao Prospecto

Declaração do Administrador nos termos do artigo 56 da ICVM n. 400/03

PERFORMA INVESTIMENTOS LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2001, 8º andar, conjunto 809, Bela Vista, CEP 01311-931, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.462.720/0001-18, na qualidade de administradora e gestora do **PERFORMA INVESTIMENTOS SC-I FUNDO MÚTUA DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.107.005/0001-60 ("FUNDO"), neste ato representada nos termos de seu Contrato Social por seu Diretor Presidente **EDUARDO GRYTZ**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.995.000-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 170.060.468-66, residente e domiciliado nesta capital na Rua Caconde, nº 323, apto. 41, Jardim Paulista, CEP 01425-011, autorizado pelo Ato Declaratório da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 9298, datado de 04 de maio de 2007, para o exercício profissional de administração e gestão de carteira infra-assinado, e nos termos do artigo 56, "caput" e § 5º, da Instrução CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, **DECLARA**:

- (i) que é responsável pela veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas do **FUNDO**;
- (ii) que o Prospecto do **FUNDO** contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta de Cotas do **FUNDO**, das suas características, atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes ao **FUNDO**, entre outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- (iii) as informações contidas no Prospecto do **FUNDO** são verdadeiras, consistentes e suficientes.

São Paulo, 05 de setembro de 2011.



PERFORMA INVESTIMENTOS LTDA.

Por: Eduardo Grytz

 **TABELIÃO de NOTAS**

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS

Conjunto Santos, 1.470 - São Paulo - SP - CEP 01410-100
REL. HOMERUS SANTI - TABELIÃO - Tel: (11) 3548-6277 - Fax: (11) 3241-6262

Reconheço por semelhança a firma: **EDUARDO GRYTZ**, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.

São Paulo, 27 de Setembro de 2011.

Em testemunho da verdade.

Cleber Gonçalves - Escritário Autorizado

1109271107345 | Firma: R\$ 3,50 | Tolo: R\$ 3,50


CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
AL. SANTO SANTO FIRMA 1
Cleber Gonçalves
Substituto Tabelião
042AB076322

Anexo II ao Prospecto

Declaração do Administrador nos termos do artigo 56 da ICVM n. 400/03

BNY MELLON
ASSET SERVICING

Av. Presidente Wilson, nº 231 - andares 11º, 13º e 17º (parte) andares, Centro, CEP 20030-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, neste ato representada por seu(s) Diretor(es) **ALBERTO ELIAS ASSAYAG ROCHA**, brasileiro, engenheiro, separado, portador da carteira de identidade nº 07916188-1, expedida pelo IFRJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 018.639.577-90 e **MARCELO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, em união estável, contador e administrador de empresas, portador das carteiras de identidade CRC-RJ nº 091237/P-5 e CRA-RJ nº 20-50806-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 966.331.587-34, ambos com escritório profissional na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - andares 11º, 13º e 17º (parte) andares, Centro, CEP 20030-905, infra-assinado(s), na qualidade de instituição líder da distribuição de Cotas do **PERFORMA INVESTIMENTOS SC-I FUNDO MÚTUO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.107.005/0001-60 ("FUNDO") administrado e gerido pela PERFORMA INVESTIMENTOS LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2001, 8º andar, conjunto 809, Bela Vista, CEP 01311-931, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.462.720/0001-18 ("ADMINISTRADORA"), nos termos do artigo 56, §§ 1º e 5º, da Instrução CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, **DECLARA:**

- (i) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela **ADMINISTRADORA** são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta;
- (ii) que as informações fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta;
- (iii) que o Prospecto do **FUNDO** contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta de Cotas do **FUNDO**, das suas características, da emissora, das atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes ao **FUNDO**, e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e
- (iv) que o Prospecto do **FUNDO** foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2011.
Marcelo Pereira
Diretor

Alberto Elias
Diretor

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S/A**

Por: Alberto Elias Assayag Rocha e Marcelo Pereira Da Silva

240 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 WD: 110902150056
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO PEREIRA DA SILVA, ALBERTO ELIAS ASSAYAG ROCHA, as quais conferem com os padrões arquivados em Cartório.
Valores
Firma.....R\$ 1,21
Prot. dados.....R\$ 4,06
Total.....R\$ 10,54
Rio de Janeiro, 05 de Setembro de 2011.
Em testemunho da veracidade da assinatura
EVANDRO MARTINS DA SILVA



Anexo III ao Prospecto

Cópia Instrumento Particular do FUNDO que autorizou a emissão de Cotas



BNY MELLON

-3 JAN 11 805136

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
PERFORMA INVESTIMENTOS SC-I FUNDO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS
EMERGENTES INOVADORAS**

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte) - Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, representado na forma de seu Estatuto Social, resolve constituir um Fundo de Investimento em Participações, na forma da legislação vigente, em especial a Instrução CVM nº 209/1994, de acordo com as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Fica constituído, nesta data, um Fundo Mútuo de Investimento em Empresa Emergente, sob a forma de condomínio fechado, consoante a regulamentação em vigor, sob a denominação de PERFORMA INVESTIMENTOS SC-I FUNDO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS (doravante designado FUNDO).

Cláusula Segunda

A administração do FUNDO será exercida pelo BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., acima qualificado, (doravante designada como ADMINISTRADORA), que aceita desempenhar tais funções, em conformidade com o Regulamento do FUNDO, adiante aprovado.

Parágrafo Único

A administração da carteira será exercida por PERFORMA INVESTIMENTOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 2001, 8º andar, conjunto 809, CEP 01311-931, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.462.720/0001-18, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 9.529, de 26 de setembro de 2007.

Cláusula Terceira

A ADMINISTRADORA indica o seu Diretor José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade nº 04667892-6, expedida pelo IFP-RJ e inscrito no CPF sob o nº 003.888.737-10, como:

Av. Presidente Wilson, 231/ 11º andar – Rio de Janeiro, RJ
SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219-2600, (11) 3050-8010, 0800 725 3219
Ouvidoria: www.bnymellon.com.br/sf ou 0800 725 3219
Caixa Postal 140, CEP 20.010-974 – Rio de Janeiro, RJ

Custas: R\$
Total 322,55

805136-5ºRTD

Iml 228.12-Fel 48.13-SPD 12.88-Mm 8.45-Ac 0.18-Funper 11.41-Funper 11.4
Registrado, microfilmado e digitalizado em 03/01/11



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- a) Diretor Responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do FUNDO, bem como pela prestação de informações a esse relativas; e
- b) Diretor responsável pelo FUNDO perante a Secretaria da Receita Federal.

Cláusula Quarta

Designar para os serviços de tesouraria e custódia o BANCO BRADESCO S.A., com sede social na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12.

Cláusula Quinta

O acervo do FUNDO será dividido em frações ideais ou cotas de condomínio e a ADMINISTRADORA está autorizada a admitir titulares de frações ideais ou cotas de condomínio.

Cláusula Sexta

Fica aprovado o Regulamento do FUNDO, cujo inteiro teor constitui o anexo a este Instrumento.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2010.


BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
- ADMINISTRADORA -

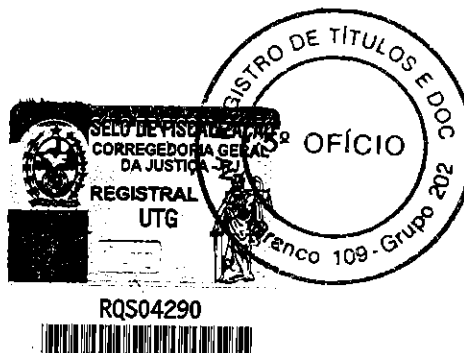
5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2597-5197
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
Protocolo e data declarados à margem, O QUE CERTIFICO.

☐ Durval Mate
Oficial Titular
Ato Exed. 1850/08 TJ

☐ Aurora I. Maia
1º Escrevente Substituto
BTPR 18471 Série 121

☐ Paulo André M. de Odebrecht
Escrevente Substituto
CTPS 8201 Série 053

☐ Fabiano Alves Barbosa
3º Escrevente Substituto
CTPS 013782 Série 91





-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
R. O. DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

**PERFORMA INVESTIMENTOS SC-I FUNDO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS
EMERGENTES INOVADORAS**

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

Constituição e Prazo de Duração

Artigo 1º. Constituição - O Performa Investimentos SC-I Fundo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras (doravante designado o "**FUNDO**"), é um fundo de investimento em ações de empresas que se qualifiquem como Companhias Alvo, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pelo presente Regulamento, e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º. Prazo de Duração - O Fundo tem prazo de duração de 7 (sete) anos, contados da Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM, podendo ser prorrogado por até 02 (dois) anos, mediante aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, especialmente convocada para esse fim..

Artigo 3º. Termos Definidos - A menos que expressamente previsto de forma diversa, os termos em letra maiúscula aqui empregados terão os respectivos significados a seguir indicados:

ADMINISTRADORA – Significa **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º. 02.201.501/0001-61, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º. 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

Aportes Adicionais – Significam aportes adicionais de recursos financeiros, excepcionalmente aprovados pelo Comitê de Investimentos, em benefício de Companhias Investidas, ainda que tais aportes não tenham sido previstos na estruturação do investimento inicialmente aprovado pelo Comitê de Investimentos em tais Companhias, desde que tais aportes atendam aos seguintes limites [(i) não excedam 20% (vinte por cento) do Patrimônio Comprometido; (ii) não resultem na realização de chamadas de capital após 2 (dois) anos do encerramento do Período de Investimento. (iii) não resultem em investimentos pelo FUNDO ou chamadas de integralização de Quotas, que excedam o valor total das Quotas subscritas por cada Quotista.]

Assembléia Geral de Quotistas – Significa o órgão máximo de deliberação do FUNDO formado por todos os Quotistas inscritos no “Registro dos Quotista” ou na conta depósito, conforme for o caso, 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, e desde que tais Quotistas se encontrem adimplentes com sua obrigação de integralizar as respectivas Quotas por eles subscritas.

Auditor Independente - Significa **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES** instituição, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº. 52, 4º. Andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0003-90, para prestação de serviços de auditoria independente, previstos na Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, ou qualquer outra instituição que a venha substituir, mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

Auditoria - Significam as auditorias legal, técnica e contábil, a serem realizadas na Companhia Alvo, após a aprovação pelo Comitê de Investimento do respectivo investimento pelo FUNDO em tal Companhia e antes da realização de tal investimento.

Bacen – Significa o Banco Central do Brasil.

Boletim de Subscrição – Significa o instrumento, na respectiva forma anexa ao Contrato de Investimento, pelo qual os Quotistas assumem a obrigação de integralizar determinado número de Quotas do FUNDO.

BM&FBovespa – Significa a BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Capital Investido – Significa o valor correspondente à parcela do Patrimônio Comprometido, integralizada pelos Quotistas e investida pelo FUNDO em valores mobiliários de emissão de Companhias Investidas, considerando-se o valor do Capital Investido na data de aquisição dos referidos valores mobiliários.

Comitê de Investimentos – Significa o órgão do FUNDO, disciplinado pelo Capítulo VIII do Regulamento.



BNY MELLON
ASSET SERVICING

BNY Mellon Serviços Financeiros

- 3 JAN 11 805136

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Companhia Alvo – Significa uma companhia que atenda, cumulativamente, aos requisitos previstos no Artigo 5º deste Regulamento.

Companhia Inovadora – Significa a empresa emergente que, observando a Política de Investimento do FUNDO e atendendo ao conceito de empresa emergente previsto no § 1º do Artigo 1º da Instrução CVM No. 209, de 25 de março de 1994, tal como alterada, fundamente sua atividade produtiva na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, baseada na aplicação sistemática do conhecimento, conforme disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004.

Companhia Investida – Significa uma Companhia Alvo, na qual o FUNDO tenha realizado investimentos, nos termos previstos neste Regulamento, mediante a aquisição do Portfólio Alvo.

Conflito de Interesses – Significa uma situação em que qualquer Pessoa Vinculada possua um interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução de determinada questão ou negócio relacionados com o FUNDO e/ou com Companhia Alvo objeto de investimento, efetivo ou em potencial, pelo FUNDO.

Contrato de Gestão – Significa o contrato de gestão de carteira do FUNDO celebrado entre a ADMINISTRADORA, como representante do FUNDO, e o GESTOR.

Contrato de Investimento – Significa o Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, pelo qual os Quotistas assumem o compromisso de, sujeito aos termos e condições previstos em tal Instrumento, bem como no Regulamento, subscrever e integralizar as Quotas emitidas pelo FUNDO.

Custodiante - BANCO BRADESCO S.A. instituição, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, contratado para prestação de serviços de ações escriturais e custódia de valores mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 089, de 08 de novembro de 1988, ou qualquer outra instituição que a venha substituir, mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

CVM – Significa a Comissão de Valores Mobiliários;

Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM – Significa a data de deferimento, pela CVM, do pedido de autorização para funcionamento do FUNDO.

FUNDO - Significa o Performa Investimentos SC-I Fundo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras.

GESTOR – Significa Performa Investimentos Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 2001, 8º. Andar, Conjunto 809, CEP 01311-931, Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o no 07.462.720/0001-18, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, através do ato declaratório No. 9529, datado de 26 de setembro de 2007.

Indexador – Significa o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, no caso de sua extinção, outro índice que venha a ser aprovado pela Assembléia Geral de Cotistas.

Integralização Mínima Inicial – Significa o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Comprometido, estando compreendido no Patrimônio Comprometido Mínimo, que deve ser integralizado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do Contrato de Investimento, desde que, em nenhuma hipótese, antes da Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM, estando tal integralização sujeita ao atendimento de todos os termos e condições do Regulamento e do Contrato de Investimento, exceto no que se refere à aprovação prévia do Comitê de Investimentos e à observância do requisito de enquadramento aos limites de composição de carteira previstos no Regulamento.

Justa Causa – Significam eventos que fundamentam a destituição da ADMINISTRADORA e/ou do GESTOR, tais como, de forma não exaustiva:

I – Qualquer indicação e/ou alteração de qualquer profissional indicado para integrar o Pessoal Chave, e/ou redução do seu tempo de dedicação, conforme constante da tabela prevista no parágrafo segundo do Artigo 17 deste Regulamento que não tenha sido aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas;

II - Reestruturação societária do GESTOR ou ADMINISTRADOR, ou de qualquer empresa que o controle, que enseje alienação de seu controle, saída da maioria de seus administradores, pedido ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção judicial, intervenção ou liquidação extrajudicial, cancelamento ou suspensão de sua autorização para administrar carteira de valores mobiliários ou qualquer outro fato que venha a impedir ou dificultar o exercício das funções do GESTOR;



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
FÓRUM DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

III. Qualquer alteração e/ou substituição do Diretor responsável pela representação do FUNDO identificado no Parágrafo Único do Artigo 11 deste Regulamento, que não tenha sido aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas.

IV - Descumprimento pelo GESTOR ou pela ADMINISTRADORA de quaisquer de suas obrigações, deveres ou atribuições, nos termos previstos neste Regulamento, no Contrato de Investimento ou em lei, inclusive, sem qualquer limitação no que se refere à falta de observância e implementação da Política de Investimento, ou a prática de quaisquer atos com culpa ou dolo, desde que relacionados ao FUNDO e/ou a seus Quotistas;

V - Qualquer outra Mudança Substancial ou qualquer outro evento ou condição que possa substancialmente alterar ou prejudicar (i) o desempenho ou o cumprimento pelo GESTOR e ADMINISTRADOR do previsto neste Regulamento e no Instrumento Particular de Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas ou em lei, ou (ii) a consecução dos objetivos ou atividades do FUNDO, excetuando-se as Mudanças Substanciais, cuja ocorrência (a) esteja totalmente fora do controle e do âmbito de atuação do GESTOR ou ADMINISTRADOR ou de qualquer outra instituição que a controle, ou (b) decorra de situação que, contanto que passível de recomposição e, ainda, não se origine de culpa ou dolo do GESTOR ou ADMINISTRADOR, seja efetiva e integralmente recomposta no período de 60 (sessenta) dias.

Mudanças Substanciais (ou, quando empregado no singular, **Mudança Substancial**) - Significa qualquer alteração relevante, capaz de produzir efeitos adversos ao FUNDO, ou a seus quotistas ou à ADMINISTRADORA ou ao GESTOR, tal como exemplificativamente qualquer um dos seguintes eventos:

- I. Com relação à ADMINISTRADORA ou ao GESTOR: Reestruturação societária, alienação de seu controle, saída da maioria de seus administradores, pedido ou decretação de falência, reorganização judicial ou extrajudicial, intervenção judicial, intervenção ou liquidação extrajudicial, cancelamento ou suspensão de sua autorização para administrar carteira de valores mobiliários ou qualquer outro fato que venha a impedir ou dificultar o exercício de suas funções;
- II. Com relação ao FUNDO: (a) qualquer alteração e/ou substituição do Pessoal Chave ou redução do seu tempo de dedicação às atividades do FUNDO, que não tenha sido

aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas, como previsto no Regulamento; ou (b) qualquer alteração e/ou substituição do Diretor responsável pela representação do FUNDO identificado no Parágrafo Único do Artigo 11 deste Regulamento, que não tenha sido aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas; ou (c) a saída da maioria dos membros do Comitê de Investimentos indicados pelo GESTOR; ou (d) qualquer alteração, suspensão ou cancelamento de qualquer autorização ou registro do FUNDO, ou qualquer outro fato que venha a impedir ou comprovadamente dificultar a consecução de seus objetivos ou atividades; e

- III. Outros eventos: (a) quaisquer alterações nas normas legais ou regulamentares, que dificultem ou impossibilitem a implementação, no todo ou em parte, de quaisquer avenças contidas no Contrato de Investimento ou nos respectivos Termos de Adesão ou de Cessão; (b) a rescisão, invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade, a qualquer tempo e por qualquer razão, no todo ou em parte, de qualquer um dos instrumentos referidos na alínea anterior deste inciso; (c) Quotistas do FUNDO, signatários originais do Contrato de Investimento (e/ou respectivos cessionários, devidamente admitidos como Quotistas do FUNDO, nos termos deste Regulamento) e detentores de Quotas representativas de, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do Patrimônio Comprometido deixem de ser Quotistas do FUNDO.

Oferta – Significa a oferta das Quotas Ofertadas aos Quotistas, de acordo com os termos e condições previstos no artigo 58 do Regulamento, nas hipóteses previstas no parágrafo terceiro do artigo 54 e parágrafos segundo e terceiro do artigo 58 do Regulamento.

Patrimônio Comprometido - Significa o resultado da soma de todos os valores subscritos pelos Quotistas, tal como constantes nos respectivos Boletins de Subscrição por eles firmados, em montante global máximo de até R\$ 26 milhões (vinte e seis milhões de reais).

Patrimônio Comprometido Mínimo - Significa o valor mínimo de R\$ 20 milhões (vinte milhões de reais), que deverá ser atingido pelo Patrimônio Comprometido, para permitir o início do funcionamento do FUNDO, após concedida a respectiva autorização da CVM.

Percentual de Integralização – Significa a relação proporcional entre integralização e subscrição de Quotas, conforme definido no Parágrafo Terceiro do Artigo 51.

Perda (ou, quando empregado no plural, **Perdas**) - Significa o investimento realizado pelo FUNDO que não gerará mais retorno, realizando-se a sua liquidação ou baixa contábil, conforme o caso, total ("**Perda Total**" ou "**Perdas Totais**") ou parcial ("**Perda Parcial**" ou "**Perdas Parciais**"), por orientação do Auditor Independente ou do GESTOR, que deverá submeter a matéria à deliberação do Comitê de Investimentos, "ad referendum" da próxima Assembléia Geral de Quotistas, que se realizar imediatamente a seguir.



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
7 DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

Período de Investimento - Significa o período de 03 (três) anos, contados a partir da Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM, e que, por decisão da Assembléia Geral de Quotistas, poderá ser prorrogado por um período adicional de 02 (dois) anos.

Período de Desinvestimento - Significa o período de 04 (quatro) anos seguintes ao término do Período de Investimento e que se estenderá até a expiração do prazo de duração do FUNDO ou a sua liquidação.

Pessoa Vinculada - Significa (i) a ADMINISTRADORA, o GESTOR ou qualquer Quotista detentor de 5% (cinco por cento) ou mais do patrimônio do FUNDO, ou (ii) outros fundos de investimento ou carteiras de valores mobiliários administrados ou geridos pela ADMINISTRADORA ou pelo GESTOR, ou (iii) pessoa que seja administradora, integrante, empregada ou detenha participação 2% (dois por cento) ou mais do capital social da ADMINISTRADORA, do GESTOR ou de qualquer Quotista ou, ainda, seja empresa subsidiária ou coligada de qualquer um deles, ou (iv) os membros do Comitê de Investimento, ou (v) os integrantes do Pessoal Chave, ou (vi) os respectivos cônjuges ou parentes até o segundo grau de qualquer das pessoas referidas nos itens (i) a (v) acima.

Pessoal Chave - Significa a equipe dedicada à gestão do Fundo, conforme previsto no Artigo 17 e respectivos parágrafos deste Regulamento.

Política de Investimento - Significa a política de investimento a ser observada na aplicação de recursos dos Quotistas pelo FUNDO, na forma prevista no Capítulo II do Regulamento

Portfólio Alvo - Significam ações de emissão de Companhias Alvo.

Portfólio Flutuante - Significa (i) títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de renda de fixa de emissão do Banco Central do Brasil; e (iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos indicados nos itens (i) e (ii) anteriores.

Prospecto - o prospecto do FUNDO.

Quotas - Significam as quotas emitidas pelo FUNDO.

Quotas Ofertadas – Significam as Quotas ofertadas por Quotista que deseje aliená-las ou cedê-las, no todo ou em parte, ou ainda na hipótese prevista no parágrafo terceiro do artigo 54 do Regulamento, e com relação às quais os demais Quotistas terão direito de preferência para adquirir, na proporção do número de Quotas de que forem respectivamente titulares à época, de acordo com os termos e condições previstos no artigo 58 do Regulamento.

Quotistas – Significam os titulares de Quotas, devidamente inscritos no “Registro dos Quotista” ou na conta depósito, conforme for o caso.

Regulamento – Documento, elaborado, registrado e aprovado, em conformidade com as normas em vigor, em especial as editadas pela CVM, que regulamenta o funcionamento do FUNDO e demais matérias nele contempladas.

SPC/GAB – Significa a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão do Ministério da Previdência Social, responsável por fiscalizar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. A sigla GAB se refere ao seu Gabinete localizado em Brasília.

Swot – Significa a ferramenta de gestão utilizada por empresas privadas como parte do planejamento estratégico dos negócios. O termo SWOT origina-se do idioma inglês e representa as iniciais das palavras Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). O objetivo central da análise SWOT é avaliar os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças da organização e do mercado onde ela está atuando. A análise é dividida em duas partes: o ambiente externo à organização (oportunidades e ameaças) e o ambiente interno à organização (pontos fortes e pontos fracos)

Taxa de Administração Total – Significa a remuneração global devida à ADMINISTRADORA e ao GESTOR pela prestação dos serviços de administração e gestão do FUNDO, como previsto no Artigo 23 deste Regulamento. O valor da Taxa de Administração Total é o somatório da Taxa da Administradora e da Taxa do Gestor, devidas, respectivamente, à ADMINISTRADORA e ao GESTOR, sendo tal somatório limitado ao valor previsto no Artigo 23 deste Regulamento;

Taxa do Gestor – Significa a remuneração devida ao GESTOR pela prestação dos serviços de administração da carteira do FUNDO, conforme previsto no Artigo 22 deste Regulamento.

Taxa da Administradora – Significa a remuneração devida à ADMINISTRADORA pela prestação dos serviços de administração do FUNDO, conforme previsto no Artigo 22 deste Regulamento.

Taxa de Performance – Significa a remuneração devida ao GESTOR pelos resultados alcançados pelo FUNDO, como previsto no Artigo 27 deste Regulamento.



BNY MELLON
ASSET SERVICING

BNY Mellon Serviços Financeiros

-3 JAN 11 805136

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Termo de Adesão – Significa o termo, na respectiva forma anexa ao Contrato de Investimento, que cada investidor, que venha a subscrever Quotas emitidas pelo FUNDO, e não tenha assinado o Contrato de Investimento, deverá firmar para o fim de assumir o compromisso de vincular-se integralmente aos termos e condições do Contrato de Investimento, bem como fixar e/ou confirmar o valor total do seu respectivo compromisso de investimento.

Termo de Cessão – Significa o termo, na respectiva forma anexa ao Contrato de Investimento, a ser assinado por investidor que venha a adquirir Quotas do FUNDO, transferidas por Quotistas, para o fim de vincular-se integralmente aos termos e condições do Contrato de Investimento, bem como fixar e/ou confirmar o valor total do seu respectivo compromisso de investimento.

CAPÍTULO II

Objetivo, Política de Investimento, Composição da Carteira, Períodos de Investimento e Desinvestimento, Co-Investimento e Fatores de Risco

Artigo 4º. Objetivo - Constitui objetivo do FUNDO proporcionar aos Quotistas a melhor valorização possível de suas Quotas, mediante o direcionamento dos recursos do FUNDO para investimentos em ações de emissão de Companhia Inovadora fechada, que atenda às características a seguir listadas neste Capítulo (as "Companhias Alvo"), participando do processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e nas suas gestões, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração

Artigo 5º. Política de Investimento – Somente poderá ser elegível, para receber investimentos pelo FUNDO, a Companhia Alvo que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I. Seja constituída sob a forma de sociedade anônima fechada no momento do investimento pelo FUNDO, observado, adicionalmente, o previsto no parágrafo primeiro deste Artigo;

- II. Apresente faturamento líquido anual, ou faturamento líquido anual consolidado, inferiores a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil Reais), apurados no balanço de encerramento do exercício anterior à primeira aquisição realizada pelo Fundo de valores mobiliários de sua emissão;
- III. Não seja sociedade integrante de grupo de sociedades, de fato ou de direito, cujo patrimônio líquido consolidado seja superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de Reais);
- IV. Fundamente sua atividade produtiva na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, baseada na aplicação sistemática do conhecimento, conforme disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004;
- V. Tenha a sua atividade principal relacionada aos setores de biotecnologia, nanotecnologia, *clean tech* (tecnologias limpas, aplicações relacionadas à ao tema da Sustentabilidade, e fontes de energia renováveis), aplicações médicas, e tecnologia da informação direcionada a serviços (*outsourcing* e terceirizações, *software-as-a-service*, e modelos similares);
- VI. Localize-se dentro de um raio aproximado de até 100 quilômetros da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- VII. Apresente potencial de crescimento, vantagens competitivas nítidas, excelência de gestão e perspectivas de alto retorno;
- VIII. Cumpra as normas, regulamentos e padrões de proteção ao meio ambiente, à saúde e à segurança do trabalho a elas aplicáveis, como previstos na legislação brasileira em vigor;
- IX. Assuma o compromisso de utilizar as seguintes boas práticas de responsabilidade social: (i) não utilizar trabalho infantil ou escravo; (ii) procurar minimizar os eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes das suas atividades; (iii) sugerir planos de ação que busquem a melhora do seu relacionamento com as comunidades onde suas unidades estejam instaladas; e (iv) atuar com boas práticas de gestão de recursos humanos de maneira a desenvolver, na medida do possível, o seu capital humano;
- X. Não tenha qualquer envolvimento, direto ou indireto, na produção, comércio ou uso dos produtos, substâncias e atividades listadas no Anexo I (Lista de Atividades Excluídas para Operações sem Garantia Soberana do BID/FUMIN).



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

BNY Mellon Serviços Financeiros

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Parágrafo Primeiro. A Companhia Alvo deverá, como condição prévia para a realização dos investimentos pelo FUNDO:

- (a) Prever em seus estatutos: 1) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação; 2) estabelecimento de um mandato unificado de 2 (dois) anos para todo o seu Conselho de Administração; 3) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros valores mobiliários de emissão da companhia; 4) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários; e 5) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM; e
- (b) Quando sociedade anônima fechada, deverá obrigar-se, formalmente, perante o FUNDO, que, no caso de abertura de seu capital, aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na alínea "a" acima, além de atender a quaisquer outros padrões de governança adicionais requeridos nos anexos I, II e III da Resolução 3.792, de 24.09.2009, e alterações posteriores, do Conselho Monetário Nacional;

Parágrafo Segundo. A participação do FUNDO em cada Companhia Investida será sempre minoritária, não devendo ser superior a 49% (quarenta e nove por cento) do número total de ações representativas do capital social votante de tal Companhia, podendo, excepcionalmente, exceder tal limite, mediante autorização da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.

Parágrafo Terceiro. O GESTOR poderá indicar representante para ser eleito como membro do Conselho de Administração das Companhias Investidas e deverá monitorar o desempenho financeiro de tais Companhias e seu atendimento aos requisitos previstos no caput e respectivo Parágrafo Primeiro do Artigo 5º acima, que lhes forem respectivamente aplicáveis.

Parágrafo Quarto. Em todos os contratos para realização de investimentos pelo FUNDO deverá o GESTOR sempre prever e definir um ou mais mecanismos de desinvestimento.

Parágrafo Quinto. Salvo por aprovação da maioria dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas e nos casos já previstos neste regulamento, é vedado ao FUNDO efetuar aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários:

- (a) de emissão de Companhia Alvo, na qual uma Pessoa Vinculada participe, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social ou ocupe qualquer cargo de administração, ressalvado o exercício pela ADMINISTRADORA ou o GESTOR, de cargos obtidos em função do exercício dos direitos relativos aos valores mobiliários integrantes de carteiras por eles administradas, na qualidade de administradores de carteiras de terceiros; ou
- (b) na qual uma Pessoa Vinculada (i) esteja envolvida, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou (ii) seja credora da respectiva Companhia Alvo; ou
- (c) em que uma Pessoa Vinculada ou outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo GESTOR figure como contraparte ou co-investidora.

Parágrafo Sexto. É absolutamente vedado ao FUNDO:

- (a) efetuar aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, que gerem ou possam a vir a gerar qualquer outro Conflito de Interesse; ou
- (b) realizar investimentos em empresas ou projetos que (i) direta ou indiretamente, causem impactos ambientais, sociais ou culturais significativamente negativos, sejam tais impactos diretos, indiretos, regionais ou cumulativos; ou (ii) guardem relação, direta ou indiretamente, com atividades de material bélico, de caráter especulativo, fumo, álcool e jogos de azar, e/ou outros produtos relacionados a tais atividades; ou (iii) estejam direta ou indiretamente envolvidos na produção, comércio ou uso dos produtos, substâncias e atividades listadas no Anexo I; ou (iv) cuja industrialização, fabricação e/ou produtos não obedeçam às normas nacionais de preservação do meio ambiente, segurança do trabalho e saúde e/ou que, direta ou indiretamente, de forma efetiva ou em potencial, atentem contra a moral e os bons costumes; ou
- (c) na seleção dos investimentos, proceder com discriminação em razão de cor, religião, sexo ou origens étnicas, em termos consistentes com a legislação brasileira em vigor.



- 3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

Parágrafo Sétimo. É vedado ao FUNDO a realização de operações com derivativos.

Artigo 6º. Composição da Carteira - O FUNDO investirá seus recursos de acordo com a Política de Investimento delineada no Artigo 5º e respectivos parágrafos acima, observadas, ainda, as seguintes limitações:

- I. No mínimo, 80% (oitenta por cento) da carteira do FUNDO deverá ser investido no Portfolio Alvo;
- II. No máximo, 20% (vinte por cento) da carteira do FUNDO poderá ser investido no Portfolio Flutuante;
- III. O volume total de recursos investidos pelo FUNDO em uma única Companhia Investida não deverá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Patrimônio Comprometido, a não ser em casos excepcionais, aprovados pela Assembléia Geral de Quotista;
- IV. O volume total de recursos investidos pelo FUNDO em um único setor não deverá exceder a 40% (quarenta por cento) do valor total do Patrimônio Comprometido, a não ser em casos excepcionais, aprovados pela Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo Primeiro. Para atendimento do limite mínimo previsto no inciso I do caput deste Artigo, admitir-se-á que as posições diárias em valores mobiliários de Companhias Investidas atinjam 50% (cinquenta por cento) do valor total das aplicações, desde que a média, a cada 180 (cento e oitenta) dias, obedeça ao percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) do valor total das aplicações.

Parágrafo Segundo. O desenquadramento do FUNDO aos limites estabelecidos neste Artigo por um período de 360 (trezentos e sessenta) dias implicará obrigatoriamente na distribuição dos valores correspondentes aos seus Quotistas, através de amortização de Quotas.

Artigo 7º. Período de Investimentos - O FUNDO realizará investimentos nas Companhias Alvo durante o Período de Investimentos.

Parágrafo Primeiro. Durante o Período de Investimentos o GESTOR deverá definir, e submeter à deliberação do Comitê de Investimentos do FUNDO, as Companhias Alvo, a serem objeto de investimento pelo FUNDO e o montante de recursos financeiros a serem investidos em cada um dessas Companhias, bem como o número de parcelas e periodicidade com que os recursos financeiros deverão ser aportados em cada uma delas.

Parágrafo Segundo. Excepcionalmente, o FUNDO poderá realizar investimentos até 02 (dois) anos após o término do Período de Investimentos, desde que tais investimentos (i) tenham sido previstos na respectiva estruturação do investimento, tal como aprovada pelo Comitê de Investimentos, ou (ii) tenham sido aprovados pelo Comitê de Investimento, antes do término do Período de Investimentos, mas os respectivos desembolsos não tenham sido integralmente efetuados até tal término; ou (iii) sejam aprovados pelo Comitê de Investimento para aportes em Companhias Investidas, desde que a soma de tais novos investimentos não ultrapasse o limite de 20% do Patrimônio Comprometido, com observância ademais do previsto no parágrafo segundo do Artigo 52 deste Regulamento.

Artigo 8º. Período de Desinvestimento – Durante o Período de Desinvestimento, os investimentos do FUNDO deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto daí resultante será obrigatoriamente utilizado para amortização das Quotas.

Artigo 9º. Co-Investimento – Sempre que o FUNDO deixe, por qualquer razão, de realizar a totalidade do investimento disponível em uma Companhia Alvo, e caso haja interesse da Companhia Alvo, o GESTOR apresentará formalmente, em Assembléia Geral de Quotistas especialmente convocada para este fim, a oportunidade de investimento para que todos os Quotistas tenham a faculdade de participar, com prioridade, nas mesmas condições, diretamente e na proporção de suas respectivas participações no FUNDO, do investimento a ser efetivado.

Parágrafo Primeiro. A oportunidade de investimento relativamente a eventuais sobras será novamente apresentada aos Quotistas, de forma ilimitada, salvo se houver mais de um Quotista interessado, caso em que deverá ser observada a participação proporcional.

Parágrafo Segundo. Se, após a observância do disposto no Parágrafo Primeiro do presente Artigo, ainda houver disponibilidade para aplicação de parcela do investimento, terceiros ficarão livres para realizá-la.

Parágrafo Terceiro. Como condição para o exercício da oportunidade de investimento prevista no caput deste artigo, os Quotistas que optarem pelo co-investimento deverão se



- 3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

comprometer a, mediante acordo de acionistas e demais documentos que sejam necessários: (i) assumir direitos e obrigações semelhantes aos do FUNDO na Companhia Alvo a ser investida; (ii) efetuar seus investimentos e exercer o seu direito de voto na Empresa Inovadora Investida em consonância com o FUNDO; e (iii) disponibilizar ao FUNDO toda e qualquer informação e documentos que tiverem acesso em relação à Companhia Investida, ressalvadas as limitações impostas pelo sigilo bancário, fiscal ou de lei.

Parágrafo Quarto. Caso o exercício da oportunidade de investimento não atenda às condições do Parágrafo anterior, a proposta de co-investimento deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Geral de Quotistas.

Parágrafo Quinto. O GESTOR, empresas ligadas ou coligadas ao GESTOR, assim como outros fundos ou carteiras administrados pelo GESTOR ou, ainda, uma Pessoa Vinculada ao Gestor, só podem participar, individualmente ou em conjunto, durante o Período de Investimento em algum investimento que esteja no âmbito do Portfólio Alvo, caso:

I - o GESTOR tenha antes oferecido a oportunidade de investimento primeiro ao FUNDO e, a seguir, na hipótese prevista no Artigo 9º deste Regulamento, aos seus Quotistas e tal oportunidade tenha sido ao final rejeitada; e

II - qualquer participação do GESTOR, empresas subsidiárias ou coligadas ao GESTOR ou outros fundos ou carteiras administrados pelo GESTOR ou, ainda, Pessoa Vinculada ao Gestor, de forma individual ou em conjunto, em co-investimento junto com o FUNDO seja aprovada pela Assembleia Geral de Quotistas.

Artigo 10. Fatores de Risco – As aplicações feitas no FUNDO sujeitam-se aos riscos inerentes à concentração da carteira, à natureza dos negócios desenvolvidos pelas Companhias Alvo, em que serão feitos investimentos, bem como ao estágio inicial das atividades de tais Companhias. Tendo em vista esses fatores, o investimento em Quotas apresenta um nível de risco elevado quando comparado a outras alternativas existentes no mercado de capitais brasileiro, devendo os investidores ponderar sobre esse aspecto ao tomarem a decisão de investir no FUNDO.

Parágrafo Único. A subscrição de Quotas mediante a assinatura do respectivo Boletim de Subscrição valerá como declaração do Quotista de que tomou ciência dos riscos envolvidos nas aplicações do FUNDO.

CAPÍTULO III

Administração e Gestão

Artigo 11. Administração - O FUNDO é administrado pela BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a administrar FUNDO de investimento ao amparo da Instrução CVM nº 306/99, conforme Ato Declaratório nº 4620 de 19 de dezembro de 1997, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, tal como identificada como a ADMINISTRADORA.

Parágrafo Único. A ADMINISTRADORA indica como diretor responsável pela administração do FUNDO perante a CVM o Sr. José Carlos Lopes Xavier de Oliveira.

Artigo 12. Gestão - A carteira do FUNDO será gerida pela Performa Investimentos Ltda., com sede na cidade de Av. Paulista, 2001, 8º. Andar, Conjunto 809, CEP 01311-931, Bela Vista, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n. 07.462.720/0001-18, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, através do Ato Declaratório nº 9529, datado de 26 de setembro de 2009, tal como identificada como o GESTOR.

Parágrafo Único. A atribuição à ADMINISTRADORA e GESTOR de seus respectivos deveres e obrigações tal como previstos neste Regulamento, no Contrato de Gestão ou, ainda, qualquer outro documento relativo ao FUNDO, assim como qualquer controvérsia a respeito da determinação da responsabilidade por atos ou omissões da ADMINISTRADORA ou do GESTOR, no desempenho de seus respectivos deveres e obrigações, não poderá, em nenhuma hipótese ou sob qualquer pretexto, ser invocada ou servir para suspender, retardar, afastar ou, por qualquer forma, afetar a aplicação quer à ADMINISTRADORA ou ao GESTOR de quaisquer medidas ou cominações contempladas neste Regulamento ou na regulamentação em vigor, inclusive, sem qualquer limitação, as previstas no Parágrafo Terceiro do Artigo 17 e/ou Artigo 21 deste Regulamento.

Artigo 13. Custódia – As atividades de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, de escrituração das Quotas e de liquidação financeira de ativos e de custódia física de documentos serão exercidas pelo BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº,



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, tal como identificado como o Custodiante.

Artigo 14. Auditoria Independente – As atividades de auditoria independente do FUNDO serão exercidas por KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º. 52, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 57.755.217/0003-90, tal como identificada como o Auditor Independente.

CAPÍTULO IV

Obrigações e Responsabilidades da ADMINISTRADORA

Artigo 15. Obrigações e Responsabilidades - São obrigações da ADMINISTRADORA:

- I - manter e diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO, de acordo com boa técnica administrativa:
 - a) os registros de Quotistas e de transferências de Quotas;
 - b) o livro de atas das Assembléias Gerais de Quotistas e do Comitê de Investimentos;
 - c) o livro de presença de Quotistas às Assembléias Gerais de Quotistas;
 - d) o arquivo dos pareceres do Auditor Independente;
 - e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações e ao patrimônio do FUNDO; e
 - f) a documentação relativa às operações do FUNDO.
- II. receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;
- III. empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que toda entidade profissional ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios, bem como servir com lealdade ao FUNDO e manter reserva e observar a estrita confidencialidade sobre os negócios do FUNDO, bem como adotar controles para preservar tal confidencialidade;

- IV. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos pelo GESTOR, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO, inclusive os direitos de subscrição e alienação de ações e outros valores mobiliários, com observância do previsto neste Regulamento, assim como empregar, na defesa dos direitos dos Quotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários a assegurá-los, inclusive ações, recursos e exceções;
- V. custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;
- VI. manter custodiados em banco comercial, banco múltiplo com carteira de investimento, banco de investimento, bolsa de valores ou entidade de custódia autorizada pela CVM, os títulos e valores mobiliários integrantes do FUNDO;
- VII. pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM nº 209/94;
- VIII. elaborar parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, anualmente, encaminhando as demonstrações financeiras, do qual conste, entre outras informações e/ou comentários necessários, declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM nº 209/94 e do presente Regulamento;
- IX. encaminhar ao Comitê de Investimentos estudos e análises de investimento elaborados pelo GESTOR que fundamentem as decisões a serem tomadas, mantendo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e decisões tomadas, assim como apresentar ao Comitê de Investimentos relatórios semestrais do desempenho do FUNDO e todas as demais informações previstas no Artigo 35 deste Regulamento;
- X. fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, encaminhados pelo GESTOR, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas e pelo Comitê de Investimentos, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, assim como atualizações periódicas dos referidos estudos e análises, tal como encaminhados pelo GESTOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados e da estratégia de desinvestimento da carteira do FUNDO, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

- XI. no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste artigo até o término do mesmo;
- XII. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do FUNDO, incluindo, de forma não exaustiva, quaisquer remunerações recebidas de Companhias Investidas, a qualquer título;
- XIII. elaborar e divulgar as informações previstas nos Capítulos VIII e XII deste Regulamento;
- XIV. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimentos;
- XV. firmar, em nome do FUNDO, juntamente com o GESTOR ou, conforme o caso, delegar tais poderes ao GESTOR, acordos de acionistas e demais documentos societários em relação às Companhias Investidas;
- XVI. convocar de imediato a Assembléia Geral de Quotistas para, como previsto neste Regulamento, deliberar sobre: (i) a destituição e substituição da ADMINISTRADORA e/ou do GESTOR, ou liquidação do FUNDO; (ii) a existência de Conflito de Interesse, sempre que tal Conflito de Interesse venha a ser invocado por qualquer membro do Comitê de Investimentos ou pelos demais Quotistas que não tenham um membro indicado ao Comitê de Investimentos, ou (iii) quaisquer outras matérias que, nos termos do presente Regulamento ou da lei, estejam sujeitas à apreciação, deliberação e/ou ratificação pela Assembléia Geral de Quotistas;
- XVII. cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento, do Contrato de Investimento, quaisquer outros instrumentos relativos ao FUNDO e da legislação em vigor;
- XVIII. ter uma postura de respeito às normas relacionadas ao meio ambiente, saúde e segurança do trabalho; e

XIX. comunicar às autoridades eventuais operações suspeitas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como a tomar as demais medidas necessárias, conforme previsto na Circular Bacen nº 3.461, de 24.07.2009, na Instrução CVM nº 301, de 16.4.1999, na Instrução SPC nº 26, de 01.09.2008 e na Resolução nº 15, de 28 de março de 2007, do Conselho de Controle das Atividades Financeiras - COAF e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613/98.

Parágrafo Primeiro. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista no inciso IX do caput deste Artigo, a ADMINISTRADORA poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Quotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais Quotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Quotistas que requereram a informação.

Parágrafo Segundo. O ajuizamento de ação judicial para a defesa dos Quotistas depende da prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, mas a apresentação de defesa e/ou exceção, quando o FUNDO figurar no pólo passivo, independe de prévia autorização e o custo para comparecimento em juízo constitui-se encargo do FUNDO. Caso a Assembléia Geral de Quotista não aprobe a propositura de medida judicial, a ADMINISTRADORA e/ou GESTOR não serão obrigados a propor a mesma às suas expensas e não poderão ser responsabilizados por quaisquer dos Quotistas por omissão, falta de diligência, não se configurando, para fins deste Regulamento, Justa Causa para sua destituição, ressalvadas quaisquer medidas judiciais que sejam necessárias para a proteção dos Quotistas, em decorrência de atos culposos ou dolosos da ADMINISTRADORA e/ou GESTOR ou de violação aos seus deveres, obrigações e responsabilidades nos termos deste Regulamento e da lei, que deverão ser promovidas pela ADMINISTRADORA e/ou pelo GESTOR, às suas próprias expensas.

Parágrafo Terceiro. Quaisquer penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações da ADMINISTRADORA, previstas na legislação em vigor, neste Regulamento e demais documentos pertinentes ao FUNDO serão suportadas pela ADMINISTRADORA.

Parágrafo Quarto. É vedado à ADMINISTRADORA prestar consultoria, de qualquer natureza, a Companhias Alvo, em processo de seleção ou negociação para receber investimentos pelo FUNDO, ou Companhias Investidas.

Parágrafo Quinto. A ADMINISTRADORA não compartilha com o GESTOR ou com o Comitê de Investimentos de decisões inerentes à composição da carteira de investimentos incluindo, mas não se limitando à aquisição e à venda de ativos da carteira do FUNDO.



- 3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

Parágrafo Sexto. A previsão contida no parágrafo anterior não servirá, contudo, para exonerar a ADMINISTRADORA, o GESTOR e demais terceiros contratados pela ADMINISTRADORA ou pelo GESTOR para prestação de serviços ao FUNDO, de quaisquer de suas obrigações, responsabilidades ou deveres nos termos deste Regulamento, contrato ou da lei, incluindo a responsabilidade por indenizar eventuais prejuízos causados aos Quotistas em virtude do descumprimento de suas referidas obrigações ou deveres e de quaisquer atos ou condutas contrárias a este Regulamento, à lei e aos atos normativos expedidos pela CVM.

CAPÍTULO V

Obrigações e Responsabilidades do GESTOR

Artigo 16. Obrigações e Responsabilidades - São obrigações do GESTOR:

- I. identificar, analisar, propor ao Comitê de Investimentos, negociar, estruturar e documentar todas as alternativas de investimento para integrar o Portfolio Alvo do FUNDO e respectivos desinvestimentos, assim como outras matérias a serem deliberadas pela Assembléia Geral de Quotistas, mantendo os registros apropriados com as justificativas das propostas, recomendações e respectivas decisões;
- II. elaborar e fornecer à ADMINISTRADORA, estudos e análises de investimento que fundamentem as decisões a serem tomadas, inclusive as do Comitê de Investimentos, mantendo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e decisões tomadas;
- III. atualizar periodicamente os estudos e análises de investimento, permitindo o adequado acompanhamento dos investimentos realizados e da estratégia de desinvestimento da carteira do FUNDO, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis medidas que maximizem o resultado do investimento, encaminhando-os à ADMINISTRADORA, assim como apresentar ao

Comitê de Investimentos relatórios semestrais do desempenho do FUNDO e todas as demais informações previstas no Artigo 35 deste Regulamento;

- IV. fornecer à ADMINISTRADORA, no prazo por ela solicitado, os documentos mencionados nos incisos VIII, IX e X do Artigo 15, bem como eventuais outras informações e documentos necessários para cumprimento das obrigações previstas nos supracitados incisos;
- V. por meio de poderes delegados caso a caso pela ADMINISTRADORA, convocar e participar das reuniões do Comitê de Investimentos, bem como participar das assembléias gerais e especiais de acionistas das Companhias Investidas, tanto das ordinárias quanto das extraordinárias, sempre visando ao cumprimento dos objetivos do FUNDO, e atuar junto aos demais acionistas, de forma a que apoiem o FUNDO na votação das matérias que serão deliberadas, dando conhecimento ao Comitê de Investimentos e disponibilizando cópia por meio magnético aos membros do Comitê de Investimentos em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a sua assinatura;
- VI. comunicar à ADMINISTRADORA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, as decisões do Comitê de Investimentos;
- VII. manter por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO, às suas expensas, atualizadas e em perfeita ordem, as atas do Comitê de Investimentos;
- VIII. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimentos, inclusive com relação às propostas de realização de despesas, investimentos e alienação ou baixa de ativos e investimentos, assim como todas as disposições deste Regulamento e demais documentos pertinentes ao FUNDO, sendo que a execução das recomendações do Comitê de Investimentos será sempre de responsabilidade do GESTOR;
- IX. gerenciar o funcionamento e manter a estrutura organizacional do Pessoal Chave de forma a preservar os princípios estabelecidos no Artigo 17 e Parágrafos deste Regulamento;
- X. solicitar à ADMINISTRADORA a realização de chamadas para integralização de Quotas nos termos do Artigo 52 deste Regulamento;
- XI. adquirir e alienar em nome e benefício do FUNDO, subordinados aos limites de diversificação dispostos no Artigo 6º deste Regulamento, ações compreendidas no Portfólio Alvo e/ou títulos de renda fixa compreendidos no Portfólio Flutuante;



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

- XII. negociar e firmar, em conjunto com a ADMINISTRADORA ou por meio de poderes delegados caso a caso pela ADMINISTRADORA, em nome do FUNDO, os acordos de acionistas e demais contratos necessários ao cumprimento dos objetivos do FUNDO, dando conhecimento ao Comitê de Investimentos e disponibilizando cópia por meio magnético aos membros do Comitê de Investimentos em até 10 (dez) dias corridos após a sua assinatura, observado o disposto no § 3º deste Artigo;
- XIII. participar quando for do interesse do FUNDO nos órgãos deliberativos das Companhias Investidas (Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal);
- XIV. participar de eventos que, a seu exclusivo critério, sejam necessários ou convenientes para o desenvolvimento da Política de Investimentos do FUNDO, sendo-lhe atribuído poderes para exercer, em nome do FUNDO, todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, inclusive o de ação, e o de comparecer e votar em Assembléias Gerais de Quotistas ou Acionistas e especiais, praticando enfim, todos os atos necessários à gestão da carteira do FUNDO, observadas as limitações impostas por este Regulamento e disposições legais e regulamentares aplicáveis, cabendo-lhe, ainda, as decisões de investimento do FUNDO, bem como a sua implementação, salvo quando estas decisões forem de responsabilidade do Comitê de Investimentos.
- XV. exercer um programa de governança corporativa que garanta padrões elevados de transparência, disciplina e probidade administrativa nas Companhias Investidas, propiciando proteção adequada aos interesses dos Quotistas e contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento das referidas Companhias;
- XVI. monitorar a adequação das Companhias Investidas aos requisitos estipulados no caput e respectivo Parágrafo Primeiro do Artigo 5º deste Regulamento, nos limites previstos em lei e nos respectivos acordos de acionistas, respondendo com exclusividade por eventuais danos decorrentes do descumprimento de tal dever de monitorar a adequação das Companhias Investidas;
- XVII. proteger e promover os interesses do FUNDO junto às Companhias Investidas;
- XVIII. buscar maximizar os ganhos do FUNDO através da procura de alternativas de realização dos valores investidos nas Companhias Investidas, destacando entre

- estas a abertura de capital no mercado brasileiro ou internacional e a alienação do investimento para operador estratégico;
- XIX. fornecer orientação estratégica às Companhias Investidas, incluindo estratégias alternativas de distribuição, identificação de potenciais mercados e parceiros estratégicos, bem como de reestruturação financeira;
- XX. prospectar oportunidades, negociando com as Companhias Alvo ou Companhias Investidas, conforme o caso, selecionadas, após todas as diligências cabíveis, o processo de contratação de novos investimentos;
- XXI. monitorar permanentemente as Companhias Investidas, nos seus aspectos mercadológicos, comerciais, financeiros, de produção e de desenvolvimento de produtos;
- XXII. participar ativamente, através de contato sistemático com os administradores das Companhias Investidas, no seu desenvolvimento, inclusive transferindo tecnologia de gerenciamento e colaborando na formulação de estratégias que agreguem valor aos investimentos;
- XXIII. analisar o conteúdo tecnológico dos projetos apresentados com base em padrões de excelência e nas melhores práticas utilizadas internacionalmente;
- XXIV. buscar promover a inserção das Companhias Investidas na comunidade empresarial nacional e internacional e no mercado de capitais;
- XXV. tentar contribuir na formação de alianças estratégicas com outras empresas ou grupos de empresas situadas no país ou no exterior;
- XXVI. indicar um membro para integrar o Comitê de Investimentos do FUNDO, sendo que tal membro atuará como presidente do Comitê de Investimentos;
- XXVII. ressarcir à ADMINISTRADORA todas as despesas de propaganda do FUNDO, observado o previsto no Contrato de Gestão;
- XXVIII. apresentar para deliberação da Assembléia Geral de Quotistas a previsão anual de encargos do FUNDO;
- XXIX. realizar, nos meses em que não houver reunião do Comitê de Investimentos, uma reunião mensal de no máximo 2 (duas) horas com aqueles Quotistas que estiverem representados no Comitê de Investimentos, em cumprimento de agenda anual pré-estabelecida, que deverá seguir a seguinte pauta: (a) geração de negócios,



-3 JAN 11 805136

REGISTRADO E MICROFILMADO
FÓTO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

enquadramento; (b) análise, acompanhamento das Companhias Investidas e eventuais modificações da expectativa de retorno. As reuniões poderão ser presenciais e os investidores que não puderem comparecer fisicamente poderão participar por conferência telefônica. Até 3 (três) dias após a reunião, o GESTOR enviará por mensagem eletrônica a ata da reunião para os investidores que deverão se pronunciar em até 24 horas. Após este período, o GESTOR poderá considerar a ata aprovada

- XXX. empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que toda entidade profissional ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios, bem como servir com lealdade ao FUNDO e manter reserva e observar a estrita confidencialidade sobre os negócios do FUNDO, bem como adotar controles para preservar tal confidencialidade;
- XXXI. empregar, na defesa dos direitos dos Quotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando, em conjunto com a ADMINISTRADORA quando cabível, todos os atos necessários a assegurá-los, inclusive ações, recursos e exceções;
- XXXII. cumprir e fazer cumprir, solidariamente com a ADMINISTRADORA, todas as disposições deste Regulamento, do Contrato de Investimento, quaisquer outros instrumentos relativos ao FUNDO e da legislação em vigor;
- XXXIII. ter uma postura de respeito às normas relacionadas ao meio ambiente, saúde e segurança do trabalho; e
- XXXIV. transigir e praticar, enfim, todos os atos necessários à gestão da carteira do FUNDO, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor, assim como as previstas neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. O GESTOR poderá contratar, às suas expensas, instituições ou profissionais para assessorá-lo na análise de investimentos, permanecendo, no entanto, responsável pelas análises perante o FUNDO.

Parágrafo Segundo. Para o cumprimento das atribuições previstas nos incisos I, XI, XII, XIII, XIV, XX, XXI e XXII deste Artigo, o GESTOR deverá solicitar e obter perante a ADMINISTRADORA todos os poderes necessários para tanto.

Parágrafo Terceiro. Previamente à realização de investimento pelo FUNDO em uma Companhia Alvo e desinvestimento, o GESTOR deverá encaminhar para aprovação do Comitê de Investimentos: a proposição específica com estudos e avaliações realizadas, que justifiquem o investimento ou o desinvestimento pelo FUNDO na Companhia Alvo, acompanhada de todas as demais informações e materiais previstos no Artigo 35 deste Regulamento.

Parágrafo Quarto. O GESTOR somente poderá constituir, direta ou indiretamente, outro fundo cuja Política de Investimento seja similar ao do FUNDO, tal como previsto no Capítulo II deste Regulamento, após haver efetuado investimentos, em nome do FUNDO, correspondentes a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do valor do Patrimônio Comprometido, ou após a verificação do término do Período de Investimento, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Quinto. É vedado ao GESTOR prestar consultoria, de qualquer natureza, a Companhias Alvo, em processo de seleção ou negociação para receber investimentos pelo FUNDO, ou Companhias Investidas.

Parágrafo Sexto. Sem prejuízo de outros direitos dos Quotistas decorrentes da legislação vigente, deste Regulamento e do Contrato de Investimento, poderão tais Quotistas, às suas expensas, submeter o FUNDO a 2 (duas) avaliações independentes, durante a vida do FUNDO. Tais avaliações consistirão em auditorias independentes da composição, do lastro dos ativos, da avaliação e da precificação da carteira do FUNDO, bem como das demonstrações financeiras do FUNDO.

Artigo 17. Pessoal Chave - Caberá unicamente ao GESTOR a tarefa de seleção e substituição de sua equipe de analistas, observados os termos do Regulamento, devendo empregar o necessário cuidado na seleção dos profissionais mais adequados e qualificados para exercer as funções que lhes serão atribuídas.

Parágrafo Primeiro. O Pessoal Chave, que será mantido pelo GESTOR dedicado à gestão do Fundo, será integrado pelos seguintes profissionais:

- I. Eduardo Grytz, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.995.000-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 170.060.468-66, residente e domiciliado na cidade de São Paulo;



- 3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICINGREGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

- II. Humberto Mitsunori Matsuda, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.327.518-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 284.615.718-94, residente e domiciliado na cidade de São Paulo;

Parágrafo Segundo. O Pessoal Chave deverá dedicar seu tempo às atividades do FUNDO de acordo com os respectivos percentuais mínimos abaixo discriminados, considerando-se para tanto como base uma semana de 40 (quarenta) horas úteis, sendo certo que qualquer alteração a tais pessoas e/ou percentuais, será considerada como uma alteração e/ou substituição do Pessoal Chave, devendo o GESTOR, mediante a solicitação de qualquer Quotista, apresentar as declarações que sejam necessárias para a verificação da respectiva alocação de tempo do Pessoal Chave, nos termos previstos neste Parágrafo.

Nome	Período de Investimento	Período de Desinvestimento
Eduardo Grytz	50%	50%
Humberto Mitsunori Matsuda	100%	50%

Parágrafo Terceiro. Caso qualquer pessoa deixe de integrar o Pessoal Chave ou, ainda, venha a ocorrer qualquer alteração com relação ao Pessoal Chave, deverá o GESTOR proceder da seguinte forma: (i) comunicar a referida alteração aos membros do Comitê de Investimentos e aos Quotistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do respectivo desligamento ou alteração, e (ii) solicitar à ADMINISTRADORA a convocação de uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data do respectivo desligamento ou alteração. Por ocasião da Assembléia Geral de Quotistas, o GESTOR submeterá à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas uma proposta de substituição da pessoa em questão por profissional com qualificação e experiência profissionais, que sejam, no mínimo, similares às da pessoa a ser substituída. Caso a Assembléia Geral de Quotistas, deliberando nos termos deste Regulamento, rejeite a indicação do substituto de um membro integrante do Pessoal Chave proposto pelo GESTOR, poderá tal Assembléia Geral de Quotistas avaliar e aprovar a aplicação de outras medidas, tais como, dentre outras:

- (a) a destituição do GESTOR por Justa Causa; e/ou
- (b) a suspensão temporária do pagamento da Taxa do Gestor, incidente no período, até que a referida pendência seja solucionada, podendo a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela aplicação da referida suspensão de imediato, e/ou fixar prazo e/ou, ainda, estabelecer outras condições para aplicação dessa medida; e/ou
- (c) a suspensão de quaisquer chamadas de capital para a integralização de quotas, até que a referida pendência seja solucionada, suspensão essa que, conforme a Assembléia Geral de Quotistas vier a deliberar, poderá ser aplicada quer de imediato ou dentro de certo prazo, e/ou, ainda, de acordo com outras condições que vierem a ser estabelecidas pela referida Assembléia, ressalvado que não deverá tal suspensão afetar chamadas de capital necessárias a aportes a serem efetuados nas Companhias Investidas, desde que aprovados pelo Comitê de Investimentos, bem como se constituam em objeto de compromisso de integralização já assumido em decorrência da assinatura dos respectivos boletins de subscrição; e/ou
- (d) a dissolução do FUNDO.

Parágrafo Quarto. Da mesma forma, se qualquer pessoa integrante do Pessoal Chave reduzir seu tempo de dedicação às atividades do FUNDO, abaixo dos limites previstos neste Regulamento, tal redução e correspondente proposta do GESTOR para solucionar tal situação estarão sujeitas ao mesmo procedimento de aprovação previsto no Parágrafo Terceiro do presente Artigo, assim como à aplicação das medidas ali previstas.

Parágrafo Quinto. Nas hipóteses previstas nos Parágrafos Terceiro e Quarto deste Artigo, caso a Assembléia Geral de Quotistas delibere pela suspensão, as chamadas de capital, assim como os pagamentos da Taxa do Gestor, permanecerão suspensos apenas e enquanto não for apresentado e aprovado o respectivo substituto do Pessoal Chave ou que o tempo de dedicação seja restaurado. Nesses casos, uma vez aprovado tal substituto ou restaurado o tempo de dedicação, o GESTOR fará jus a receber, em uma única parcela, a taxa de administração correspondente ao período em que a mesma esteve suspensa.

CAPÍTULO VI

Renúncia, Destituição e Substituição da ADMINISTRADORA e/ou do GESTOR

Artigo 18. Hipóteses de Perda da Função - A ADMINISTRADORA e/ou GESTOR deixarão de administrar e/ou gerir o FUNDO, conforme o caso, nas seguintes hipóteses:



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

- I. Renúncia à administração e/ou gestão do FUNDO, devendo enviar um aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias endereçado a cada um dos Quotistas, e comunicar tal fato, imediatamente, à CVM;
- II. Descredenciamento da ADMINISTRADORA e/ou do GESTOR pela CVM em conformidade com as normas vigentes; ou
- III. Destituição, com ou sem Justa Causa, deliberada pela Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Artigo 37 inciso III deste Regulamento.

Artigo 19. Convocação de Assembléia Geral de Quotistas para eleição de Substituto -

Nas hipóteses de renúncia, descredenciamento pela CVM ou destituição decidida pela Assembléia Geral de Quotistas, quer da ADMINISTRADORA e/ou do GESTOR, a ADMINISTRADORA se obriga a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Quotistas, para realização no prazo de até 10 (dez) dias subsequentes ao respectivo evento, para eleição do respectivo substituto, sendo facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) de Quotas representativas do Patrimônio Comprometido integralizado, em qualquer caso, ou à CVM, no caso de descredenciamento, a convocação da Assembléia Geral de Quotistas, caso a ADMINISTRADORA não o faça no prazo de 15 (quinze) dias contados do evento.

Parágrafo Único. A ADMINISTRADORA e o GESTOR, cada um deles se compromete a, em ocorrendo sua respectiva substituição, por qualquer razão (i) transferir todas as informações relativas ao FUNDO ao novo administrador ou gestor, conforme o caso, (ii) cooperar integralmente com o respectivo processo de transferência, e (iii) manter sigilo sobre todas as operações do FUNDO, durante e após tal transferência.

Artigo 20. Permanência no cargo até a substituição - A ADMINISTRADORA e/ou GESTOR deverão permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

Parágrafo Único. A renúncia, destituição ou descredenciamento da ADMINISTRADORA não implica, automaticamente, na rescisão do Contrato de Gestão firmado com o GESTOR, mantendo-se este em vigor até ulterior deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

Artigo 21. Medidas Aplicáveis - A ocorrência de qualquer um dos eventos previstos no Artigo 18 deste Regulamento, ou de qualquer outra Mudança Substancial, poderá, desde que

previamente aprovado em Assembléia Geral de Quotistas, resultar na suspensão do pagamento da Taxa da Administradora ou da Taxa do Gestor, conforme o caso, incidente no período e/ou de chamadas de capital aos Quotistas para subscrição ou integralização de Quotas do FUNDO, salvo em relação às Quotas necessárias aos aportes a serem efetuados nas Companhias Investidas, desde que aprovados pelo Comitê de Investimentos, bem como se constituam em objeto de compromisso de integralização já assumido em decorrência da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, hipótese em que as respectivas Quotas deverão ser integralizadas pelos Quotistas. Na ocorrência de qualquer Mudança Substancial deverá a ADMINISTRADORA convocar uma Assembléia Geral de Quotistas, a ser realizada em até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento. A referida Assembléia Geral de Quotistas poderá avaliar e aprovar a aplicação das medidas cabíveis, tais como, dentre outras, as previstas no Parágrafo Terceiro do artigo 17 deste Regulamento.

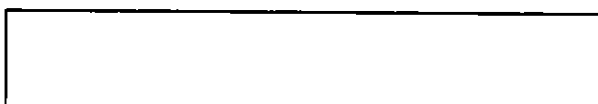
CAPÍTULO VII

Remuneração da ADMINISTRADORA e do GESTOR

Artigo 22. Taxa da Administradora e Taxa do Gestor - Pela prestação do serviço de administração e gestão, a ADMINISTRADORA receberá Taxa da Administradora, equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) ao ano sobre o valor total do Patrimônio Comprometido, ficando estabelecida remuneração mínima mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e o GESTOR receberá Taxa do Gestor, equivalente a 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) ao ano sobre o valor total do Patrimônio Comprometido respectivamente, da qual deverá ser deduzida a remuneração devida ao Custodiante, que fica estabelecida em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais. A Taxa da Administradora e a Taxa do Gestor serão corrigidas anualmente pelo Indexador.

Artigo 23. Taxa de Administração Total - A Taxa de Administração Total, equivalente à soma da Taxa da Administradora e Taxa do Gestor, será calculada conforme disposto no Artigo 24 durante o Período de Investimento, sendo certo que, a partir do encerramento do Período de Investimento a Taxa de Administração Total será calculada em conformidade com o Artigo 25.

Artigo 24. Taxa de Administração Total durante o Período de Investimento – A ADMINISTRADORA e o GESTOR receberão, durante o Período de Investimento, mensalmente, em conjunto, pelos serviços de administração (Taxa da Administradora) e gestão (Taxa do Gestor), o equivalente, em Reais, a 3,0% (três e meio por cento) ao ano sobre o valor total do Patrimônio Comprometido, conforme detalhado na fórmula abaixo:





BNY MELLON
ASSET SERVICING

BNY Mellon Serviços Financeiros
 $TA = 3,0\% \times (N / 360) \times SS$

-3 JAN 11 805136

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Onde:

TA = Taxa de Administração Total.

N = número de dias decorridos entre o encerramento do mês anterior (ou da data de integralização inicial quando do cálculo da primeira **TA**), e a data do encerramento do mês em referência.

SS = valor total do Patrimônio Comprometido do **FUNDO**.

Artigo 25. Taxa de Administração Total após o Período de Investimento – A ADMINISTRADORA e o GESTOR receberão, a partir do encerramento do Período de Investimento, mensalmente, em conjunto, pelos serviços de administração (Taxa da Administradora) e gestão (Taxa do Gestor), o equivalente, em Reais, a 3.0 % (três por cento) ao ano sobre o valor do Capital Investido corrigido pelo Indexador, a partir da data em que cada investimento tiver sido realizado e até a data do respectivo cálculo da Taxa de Administração, descontado deste valor os desinvestimentos efetuados ao longo do tempo pelo valor histórico corrigido pelo Indexador e deduzidas as Perdas Totais apuradas com os respectivos investimentos, para tanto considerados pelos seus respectivos valores históricos e atualizados pelo Indexador.

$$TA = 3.0\% \times (N / 360) \times (I - A - PT)$$

Onde **TA** não pode ser negativa, as definições das variáveis na fórmula supra são idênticas às definidas no parágrafo anterior e:

I = Capital Investido corrigido pelo Indexador desde a data de cada integralização até a data de cálculo, pela variação *pro rata temporis* do Indexador

A = amortizações ocorridas corrigidas pelo Indexador desde a data de cada amortização até a data de cálculo, pela variação *pro rata temporis* do Indexador

PT = Perdas Totais ocorridas

Artigo 26. Pagamento da Taxa da Administradora e Taxa do Gestor - A Taxa da Administradora e a Taxa do Gestor serão pagas pelo FUNDO no 5º (quinto) dia útil após o encerramento de cada mês.

Parágrafo Primeiro. A Taxa da Administradora e a Taxa do Gestor deverão ser pagas diretamente pelo FUNDO ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, respectivamente, desde que a soma de ambas não exceda o valor da Taxa de Administração Total, apurada conforme Artigos 24 ou 25 acima.

Parágrafo Segundo. Nas hipóteses de destituição da ADMINISTRADORA e/ou do GESTOR por deliberação dos quotistas, em Assembléia Geral de Quotistas regularmente convocada e realizada, ou na hipótese da ADMINISTRADORA e/ou do GESTOR deixar voluntariamente de exercer suas atividades ou for descredenciado pela CVM, a ADMINISTRADORA e/ou o GESTOR fará jus, *pro rata temporis*, conforme o caso, à Taxa da Administradora e a Taxa do Gestor, até o momento do efetivo desligamento.

Artigo 27. Taxa de Performance – O GESTOR receberá, ainda, pela prestação de serviços de gestão, a Taxa de Performance, no valor correspondente a 20,0 % (vinte por cento) dos valores distribuídos pelo FUNDO que excederem o capital original investido corrigido pela variação do Indexador, acrescida de um custo de oportunidade de 6,0 % (seis por cento) ao ano, calculada conforme fórmula abaixo:

$$TP = \{Va - (Cc - Vp)\} \times 20,0\%$$

Onde:

TP = Taxa de Performance.

Va = Valor que está sendo distribuído aos Quotistas a título de amortização de Quotas ou por ocasião da liquidação do FUNDO.

Cc = Patrimônio Comprometido do FUNDO, corrigido desde a data de cada integralização até a data de cálculo, pela variação *pro rata temporis* do Indexador, acrescido de um custo de oportunidade de 6,0 % (seis por cento) ao ano.

Vp = Soma das quantias já distribuídas aos Quotistas, atualizadas desde a data de sua distribuição até a data de cálculo, pela variação *pro rata temporis* do Indexador, acrescidas de um custo de oportunidade de 6,0 % (seis por cento) ao ano, limitada ao valor de **Cc**.



BNY MELLON
ASSET SERVICING

BNY Mellon Serviços Financeiros

- 3 JAN 11 805136

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Parágrafo Primeiro. Para fins de atualização de Cc e de Vp pelo Indexador será utilizado o Índice do mês imediatamente anterior à respectivo data de cálculo.

Parágrafo Segundo. A Taxa de Performance prevista no caput deste Artigo será paga quando o resultado da respectiva fórmula for positivo, por ocasião das amortizações de Quotas ou quando da liquidação do FUNDO.

Parágrafo Terceiro. A Taxa de Performance será paga por ocasião das amortizações de Quotas, em moeda corrente nacional, previstas no Artigo 56 deste Regulamento, acompanhada da respectiva memória de cálculo e de eventual Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis, e/ou quando do pagamento das quantias recebidas pelos Quotistas, quando da liquidação do FUNDO.

Parágrafo Quarto. Na hipótese do GESTOR deixar de gerir o FUNDO, o cálculo e/ou pagamento da Taxa de Performance ficará sujeito às seguintes regras:

I - se o GESTOR tiver renunciado ou tiver sido descredenciado pela CVM ou ainda tiver sido destituído, com Justa Causa, pela Assembléia Geral de Cotistas não fará ele jus ao recebimento da Taxa de Performance;

II - se o GESTOR tiver sido destituído, sem Justa Causa, pela Assembléia Geral de Quotistas, terá ela o direito a receber a Taxa de Performance relativa aos investimentos do FUNDO realizados até a data da destituição, calculados "*pro rata temporis*" em relação ao prazo previsto de duração do FUNDO, sendo certo que a Taxa de Performance será paga, ao GESTOR destituído, de acordo com as regras estabelecidas neste Artigo, à medida da realização das amortizações de Quotas, relativas aos referidos investimentos, que vierem ainda a ocorrer, após a destituição do GESTOR ou quando da liquidação do FUNDO.

CAPÍTULO VIII

Comitê de Investimentos

Artigo 28. Composição - O FUNDO terá um Comitê de Investimentos composto de até 05 (cinco) membros, que poderão ser somente pessoas físicas, não remunerados para o

exercício da função, eleitos ou referendados pela Assembléia Geral de Quotistas em conformidade com o previsto no Artigo 31 abaixo, por um prazo de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Artigo 29. Haverá a indicação de um membro efetivo e respectivo suplente.

Parágrafo Primeiro. O membro efetivo, pessoa física, poderá renunciar ao seu cargo, desde que comunique previamente à Administradora, por escrito.

Parágrafo Segundo. Qualquer dos Quotistas que tiver eleito um membro do Comitê de Investimentos, efetivo ou suplente, poderá, a qualquer tempo, substituir esse membro, ad referendum da Assembléia Geral de Quotistas que se realizar imediatamente a seguir.

Artigo 30. Em caso de impedimento temporário, de membro efetivo, este será substituído pelo seu suplente, a quem caberá as mesmas funções e prerrogativas do membro substituído.

Parágrafo Único. Na hipótese de vacância do cargo por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão de membro efetivo, este será substituído pelo seu suplente, que completará o mandato do membro efetivo substituído.

Artigo 31. Eleição em separado – Cada Quotista ou grupo de Quotistas, titular de Quotas de Classe A, de valor total, igual ou superior a, no mínimo 1 % (um por cento) do Patrimônio Comprometido ou R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), o que for menor, terá o direito, mas não a obrigação, de eleger, em separado, no máximo 1 (um) membro do Comitê de Investimentos.

Parágrafo Primeiro. Os Quotistas, titulares de Quotas de Classe B, deterão o direito, mas não a obrigação, de eleger, em conjunto, no máximo 1 (um) membro do Comitê de Investimento. Em tal eleição, serão computados os votos dos Quotistas, segundo os valores totais das Quotas, das quais sejam respectivamente titulares.

Parágrafo Segundo. Exceto pela Gestora, qualquer outro Quotista titular de Quotas de Classe A, com o direito de indicar 1 (um) membro do Comitê de Investimentos, como previsto no caput deste Artigo, terá alternativamente a faculdade de indicar 1 (um) membro para participar das reuniões do Comitê de Investimentos, tão somente na condição de observador, sem exercer o direito de voto. Na hipótese do exercício de tal faculdade, serão aplicáveis a esse membro não votante todas as disposições relativas a membros do Comitê de Investimentos aqui contidas, inclusive no que concerne ao direito de receber toda e qualquer

-3 JAN 11 805136



BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

informação, documento ou outro material previsto a ser enviado ou entregue aos membros do Comitê de Investimentos. A qualquer tempo, a exclusivo critério do Quotista que tiver indicado um membro não votante, poderá o referido membro por ele indicado tornar-se um membro votante ou, mesmo, retornar à condição de membro não votante, e assim sucessivamente, mediante simples comunicação para tanto enviada pelo referido Quotista ao ADMINISTRADOR até 3 (três) dias úteis antes da respectiva reunião do Comitê de Investimentos, a partir da qual tal Quotista deseje que a referida alteração de condição do membro por ele indicado se torne eficaz.

Parágrafo Terceiro. A nomeação dos membros integrantes do Comitê de Investimento, na forma prevista no caput e parágrafo 1º deste artigo será feita na data da primeira Assembléia Geral de Cotistas que se realizar após a Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM, e como condição para a chamada e realização da Integralização Mínima Inicial.

Parágrafo Quarto. –O membro a ser indicado pelo GESTOR para participar do Comitê de Investimentos do FUNDO, deverá ser independente, ou seja, não vinculado ao FUNDO, e com conhecimento amplo e reconhecido da atividade de investimento que o FUNDO se propõe a realizar.

Artigo 32. Competência – O Comitê de Investimentos do FUNDO terá competência exclusiva para com base em estruturação e documentos apresentados pela ADMINISTRADORA:

- I. Deliberar sobre a realização de investimentos e desinvestimentos do FUNDO em Companhias Investidas, submetidos pelo GESTOR, bem como reinvestimentos como previsto no Artigo 52 e Parágrafo Segundo deste Regulamento;
- II. Deliberar sobre as Perdas e respectiva baixa, total ou parcial, do valor dos investimentos, tal como submetidas pelo GESTOR;
- III. Aprovar as despesas de Auditoria, a serem realizadas em Companhia Alvo, para fins do previsto no inciso XI do Artigo 59 deste Regulamento;

- IV Acompanhar o desempenho do FUNDO, mediante relatórios e informações fornecidos pelo GESTOR nos termos previstos neste Regulamento, acerca do desempenho das Companhias Investidas; e
- V. Aprovar a participação do GESTOR em co-investimentos, conforme disposto no Parágrafo Quinto do Artigo 9º deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Nenhum investimento ou desinvestimento de Portfolio Alvo será realizado pelo FUNDO sem a prévia aprovação do Comitê de Investimentos.

Parágrafo Segundo. As deliberações do Comitê de Investimentos não deverão servir, a qualquer tempo, ou sob qualquer pretexto, para eximir a ADMINISTRADORA, ou quaisquer outras instituições contratadas para a custódia de valores ou execução de quaisquer outros serviços com relação ao FUNDO das obrigações, deveres e responsabilidades que lhes são respectivamente atribuídos por este Regulamento ou pela legislação.

Artigo 33. Convocação das Reuniões – As reuniões do Comitê de Investimentos serão convocadas pelo GESTOR, mediante aviso escrito, enviado por carta registrada com aviso de recebimento (AR) a cada membro, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência, indicando a data, horário, local da reunião e respectivas matérias a serem nela tratadas, juntamente com o material e informações previstos no Artigo 35 abaixo.

Parágrafo Primeiro. A não observância pelo GESTOR, do prazo fixado no caput do presente Artigo, resultará no direito de qualquer membro do Comitê de Investimentos solicitar a suspensão da reunião convocada, até que seja observado este prazo.

Parágrafo Segundo. A convocação de reunião do Comitê de Investimentos, na forma prevista no caput deste Artigo, poderá ser dispensada, quando todos os membros do Comitê de Investimentos estiverem presentes à reunião e concordarem com a dispensa da mesma.

Parágrafo Terceiro. Qualquer um dos membros do Comitê de Investimentos terá o direito de solicitar ao GESTOR que convoque uma reunião desse Comitê, apresentando a respectiva matéria a ser nela tratada. Nessa hipótese, retardando o GESTOR em enviar a respectiva convocação aos membros do Comitê de Investimentos por um prazo superior a 8 (oito) dias do recebimento da referida solicitação de um dos membros, ficará esse autorizado a enviar a respectiva convocação, com observância dos requisitos previstos no caput deste Artigo, exceto pelo envio de material e informações dos quais não disponha.



- 3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

Artigo 34. Periodicidade, Mesa e Quoruns de Instalação e Deliberação das Reuniões –

O Comitê de Investimentos reunir-se-á ordinariamente na primeira semana de cada trimestre e extraordinariamente sempre que os interesses do FUNDO assim o exigirem:

Parágrafo Primeiro. As reuniões serão presididas e secretariadas por pessoas indicadas pela GESTORA e à ela vinculadas.

Parágrafo Segundo. As reuniões instalar-se-ão com a presença de 2/3 dos membros efetivos eleitos, ressalvado o disposto no Parágrafo Quinto abaixo.

Parágrafo Terceiro. As deliberações do Comitê de Investimentos serão adotadas com a aprovação de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) dos seus membros efetivos eleitos, cabendo um voto a cada membro do Comitê de Investimentos e ressalvado o disposto no Parágrafo Quinto abaixo.

Parágrafo Quarto. Um membro do Comitê de Investimentos terá os seus direitos suspensos, incluindo-se o de voto nas deliberações postas em discussão nas reuniões do Comitê de Investimentos, na hipótese do Quotista que o elegeu se encontrar inadimplente com suas obrigações de integralização de Quotas, assumidas perante o FUNDO.

Parágrafo Quinto. Na hipótese de impedimento ou suspensão de direitos de voto de, no mínimo, 01 (um) membro do Comitê de Investimentos, o quorum de instalação e aprovação das matérias será reduzido para o total do número de membros não impedidos ou com os direitos suspensos. Porém, caso o único membro não impedido seja o indicado pelo GESTOR, então esse não poderá instalar ou aprovar qualquer matéria.

Parágrafo Sexto. Será permitido o voto por escrito, lavrando-se ata no livro de atas do Comitê de Investimentos contendo apreciação de matérias e respectivas aprovações, a qual deverá ser assinada por todos os membros do Comitê de Investimentos presentes à reunião. Poderão ser realizadas reuniões do Comitê de Investimentos com a participação de um ou mais de seus membros por meio de teleconferência, sendo que, nestes casos, o membro do Comitê que participar por teleconferência deverá, a seguir, enviar seu voto por escrito, por fac-símile, correio ou correio eletrônico, devidamente assinado.

Artigo 35. Informações e Material a serem entregues ao Comitê de Investimentos –

Para o bom desempenho do Comitê de Investimentos das funções que lhe são acima conferidas, o GESTOR compromete-se a enviar aos seus membros, juntamente com a respectiva convocação da Reunião, quando for o caso, todo o material necessário à avaliação de propostas de investimento ou desinvestimento a serem apresentadas, incluindo uma proposição específica com estudos e avaliações realizadas, que justifiquem o investimento ou o desinvestimento pelo FUNDO, bem como de quaisquer outros assuntos a serem nela tratados, incluindo, sem qualquer limitação, as seguintes informações.

I. Para a análise de propostas de realização de investimentos pelo FUNDO, no mínimo:

- (a) sumário executivo da proposta de investimento e seu detalhamento;
- (b) histórico da Companhia Alvo e pessoas-chave, incluindo, sem limitação, demonstrações financeiras relativas aos três últimos exercícios, se houver;
- (c) análise do mercado de atuação da Companhia Alvo, objeto do investimento;
- (d) análise econômico-financeira da Companhia Alvo, sujeita a alterações decorrentes da Auditoria;
- (e) análise e descrição da estruturação financeira da operação envolvendo o investimento na Companhia Alvo, incluindo retornos esperados, sujeita a alterações decorrentes da Auditoria;
- (f) principais aspectos societários e jurídicos da Companhia Alvo, sujeitos a alterações decorrentes da Auditoria;
- (g) principais riscos identificados e respectivas estratégias ou medidas que possam mitigá-los, sujeitos a alterações decorrentes da Auditoria; e
- (h) um plano de desinvestimento, que incluirá, sem limitação, uma descrição das principais alternativas de saída e prazo estimado para o desinvestimento.

II. Após a aprovação pelo Comitê de Investimentos de investimento em Companhia Alvo:

- (a) a data de conclusão do investimento na Companhia Alvo, sendo certo que os membros do Comitê de Investimento deverão tomar conhecimento de tal conclusão o mais breve possível e poderão divulgá-lo, caso tal divulgação não configure inadimplemento de compromissos assumidos no contexto do investimento; e



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

- (b) as justificativas para eventuais variações ocorridas nas condições apresentadas pelo GESTOR, nos termos do Inciso I deste Artigo acima, sendo que no caso de ocorrer mudança substancial nos termos da proposta, após a realização da Auditoria, a proposição deve retornar ao Comitê de Investimentos para nova deliberação.
- III. (a) Durante o Período de Investimento e sempre, no mínimo, a cada 90 (noventa) dias, fornecimento do relatório "Mapa de Acompanhamento de Projetos", contendo informações sobre o status de geração de negócios, enquadramento e análise das oportunidades de investimentos em análise pelo FUNDO, e (b) ao longo de toda a vida do FUNDO, e sempre, no mínimo a cada 90 (noventa) dias, fornecimento do relatório "Performance do Fundo", contendo informações a respeito das Companhias Investidas, apresentando análise dos resultados reais das companhias em relação ao projetado, expectativa de retorno por companhia; um plano geral de desinvestimentos de cada uma das Companhias Investidas, contendo eventual revisão do plano de desinvestimento apresentado quando da aprovação do investimento na Companhia Investida, nos termos do inciso I (h) acima; e análise da performance do FUNDO no período, incluindo a evolução do valor da Quota do FUNDO. As informações previstas nas alíneas (a) e (b) acima deste inciso III deverão ser atualizadas e encaminhadas ao Comitê de Investimentos, para análise, discussão e acompanhamento, por ocasião de cada reunião desse Comitê, que for realizada trimestralmente.
- IV. Para a análise de propostas de realização de desinvestimento pelo FUNDO, no mínimo:
 - (a) sumário executivo da proposta de desinvestimento e seu detalhamento; e
 - (b) análise e descrição da estrutura financeira da operação, incluindo, sem limitação, o valor a ser recebido pelo desinvestimento e o conseqüente retorno do investimento efetuado.
- V. Após cada desinvestimento, a data de sua conclusão, sendo certo que os membros do Comitê de Investimentos deverão tomar conhecimento de tal conclusão o mais

breve possível e poderão divulgá-lo, caso tal divulgação não configure inadimplemento de compromissos assumidos no contexto do desinvestimento.

Parágrafo Único. Não obstante o disposto no caput deste Artigo, os membros do Comitê de Investimento poderão solicitar informações adicionais ao GESTOR sobre o FUNDO ou as Companhias Investidas pelo FUNDO. O GESTOR compromete-se a manter cópias dos documentos celebrados pelo FUNDO, em relação aos investimentos e desinvestimentos nas Companhias Investidas pelo FUNDO, documentos esses que deverão permanecer à disposição dos membros do Comitê de Investimento e lhes serem enviados, caso solicitados ao GESTOR por qualquer um dos referidos membros.

Artigo 36. Conflito de Interesse - Todo membro do Comitê de Investimentos tem a obrigação de se abster de participar de quaisquer discussões e de votar sobre qualquer matéria, sob análise do Comitê de Investimentos, que possa lhe envolver em Conflito de Interesse, efetivo ou em potencial, de qualquer natureza, salvo se detiver informações que desabonem o investimento, assim como de votar nas reuniões do Comitê de Investimentos e/ou nas Assembléias Gerais de Quotistas realizadas para resolução de tal Conflito de Interesse

Parágrafo Primeiro. Dentre outras hipóteses, um membro do Comitê de Investimentos estará impedido de participar dos debates e votações, tendo por objeto matéria que envolva um interesse de Quotista que o tenha eleito ou represente ou, ainda, qualquer Pessoa Vinculada a tal Quotista, tais como exemplificativamente em situações relacionadas a co-investimentos em Companhias Investidas ou desinvestimentos em tais Companhias.

Parágrafo Segundo. Caso a ADMINISTRADORA ou o GESTOR venha a ser informado sobre qualquer situação de Conflito de Interesse, efetivo ou em potencial, com relação a qualquer decisão, a ser tomada pelo Comitê de Investimentos, deverá (i) abster-se de disponibilizar informações, a respeito da matéria em questão, ao Quotista e/ou ao membro do Comitê de Investimentos, envolvido no referido Conflito, e (ii) imediatamente comunicar o fato ao Comitê de Investimentos, hipótese em que ficará o membro do Comitê de Investimentos, envolvido em tal Conflito de Interesse, impedido de votar sobre a referida decisão.

Parágrafo Terceiro. Caso a ADMINISTRADORA ou o GESTOR venha a ser informado sobre qualquer situação de Conflito de Interesse, efetivo ou em potencial, com relação a qualquer decisão já tomada pelo Comitê de Investimentos, deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre o assunto.

CAPÍTULO IX



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

Assembléia Geral de Quotistas

Artigo 37. Competência – Além das matérias estabelecidas na regulamentação própria, e de outras matérias previstas em outros Artigos deste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral de Quotistas:

- I. Tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações financeiras auditadas e previsão anual de encargos apresentadas pela ADMINISTRADORA;
- II. Alterar o Regulamento do FUNDO;
- III. Deliberar sobre a destituição, com ou sem Justa Causa, da ADMINISTRADORA, ou do GESTOR, considerada, entre outras, a ocorrência dos fatos discriminados nos Artigos 18, 19 e 21 deste Regulamento;
- IV. Deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do FUNDO;
- V. Deliberar sobre a emissão de novas quotas, observado o disposto no Artigo 55 deste Regulamento;
- VI. Deliberar sobre alterações na Taxa da Administradora, Taxa do Gestor e/ou da Taxa de Performance;
- VII. Deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do FUNDO, previsto no Artigo 2º deste Regulamento;
- VIII. Deliberar sobre a execução de investimentos que excedam os limites impostos pelo Artigo 6º, incisos III e IV deste Regulamento;
- IX. Deliberar sobre a destituição ou substituição do Auditor Independente ou do Custodiante do FUNDO;
- X. Deliberar, quando for o caso, sobre a necessidade de avaliação econômica, conforme previsto no inciso XII do artigo 59 deste Regulamento;

- XI. Deliberar sobre o índice de atualização monetária que, no caso do IPCA vir a ser extinto ou deixé de ser calculado ou divulgado, deva ser aplicado como Indexador, para fins do presente Regulamento e do Contrato de Investimento;
- XII. Deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Quotas do FUNDO
- XIII. Dirimir quaisquer questões decorrentes de Conflito de Interesse na condução dos negócios do FUNDO;
- XIV. Deliberar sobre o substituto de Pessoal Chave, assim como de alteração do respectivo tempo de dedicação de Pessoal Chave às atividades do FUNDO, como previsto no Parágrafo Terceiro do Artigo 17 deste Regulamento.
- XV. Em surgindo dúvidas ou controvérsias, deliberar, para quaisquer fins previstos neste Regulamento e no Contrato de Investimento a respeito da efetiva caracterização de qualquer evento como Mudança Substancial;
- XVI. Deliberar, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas no Parágrafo Terceiro do Artigo 17 ou do Artigo 21 deste Regulamento, sobre a suspensão do pagamento da Taxa do Gestor e/ou da Taxa da Administradora e/ou de chamadas de capital aos quotistas para subscrição ou integralização de Quotas, o prosseguimento ou suspensão das atividades do FUNDO, alteração de sua Política de Investimento e/ou tomada de qualquer outra medida apropriada para assegurar as condições mínimas para funcionamento do FUNDO ou sua liquidação;
- XVII. Deliberar sobre a admissão de qualquer novo quotista no FUNDO que, não tendo firmado o Contrato de Investimento, deverá assinar um Termo de Adesão ou Termo de Cessão, conforme o caso, para o fim de vincular-se integralmente ao Contrato de Investimento, sendo certo que a recusa à admissão de qualquer novo quotista, nos termos do presente inciso, deverá ser acompanhada das respectivas razões motivadoras de tal recusa, não estando porém tais razões sujeitas a qualquer tipo de demonstração ou comprovação por qualquer Quotista que as venha eventualmente apresentar, nem à discussão ou possibilidade de controvérsia pelos demais Quotistas, pela ADMINISTRADORA, pelo GESTOR ou por quaisquer outros terceiros;
- XVIII. Avaliar o desempenho do FUNDO através de relatórios e informações fornecidos pela ADMINISTRADORA, GESTOR e demais prestadores de serviços do FUNDO acerca do desempenho das Companhias Investidas; e
- XIX. Deliberar sobre os honorários e despesas dos consultores externos encarregados da avaliação econômica da carteira de investimentos do FUNDO ou de qualquer ativo



BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

-3 JAN 11 805136

BNY Mellon Serviços Financeiros

mobiliário integrante da carteira de investimentos, quando referida avaliação econômica for requerida pela Assembléia Geral de Quotistas ou pela CVM

- XX. Deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informação de Quotistas, observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 15 supra;
- XXI. Deliberar, quando for o caso, sobre a solução a ser adotada na hipótese de retorno de ativos por ocasião da liquidação dos investimentos do FUNDO, como previsto no parágrafo quinto do artigo 57 deste Regulamento;
- XXII. Ratificar a deliberação do Comitê de Investimentos sobre a liquidação ou baixa contábil, total ou parcial, de investimentos.
- XXIII. Aprovar a propositura de medidas judiciais, em nome do FUNDO, em face de terceiros, destacando-se que no caso de medidas propostas contra o FUNDO, a prévia aprovação da Assembléia Geral não será necessária; e
- XXIV. Aprovar qualquer alteração ao quorum necessário para decisões.

Artigo 38. Alterações ao Regulamento, independentemente da aprovação dos Quotistas – Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento à expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

Artigo 39. Convocação da Assembléia Geral de Quotistas - A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pela ADMINISTRADORA ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de Quotas subscritas e integralizadas do FUNDO.

Parágrafo Primeiro. A convocação da Assembléia Geral de Quotistas dar-se-á, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, mediante carta ou correio eletrônico, registrada com aviso de recebimento (AR) emitida a cada um dos Quotistas, devidamente protocolada ou recibo eletrônico de confirmação de recebimento, conforme o caso.

Parágrafo Segundo. A correspondência de convocação indicará, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas, a descrição dos assuntos a serem discutidos e votados, e encaminhará os documentos e informações necessárias à tomada das deliberações.

Parágrafo Terceiro. Independentemente da convocação prevista neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a qual comparecerem todos os Quotistas.

Artigo 40. Instalação da Assembléia Geral de Quotistas - As Assembléias Gerais de Quotistas poderão ser instaladas com, no mínimo, a presença dos Quotistas detentores da maioria simples das Quotas subscritas e integralizadas do FUNDO. Os presentes deverão assinar o livro de presença de Quotistas às Assembléias Gerais de Quotistas.

Parágrafo Primeiro. Serão considerados qualificados para comparecer à Assembléia Geral de Quotistas, os representantes legais dos Quotistas ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Parágrafo Segundo. Os Quotistas também poderão participar e votar na Assembléia Geral de Quotistas mediante conferência telefônica ou votar através de comunicação escrita ou correio eletrônico, desde que recebida pela ADMINISTRADORA antes da Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo Terceiro. A Assembléia Geral de Quotistas será presidida e secretariada por pessoas indicadas pela ADMINISTRADORA e a ela vinculadas,.

Artigo 41. Deliberação pela Assembléia Geral de Quotistas - As deliberações sendo tomadas pelo critério de maioria das Quotas subscritas e integralizadas, com cada Quota correspondendo a um voto, ressalvado o disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo, além do Parágrafo Terceiro do Artigo 42 deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Em relação às matérias dos incisos II, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XV, XII a XVII e XXI do Artigo 37 acima, as deliberações serão tomadas por Quotistas que conjuntamente sejam detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Quotas subscritas e integralizadas, e sem prejuízo do disposto no parágrafo segundo deste Artigo. Sempre que a aplicação dessa fórmula resultar em número fracionário, este será arredondado para cima, até o número inteiro mais próximo do resultado anterior.

Parágrafo Segundo. A alteração do presente Regulamento, para modificação de qualquer quorum de deliberação aqui previsto, somente será válida se aprovada por Quotistas titulares



- 3 JAN 11 805136

REGISTRADO E MICROFILMADO
LIVRO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

de Quotas subscritas e integralizadas do FUNDO, que totalizem, no mínimo, o referido quorum a ser modificado.

Artigo 42. Ao final da Assembleia Geral de Quotistas deverá ser lavrada Ata no Livro de Atas das Assembleias Gerais de Quotistas, contendo apreciação de matérias e respectivas deliberações, a qual deverá ser assinada por todos os Quotistas presentes e enviada por meio de fac-símile e correio eletrônico endereçado a cada Quotista.

Artigo 43. Cômputo de Votos - Na Assembleia Geral de Quotistas serão computados apenas os votos correspondentes às Quotas que tenham sido integralizadas nos termos, prazos e condições estabelecidos neste Regulamento, assim como no Contrato de Investimento, e que se encontrem depositadas na conta de depósito em nome dos referidos Quotistas até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização.

Parágrafo Único. As Quotas detidas pelos Quotistas impedidos de votar por Conflito de Interesse ou em razão de inadimplemento não serão computadas no quorum de deliberação da respectiva matéria.

Artigo 44. Conflito de Interesses - A ADMINISTRADORA ou o GESTOR, assim como seus respectivos controladores e/ou Quotista(s) por qualquer um deles controlado(s), direta ou indiretamente, ou, ainda, qualquer Pessoa Vinculada a eles, que forem Quotistas do FUNDO, ficarão impedidos de votar nas hipóteses dos incisos III, VI, XIV e XVI do "caput" do Artigo 37 acima, assim como em quaisquer outras situações de Conflito de Interesse que os possam envolver, direta ou indiretamente, incluindo sobre a admissão de exceções às vedações constantes deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Ficarão outrossim impedidos de votar na Assembleia Geral de Quotistas todos os envolvidos em situação de Conflito de Interesse com o FUNDO, efetivo ou em potencial. Dentre outras hipóteses, um Quotista estará impedido de participar dos debates e votações, tendo por objeto matéria que envolva um interesse dele próprio ou, ainda, de qualquer Pessoa Vinculada a ele, tais como exemplificativamente em situações relacionadas a co-investimentos em Companhias Investidas ou desinvestimentos em tais Companhias.

Parágrafo Segundo. Caso a ADMINISTRADORA ou o GESTOR venha a ser informado sobre qualquer situação de Conflito de Interesse, efetivo ou em potencial, com relação a qualquer decisão, a ser tomada pela Assembléia Geral de Quotistas, deverá (i) abster-se de disponibilizar informações, a respeito da matéria em questão, ao Quotista e/ou qualquer Pessoa Vinculada a ele, envolvido no referido Conflito, e (ii) imediatamente comunicar o fato à Assembléia Geral de Quotistas, hipótese em que ficará o Quotista e/ou qualquer Pessoa Vinculada a ele, envolvido em tal Conflito de Interesse, impedido de votar sobre a referida decisão.

Parágrafo Terceiro. Caso a ADMINISTRADORA ou o GESTOR venha a ser informado sobre qualquer situação de Conflito de Interesse, efetivo ou em potencial, com relação a qualquer decisão já tomada pela Assembléia Geral de Quotistas, deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre o assunto.

CAPÍTULO X

Colocação, Emissão, Negociação e Amortização de Quotas

Artigo 45. Primeira e Única Emissão de Quotas - Características - A primeira e única emissão de Quotas do FUNDO será composta de 1.300 (mil e trezentas) Quotas, de valor unitário de R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais), divididas em 1.010 (mil e dez) Quotas de Classe A e 303 (trezentas e três) Quotas de Classe B, totalizando um Patrimônio Comprometido de até R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de Reais), valor esse que deverá corresponder ao resultado da soma dos valores de todos os compromissos de investimento assumidos pelos Quotistas no Contrato de Investimento, Termos de Adesão e respectivos Boletins de Subscrição.

Artigo 46. Patrimônio Comprometido Mínimo - O FUNDO deverá possuir um Patrimônio Comprometido Mínimo de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais) para que possa entrar em funcionamento após a Data de Autorização para Funcionamento do FUNDO pela CVM.

Artigo 47. Características das Quotas - As Quotas do FUNDO corresponderão a frações ideais de seu patrimônio líquido e terão forma escritural nominativa.

Parágrafo Primeiro. As Quotas do FUNDO serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares junto ao Custodiante.

Parágrafo Segundo. As Quotas de Classe A e as Quotas de Classe B conferirão a seus titulares idênticos direitos econômicos e patrimoniais. As Quotas de Classe A e as Quotas de



BNY MELLON
ASSET SERVICING

-3 JAN 11 805136

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

Classe B conferirão direitos políticos diferenciados tão somente com relação à eleição dos membros do Comitê de Investimentos, como previsto no Artigo 31 deste Regulamento.

Parágrafo Terceiro. A responsabilidade de cada Quotista é restrita ao valor das Quotas por ele subscritas e cada um responde, apenas e estritamente, pela integralização das Quotas que tenha subscrito, na forma prevista no Contrato de Investimento e neste Regulamento. Em nenhuma hipótese, um Quotista será obrigado a fazer aportes adicionais ao FUNDO para compensar deficiências decorrentes do inadimplemento de quaisquer outros Quotistas, nem será permitido alocar recursos aportados por Quotistas adimplentes para a cobertura, direta ou indireta, das referidas deficiências.

Artigo 48. Subscrições das Quotas - No ato da subscrição das Quotas, o subscritor assinará Boletim de Subscrição que será autenticado pela ADMINISTRADORA ou pela instituição autorizada a processar a subscrição e a integralização das Quotas de emissão do FUNDO.

Parágrafo Primeiro. Do Boletim de Subscrição, na forma anexa ao Contrato de Investimento, constará:

- I. Nome e qualificação do subscritor;
- II. Número de Quotas subscritas; e
- III. Preço de subscrição, valor total a ser integralizado e respectivo prazo, especificando (1) no caso de integralização de Quotas no ato da subscrição: a data da integralização e forma de pagamento, ou (2) integralização de Quotas em data posterior à data de sua subscrição: a condição de que tal integralização estará sujeita à satisfação integral de todas as condições prévias acordadas neste Regulamento e no Contrato de Investimento, a informação sobre a obrigação de realizar a prestação correspondente às Quotas subscritas e sobre as demais condições decorrentes da eventual mora ou do inadimplemento, como previsto nos Artigo 54 e Parágrafos.

Parágrafo Segundo. O FUNDO não cobrará taxa de ingresso ou de saída dos investidores que subscreverem Quotas.

Parágrafo Terceiro. As taxas, despesas e prazos do FUNDO são idênticos para todos os Quotistas.

Artigo 49. Prazo máximo para as subscrições das Quotas - O prazo máximo para as subscrições das Quotas, objeto da emissão fixada no Artigo 45 supra, será de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data do deferimento pela CVM de, conforme o caso, a constituição do FUNDO, o registro ou a dispensa do registro de distribuição das Quotas, sendo canceladas as Quotas emitidas pelo FUNDO que não sejam subscritas por qualquer investidor dentro do prazo mencionado neste Artigo.

Artigo 50. Contrato de Investimento e Anexos - Os Quotistas iniciais do FUNDO assinarão, em conjunto, o Contrato de Investimento e, cada um, o seu respectivo Boletim de Subscrição, na forma anexa ao Contrato de Investimento. Qualquer investidor que, não tendo firmado originalmente o Contrato de Investimento, venha a ser admitido como novo Quotista no FUNDO, nos termos previstos neste Regulamento, deverá assinar, além do Boletim de Subscrição, (i) um termo de adesão (o "Termo de Adesão", cuja minuta encontra-se anexa ao Contrato de Investimento), no caso de subscrição de Quotas do FUNDO, ou (ii) um termo de cessão (o "Termo de Cessão", cuja minuta encontra-se anexa ao Contrato de Investimento), no caso de aquisição de Quotas do FUNDO, transferidas pelos subscritores originais do Contrato de Investimento, para o fim de, em qualquer um dos casos, vincular-se integralmente aos termos e condições do Contrato de Investimento, bem como fixar e/ou confirmar o valor total do seu respectivo compromisso de investimento no FUNDO, nas respectivas formas anexas ao Contrato de Investimento.

Parágrafo Único. Em ocorrendo alterações ou aditamentos ao Contrato de Investimento e/ou a seus anexos, firmados com observância das respectivas disposições ali previstas aplicáveis a tais alterações ou aditamentos, o presente Regulamento deverá ser correspondentemente alterado, mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, para o fim de que o Anexo I a este Regulamento passe a refletir a nova versão do Contrato de Investimento e/ou a de seus Anexos, tal como alterada ou aditada. Será ineficaz, não produzindo quaisquer efeitos, a celebração de qualquer Contrato de Investimento em desacordo com os termos e condições previstos na forma do Contrato de Investimento.

Artigo 51. Integralização das Quotas – Na medida em que ocorrerem Chamadas para Integralização, as Quotas serão integralizadas à vista em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica disponível - TED, e as importâncias recebidas na integralização de Quotas deverão ser depositadas em instituição financeira, em nome do FUNDO, sendo obrigatória sua imediata aplicação em títulos do Portfolio Flutuante.



BNY MELLON
ASSET SERVICING

BNY Mellon Serviços Financeiros

- 3 JAN 11 805136

REGISTRADO E MICROFILMADO
CÓDIGO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Parágrafo Primeiro. Todas as integralizações de Quotas, incluindo a prevista no Artigo 53, estarão sempre sujeitas à satisfação integral de todas as condições previstas neste Regulamento, bem como no Contrato de Investimento e, exceto na hipótese prevista no Artigo 54 deste Regulamento, não estarão sujeitos a qualquer ajuste, correção ou juros. Nenhum Quotista estará sujeito a quaisquer ônus ou cominações por deixar de subscrever e/ou integralizar Quotas do FUNDO em virtude do não atendimento das condições previstas no Contrato de Investimento.

Parágrafo Segundo. Do recibo de integralização de Quotas fornecido ao Quotista, deverá constar, expressamente, o valor dos recursos entregues a título de integralização das Quotas, bem como o número ou proporção de Quotas subscritas e integralizadas. O recibo de integralização será autenticado pela ADMINISTRADORA ou pela instituição autorizada a processar a subscrição e a integralização das Quotas de emissão do FUNDO.

Parágrafo Terceiro. Os valores integralizados serão alocados para integralização de um número inteiro de Quota devida pelo respectivo Quotista. Em cada chamada para integralização de Quotas, observar-se-á com relação a cada Quotista uma proporção de integralização do total das respectivas Quotas por cada um deles subscritas que seja idêntica para todos os Quotistas. Assim, caso já tenha havido uma ou mais chamadas para integralização de Quotas, no momento em que ocorrer qualquer nova subscrição de Quotas, referentes à mesma emissão, cada um dos Quotistas, que vier a subscrever essas últimas, deverá integralizar, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, um número total de Quotas necessário que o faça deter, após tal subscrição, Quotas integralizadas na mesma proporção ("Percentual de Integralização") daqueles que já tiverem integralizado Quotas (não computadas as novas Quotas subscritas em tal ato). O Quotista cujo Percentual de Integralização for diluído em razão da subscrição de novas Quotas, quer por ele próprio ou por novos Quotistas, deverá, na chamada para integralização de capital subsequente, integralizar Quotas adicionais, às que deveria originalmente integralizar, para o fim de recompor o Percentual de Integralização detido anteriormente a tal subscrição.

Parágrafo Quarto. Não obstante a regra da proporção idêntica de Percentual de Integralização prevista no Parágrafo Terceiro acima, caso a ADMINISTRADORA constatare que o valor da integralização a ser realizada pelos Quotistas, observando-se a proporção entre o valor total das respectivas Quotas por cada um deles subscritas e o valor da integralização a ser realizada por cada um deles na ocasião, acabará por resultar em Quotas

fracionadas, poderá a ADMINISTRADORA deixar de aplicar rigorosamente a referida regra, desde que, em tal hipótese, (i) arredonde o número de Quotas a serem integralizadas pelos Quotistas para números inteiros (para mais ou para menos), conforme o valor, mais próximo, resultante do cálculo inicialmente efetuado em observância à referida regra da proporção idêntica e (ii) busque corrigir ou diminuir, o máximo possível, as diferenças resultantes do acima referido arredondamento, nas chamadas a serem realizadas imediatamente a seguir. A eventual não observância da regra da proporção idêntica de Percentual de Integralização nas chamadas de capital na hipótese prevista neste Parágrafo representa mero ajuste para evitar a existência de Quotas fracionadas, não devendo jamais resultar na obrigação de quaisquer dos Quotistas em integralizar Quotas em número superior às por eles subscritas.

Artigo 52. Chamadas para Integralização das Quotas - Após a aprovação de investimentos pelo Comitê de Investimentos e após o recebimento de recomendação do GESTOR, a ADMINISTRADORA efetuará, a(s) chamada(s) para a integralização das Quotas que deverá(ão) ser realizada(s) pelos Quotistas no(s) respectivo(s) prazo(s) previsto(s) na(s) chamadas(s), sendo certo que tal prazo não poderá, em qualquer hipótese, ser inferior a 30 (trinta) dias a contar do recebimento da correspondência da ADMINISTRADORA, contendo a chamada para a integralização.

Parágrafo Primeiro. Nenhuma chamada para integralização de Quotas subscritas será realizada pela ADMINISTRADORA enquanto os recursos do FUNDO não se encontrarem enquadrados nos limites previstos no Artigo 6º deste Regulamento.

Parágrafo Segundo. As integralizações de Quotas deverão ser chamadas até o término do Período de Investimento, ressalvado que os Quotistas poderão receber, durante o prazo de duração do FUNDO, chamada(s) para que efetuem a integralização das Quotas referentes aos recursos necessários: (i) às despesas do FUNDO; (ii) aos aportes nas Companhias Alvo pelo FUNDO, quando estes, apesar de estruturados durante o Período de Investimento, acabem por exceder o prazo de tal Período; e (iii) a aportes adicionais, não previstos na estruturação inicial do investimento, e que eventualmente venham ser aprovados pelo Comitê de Investimentos em favor de Companhias Investidas durante o Período de Investimento, desde que a soma de tais novos investimentos não ultrapasse o limite de 20% do Patrimônio Comprometido, e, ainda, desde que atendidos, em qualquer dessas hipóteses, os seguintes limites (a) não poderão ser realizadas chamadas após 02 (dois) anos do encerramento do Período de Investimento, (b) não poderão ser realizados investimentos pelo FUNDO, que excedam o valor total do Patrimônio Comprometido previsto no Artigo 45 deste Regulamento, e (c) em nenhuma hipótese serão realizadas chamadas de integralização de Quotas que excedam o valor total das Quotas subscritas por cada Quotista.

Artigo 53. Integralização Mínima Inicial - Sujeito ao atendimento de todas demais as condições previstas neste Regulamento e no Contrato de Investimento, os Quotistas serão



-3 JAN 11 805136

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

chamados a realizar uma integralização mínima inicial em valor correspondente a até 5% (cinco por cento) das respectivas Quotas subscritas, para a qual será dispensada a aprovação prévia do Comitê de Investimentos prevista neste Regulamento, assim como a observância do requisito previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 52.

Artigo 54. Inadimplemento da Obrigação de Integralizar as Quotas - O Quotista que não fizer o pagamento nas condições previstas neste Regulamento e no Contrato de Investimento ficará automaticamente e de pleno direito, independente de qualquer outra formalidade ou comunicação, constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo Indexador, *pro rata temporis*, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o débito corrigido.

Parágrafo Primeiro. Caso o Quotista inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de integralizar as Quotas subscritas do FUNDO, estabelecida no Contrato de Investimento, as amortizações, dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de recebimento a que fizer jus serão utilizadas para compensação dos débitos existentes com o FUNDO até o limite de seus débitos.

Parágrafo Segundo. O Quotista inadimplente terá, ainda, seu direito de voto suspenso com relação às Quotas, cuja integralização se encontre em atraso, não podendo exercê-lo na Assembléia Geral de Quotistas do FUNDO enquanto perdurar a situação de inadimplência. Apesar da suspensão do direito de voto, o Quotista deverá ser convocado para a Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo Terceiro. Ainda, sem prejuízo do disposto nos demais parágrafos do presente Artigo, persistindo a mora do Quotista por um prazo superior a 90 (noventa) dias a contar da data do vencimento da obrigação, deverá a ADMINISTRADORA convocar uma Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre quais procedimentos a ADMINISTRADORA deverá adotar em relação ao Quotista inadimplente.

Artigo 55. Emissão de novas Quotas - Qualquer emissão e distribuição de novas Quotas pelo FUNDO estarão sujeitas à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, nos termos

dos Artigos 37, inciso XII e 41, Parágrafo Primeiro, deste Regulamento, registro na CVM e, ainda, às seguintes regras:

- a) Na proporção do número de Quotas que possuírem, os Quotistas terão direito de preferência para a subscrição das Quotas, objeto da nova emissão, direito esse que deverá ser exercido por cada Quotista no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da respectiva Assembléia Geral de Quotistas, que aprovar a referida emissão. Será ainda assegurado aos Quotistas o direito de solicitar, nos respectivos Boletins de Subscrição, reserva das sobras de quaisquer Quotas que deixarem de ser subscritas pelos demais Quotistas dentro do acima referido prazo de 30 (trinta) dias para exercício do direito de preferência. Em tal hipótese, as sobras serão rateadas entre os Quotistas que tiverem solicitado a sua reserva, na proporção das respectivas Quotas por eles subscritas. A Assembléia Geral de Quotistas, que aprovar a nova emissão de Quotas, fixará o prazo máximo para a subscrição das Quotas que remanescerem não subscritas, após findo o acima referido prazo para exercício do direito de preferência previsto no presente inciso ou, conforme o caso, o respectivo saldo não rateado; e
- b) O valor unitário das novas Quotas não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e o seu respectivo preço de emissão deverá ser fixado de forma a não acarretar a diluição injustificada da participação dos antigos Quotistas do FUNDO, ainda que tenham direito de preferência para subscrever as novas Quotas, tendo em vista o valor econômico dos investimentos do FUNDO, determinado por empresa independente especializada, nos termos da Instrução CVM nº 438/06, a menos que outra forma de avaliação das novas Quotas seja aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum qualificado de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 41 supra.

Artigo 56. Resgate de Quotas – Não haverá resgate de Quotas, a não ser pelo término do prazo de duração do FUNDO ou sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas nos Parágrafos deste Artigo a seguir.

Artigo 57. Amortização de Quotas – Por ocasião da liquidação, total ou parcial, dos investimentos do FUNDO em Companhias Investidas, será o respectivo produto, oriundo da tal liquidação, obrigatoriamente destinado à amortização de Quotas, salvo se, durante o Período de Investimento, o Comitê de Investimentos deliberar pelo reinvestimento, parcial ou total, do lucro aferido na operação em Companhia Investida, lucro esse que, para fins do ora previsto, deverá ser considerado como o montante que exceder ao valor correspondente ao principal do capital investido pelos Quotistas no FUNDO, atualizado pela variação do Indexador e acrescido de 6,0% (seis por cento) a.a., a partir de cada data de integralização de Quotas e até a data da amortização.



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

Parágrafo Primeiro. Das amortizações de Quotas serão deduzidas quaisquer despesas direta e especificamente incorridas com relação ao investimento, ou à sua alienação, incluindo a participação do GESTOR nos respectivos resultados, conforme o caso, na forma do Artigo 27 deste Regulamento.

Parágrafo Segundo. Rendimentos, dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos por Companhias Investidas, assim como quaisquer outros valores recebidos pelo FUNDO em decorrência de seus investimentos nas referidas Companhias, deverão, durante o Período de Investimento, ser destinados a reinvestimentos, mediante aprovação prévia do Comitê de Investimentos. Durante o Período de Desinvestimento, os valores previstos neste parágrafo serão destinados à amortização de Quotas, na forma prevista neste Artigo.

Parágrafo Terceiro. Respeitado o prazo de carência para Amortizações de 1 (um) ano a contar da data da primeira integralização do Quotas, as amortizações de Quotas previstas neste Artigo, deverão ser pagas aos Quotistas sempre em moeda corrente nacional em até 5 (cinco) dias úteis após a efetiva entrada dos recursos no FUNDO, não sendo admitidas amortizações em bens e direitos, nem mesmo por ocasião da liquidação ou encerramento do FUNDO, observado o previsto no Parágrafo Quinto deste Artigo.

Parágrafo Quarto. A liquidação dos ativos do FUNDO será feita por meio de uma das formas a seguir:

- a) venda em bolsa de valores, em mercado de balcão organizado, em mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, conforme o tipo de ativo integrante da Carteira, observado o disposto na legislação aplicável; ou
- b) exercício, em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, em mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, de opções de venda, negociadas pelo GESTOR quando da realização dos investimentos.

Parágrafo Quinto. Não sendo possível obter-se a liquidação dos investimentos do Portfolio Alvo por meio das formas previstas no parágrafo anterior, será convocada Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a solução a ser adotada.

Artigo 58. Negociações de Quotas - As Quotas do FUNDO poderão ainda ser negociadas e transferidas privadamente, desde que admitido e observadas as condições descritas neste Regulamento e na legislação aplicável, mediante Termo de Cessão, como previsto no artigo 50 acima, assinado pelo cedente e pelo cessionário (com firma reconhecida) e registrado em cartório de títulos e documentos, sendo que as cotas do FUNDO somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, todas as obrigações deste perante o FUNDO no tocante à sua integralização. O Termo de Cessão, devidamente registrado, deverá ser encaminhado pelo cessionário à ADMINISTRADORA. A ADMINISTRADORA atestará o recebimento do Termo de Cessão, encaminhando-o ao Custodiante para que só então seja procedida a alteração da titularidade das quotas nos respectivos registros do FUNDO, tendo a citada alteração, como data base, a data de emissão do recibo do Termo de Cessão pela ADMINISTRADORA.

Parágrafo Primeiro. Caso qualquer Quotista deseje alienar ou ceder, no todo ou em parte, suas Quotas, ou ainda na hipótese prevista no Parágrafo Terceiro do Artigo 54 deste Regulamento, os demais Quotistas terão direito de preferência à aquisição das referidas Quotas (doravante as "Quotas Ofertadas"), na proporção do número de Quotas do FUNDO de que forem respectivamente titulares à época, de acordo com os termos e condições previstos no parágrafo segundo a seguir.

Parágrafo Segundo. O Quotista que desejar alienar as Quotas Ofertadas, deverá enviar à ADMINISTRADORA as condições da operação pretendida, discriminando preço e respectivas condições de pagamento, bem como o nome do terceiro interessado (a "Oferta"). Uma vez recebida a Oferta, deverá a ADMINISTRADORA encaminhá-la a cada um dos demais Quotistas, juntamente com a convocação da Assembléia Geral de Quotista para deliberar sobre a admissão do novo Quotista, nos termos dos Artigos 37, inciso XVII e 41, Parágrafo Primeiro deste Regulamento. Os demais Quotistas, uma vez recebida a Oferta, terão então um prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do seu recebimento para, alternativamente:

- a) Expressar a intenção irrevogável de, sempre proporcionalmente ao número de Quotas do FUNDO de que forem respectivamente titulares à época, adquirir as Quotas Ofertadas, bem como, ainda, se desejarem, as eventuais sobras de quaisquer Quotas Ofertadas não adquiridas pelos demais Quotistas dentro do acima referido prazo de 30 (trinta) dias. Em tal hipótese, as Quotas Ofertadas, inclusive, quando for o caso, eventuais sobras de tais Quotas, serão adquiridas pelo Quotista interessado e a ele transferidas, de acordo com os mesmos termos e condições da Oferta, dentro do período dos 15 (quinze) dias subseqüentes ao término do prazo de 30 (trinta) dias para a manifestação pelos demais Quotistas; ou

Explícita ou tacitamente recusar as Quotas Ofertadas, sendo que a não manifestação por qualquer Quotista, dentro do acima referido prazo de 30 (trinta) dias, será considerada como



-3 JAN 11 805136

BNY MELLON
ASSET SERVICINGREGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

uma recusa expressa em adquirir as Quotas Ofertadas. Na hipótese de tal recusa, a totalidade das Quotas Ofertadas ou, conforme o caso, o seu respectivo saldo não adquirido pelos demais Quotistas nos termos previstos na alienação acima, poderá ser transferida a terceiros, desde que, cumulativamente: (i) tal transferência seja realizada, segundo os mesmos termos e condições da Oferta, no período subsequente de 90 (noventa) dias após o término do período de 15 (quinze) dias previsto na alínea "a" acima, (ii) a admissão do novo Quotista tenha sido aprovada nos termos dos Artigos 37, inciso XVII e 41, Parágrafo Primeiro deste Regulamento, (iii) o novo Quotista tenha firmado um Termo de Adesão ou Termo de Cessão, conforme o caso, para o fim de vincular-se integralmente ao Contrato de Investimento e (iv) os adquirentes das Quotas que ainda não sejam Quotistas deverão igualmente atender aos requisitos aplicáveis a Investidor qualificado, nos termos da regulamentação da CVM aplicável aos Fundos de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários, bem como deverão aderir aos termos e condições do FUNDO por meio da assinatura e entrega à ADMINISTRADORA dos documentos por esta exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Quotistas do FUNDO.

Parágrafo Segundo. Nenhum Quotista poderá empenhar ou onerar suas Quotas, direitos de preferência ou quaisquer outros direitos inerentes às Quotas, sem o prévio consentimento por escrito dos demais Quotistas.

CAPÍTULO XI

Encargos do FUNDO

Artigo 59. Encargos - Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração de que trata o Capítulo VII deste Regulamento, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas pela ADMINISTRADORA e que, se incorridas pela ADMINISTRADORA, deverão ser reembolsadas pelo FUNDO, observada a previsão anual aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, como previsto no Artigo 37, inciso I do Regulamento e desde que nenhuma despesa resulte em chamada aos Quotistas de valores acima do saldo não integralizado das respectivas Quotas por eles subscritas:

I - taxas, impostos, ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

II - as despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas na regulamentação pertinente ou neste Regulamento;

III - as despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive com as comunicações feitas aos Quotistas;

IV - honorários e despesas do Auditor Independente responsável pela revisão das demonstrações financeiras do FUNDO, e da análise de sua situação e da atuação do GESTOR, inclusive com relação à Política de Investimento fixada neste Regulamento e nos prospectos;

V - os honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de condenação eventualmente imputada ao FUNDO, sendo certo que a propositura de medida judicial em nome do FUNDO em face de terceiros estará sujeita à aprovação prévia da Assembléia Geral de Quotistas, como previsto no inciso XXIII do Artigo 37 deste Regulamento;

VI - o valor das parcelas dos prejuízos eventualmente sofridos pelo FUNDO, que não sejam cobertos por apólice de seguro e não decorram de dolo, culpa ou negligência do GESTOR no exercício de suas atribuições;

VII - os prêmios de seguros sobre bens e direitos integrantes do patrimônio do FUNDO, bem como despesas com impostos e tarifas bancárias relativas às transferências de recursos do FUNDO entre bancos;

VIII - quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembléia Geral de Quotistas, até o limite de (i) 1,0 % (um por cento) do Patrimônio Comprometido, para despesas inerentes à constituição, e (ii) 1,0 % (um por cento) do Patrimônio Comprometido, para as demais despesas mencionadas neste item, que, em qualquer um dos casos, deverão ser devidamente comprovadas e aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas;

IX - a taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;

X - taxas de administração, performance e outras despesas incidentes nos fundos de renda fixa nos quais o FUNDO aplique seus recursos, além de taxas de corretagem, emolumentos e comissões referentes às operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;

XI - as despesas contratadas pelo GESTOR em nome do FUNDO relativas a auditorias fiscais, legais, contábeis, tecnológicas e ambientais e, ainda, custos de elaboração de

- 3 JAN 11 805136



BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

contratos, incorridos para a realização de investimentos em Companhias pelo FUNDO, que, embora aprovados pelo Comitê de Investimentos nos termos deste Regulamento, deixem de ser efetivamente realizados, sendo certo que as despesas previstas neste inciso poderão ser debitadas ao FUNDO desde que a realização das Auditorias e elaboração de contratos acima previstos tenham sido: (a) submetidas ao Comitê de Investimentos, juntamente com os valores das respectivas despesas e custos relativos a tais trabalhos, e por esse previamente aprovados, nos termos previstos do Artigo 32, inciso III deste Regulamento; e (b) definitiva e efetivamente concluídas e, ainda, os investimentos, a que tais trabalhos se refiram, tenham deixado de ser definitivamente realizados; e

XII - honorários e despesas dos consultores externos encarregados da avaliação econômica da carteira de investimentos do FUNDO ou de qualquer ativo mobiliário integrante da carteira de investimentos, quando referida avaliação econômica for requerida pela Assembléia Geral de Quotistas ou pela CVM.

Parágrafo primeiro – Quaisquer despesas não previstas neste Regulamento como encargos do FUNDO correrão por conta da GESTORA, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo segundo – A ADMINISTRADORA poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração Total sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pela ADMINISTRADORA, desde que o somatório dessas parcelas não exceda a qualquer tempo o montante total da Taxa de Administração Total devida pelo FUNDO à ADMINISTRADORA e ao GESTOR.

CAPÍTULO XII

Informações

Artigo 60. Entrega de Documentação aos Quotistas - No ato de subscrição de Quotas, o Quotista receberá da ADMINISTRADORA obrigatória e gratuitamente, contra recibo:

- I. Exemplar deste Regulamento;

- II. Breves históricos da ADMINISTRADORA e do GESTOR, com descrição da qualificação e experiência profissional de seus respectivos corpos técnicos na função de administrador e gestor de carteira, respectivamente;
- III. Exemplar do Prospecto;
- IV. Documento contendo claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o Quotista tenha que arcar.

Artigo 61. Divulgação de Ato ou Fato Relevante - A ADMINISTRADORA é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO ou a suas operações, de modo a garantir aos Quotistas acesso a informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões de adquirir ou alienar Quotas do FUNDO, sendo-lhe vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante compra ou venda de Quotas do FUNDO.

Parágrafo Primeiro. Entre as informações referidas acima, não se incluem informações sigilosas referentes às Companhias Investidas, obtidas pela ADMINISTRADORA ou GESTOR, sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos das Companhias Investidas.

Parágrafo Segundo. A ADMINISTRADORA e o GESTOR devem zelar para que a violação do disposto neste Artigo não possa ocorrer através de subordinados ou terceiros de sua confiança.

Parágrafo Terceiro. Os Quotistas e membros do Comitê de Investimentos devem zelar pelo sigilo e uso apropriado das informações obtidas e recebidas.

Artigo 62. Envio de Informações - A ADMINISTRADORA deverá remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página e aos Cotistas através de Comunicação por Escrito:

I - trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- a) valor do patrimônio líquido do FUNDO; e
- b) número de Quotas emitidas;

II - semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:

- a) valor patrimonial da Quota;

- 3 JAN 11 805136



BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

- b) composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
- c) balanço e demais demonstrações financeiras do FUNDO;
- d) relação das instituições encarregadas da prestação dos Serviços de Custódia;

III - anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:

- a) balanço anual e demais demonstrações financeiras anuais, acompanhadas de parecer do Auditor Independente;
- b) o valor patrimonial da Quota;
- c) os encargos debitados ao FUNDO, conforme disposto no art. 29 da Instrução CVM nº 209/94, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio mensal do FUNDO.

Artigo 63. Envio de Informações Adicionais - A ADMINISTRADORA deverá também enviar aos Cotistas, mediante informações a serem providenciadas pelo GESTOR, além das informações previstas no Artigo 62 acima:

I - semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, Relatório de Gestão do FUNDO, contendo:

- a) movimentação da carteira no semestre em valores mobiliários emitidos pelas Companhias Investidas;
- b) balanço e demonstrações financeiras semestrais das Companhias Investidas, bem como análise dos resultados reais destas com relação ao projetado, expectativa de retorno por Companhia, um plano geral de desinvestimento de cada uma com eventuais revisões do plano de desinvestimento apresentado ao Comitê de Investimentos quando da aprovação do investimento na Companhia Alvo nos termos da alínea (g) do inciso I do Artigo 35 deste Regulamento;

II - anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:

- a) movimentação no exercício da carteira em ações emitidos pelas Companhias Investidas;
- b) balanço e demonstrações financeiras anuais, acompanhadas do parecer de auditor independente, das Companhias Investidas;

- c) saldo do Quotista em número de Quotas e valor; e
- d) comprovante para efeitos de declaração de imposto de renda.

Parágrafo Primeiro. A ADMINISTRADORA colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede, os balancetes mensais.

Parágrafo Segundo. A ADMINISTRADORA e o GESTOR, mediante solicitação, comprometem-se a enviar aos Quotistas, no prazo de 30 (trinta) dias, todas as demais informações sobre o FUNDO e/ou sua administração ou gestão, desde que haja justificativa razoável para a requisição de tais informações e sem prejuízo ao FUNDO e demais Quotistas. Qualquer Quotista poderá solicitar o acesso diretamente por ele, ou de terceiros por ele indicados, às instalações da ADMINISTRADORA e do GESTOR, bem como o exame de quaisquer documentos referentes ao FUNDO e à sua administração e gestão, mediante prévia solicitação para tanto dirigida, conforme o caso, à ADMINISTRADORA e/ou ao GESTOR, solicitação essa que não será negada pela ADMINISTRADORA ou GESTOR sem a apresentação de justificativa razoável. Os Quotistas deverão guardar sigilo com relação a todas as informações que lhes sejam disponibilizadas, nos termos do presente parágrafo, e que não sejam divulgadas publicamente.

Parágrafo Terceiro. Os Quotistas terão o direito a divulgar publicamente todos os investimentos e desinvestimentos realizados pelo FUNDO, inclusive as informações previstas nos incisos II e V do Artigo 35 deste Regulamento, desde que mediante a aprovação prévia, por escrito, do GESTOR. O GESTOR deverá comunicar aos Quotistas, previamente à divulgação ou comunicação a quaisquer terceiros, com exceção das partes envolvidas no respectivo processo de investimento ou desinvestimento, o fechamento das operações, permitindo aos Quotistas que façam uso, ao seu critério, dos meios de divulgação das informações, indicando, expressamente, aos Quotistas, quando for o caso, quaisquer detalhes de tais operações, cuja divulgação deva ser evitada para o fim de não prejudicar as Companhias Investidas.

CAPÍTULO XIII

Vedações

Artigo 64. Vedações- É vedado à ADMINISTRADORA, direta ou indiretamente, em nome do FUNDO:

- I. Receber depósito em conta corrente;
- II. Contrair ou efetuar empréstimos sob qualquer modalidade;

- 3 JAN 11 805136



BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

- III. Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- IV. Negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 01 de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- V. Prometer rendimento pré-determinado aos Quotistas;
- VI. Aplicar recursos:
 - a) no exterior;
 - b) na aquisição de bens imóveis; e
 - c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.
- VII. Vender à prestação Quotas do FUNDO.

CAPÍTULO XIV

Demonstrações Contábeis e Patrimônio Líquido Contábil

Artigo 65. Escrituração Contábil Própria - O FUNDO terá escrituração contábil própria, sendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO segregadas das da ADMINISTRADORA, do GESTOR, bem como do Custodiante.

Artigo 66. Exercício Social - O exercício social do FUNDO encerrar-se-á no último dia útil do mês de fevereiro de cada ano.

Artigo 67. Demonstrações Financeiras do FUNDO - As demonstrações financeiras do FUNDO deverão ser elaboradas de acordo com as normas de escrituração expedidas pela CVM, devendo ser objeto de auditoria por auditor independente registrado na CVM ao encerramento de cada exercício social, que deverá, inclusive, se manifestar, em seu parecer, se os valores cobrados a título de Taxa da Administradora, Taxa do Gestor e Taxa de Performance encontram-se de acordo com o estabelecido neste Regulamento.

Artigo 68. Demonstrações Financeiras das Companhias Investidas - As demonstrações financeiras das Companhias Investidas deverão ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM.

Artigo 69. Patrimônio Líquido Contábil - O Patrimônio Líquido Contábil do FUNDO é constituído pela soma do disponível mais o valor da carteira, mais valores a receber, menos exigibilidades.

Artigo 70. Avaliação da Carteira - A avaliação da carteira do FUNDO dar-se-á, para cada valor mobiliário integrante da carteira, de acordo com os métodos dispostos no Anexo II ao presente regulamento, a seguir:

I. As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas:

(a) pelo valor patrimonial contábil das Companhias Investidas, levando-se em consideração, ainda, se houver, quaisquer direitos especiais atribuídos aos acionistas das Companhias Investidas, previstos em Estatuto Social e/ou em Acordo de Acionistas, em casos de liquidação, dissolução, encerramento, incorporação, fusão ou venda das companhias; ou

b) pelo custo de aquisição, com respectiva provisão para perda, conforme definido no Artigo 28 parágrafo 2º, sempre que este valor for superior ao valor patrimonial; ou

(c) pelo valor econômico, nos termos da Instrução CVM nº 305/99.

II. Ações com cotações em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado que tiverem nos últimos 3 (três) meses negociação mínima na bolsa de valores com maior liquidez ou mercado de balcão organizado superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ao mês e presença em pelo menos 1/3 (um terço) dos pregões, considerado cada mês como evento separado, serão avaliadas pela última cotação média em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado.

III. Ações com cotações em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado que não atingirem quesito de negociabilidade e liquidez constante no inciso II deste Artigo serão avaliadas pelo custo de aquisição atualizado pela variação do Patrimônio Líquido das respectivas empresas emissoras, constante nos últimos balanços patrimoniais disponíveis de tais empresas.

- 3 JAN 11 805136



BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

IV. Debêntures simples ou conversíveis de emissão de Empresas Emergentes Inovadoras serão avaliadas pelo valor do seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis* de acordo com as respectivas escrituras de emissão.

V. Títulos de renda fixa serão valorizados de acordo com o rendimento decorrente da curva de rentabilidade dos títulos (Preço Unitário da Curva), ajustados pelo valor de mercado quando aplicável

Parágrafo Primeiro. A Instrução CVM nº 438/06 será aplicável aos casos omissos e naquilo que não dispuser em contrário ao Regulamento do FUNDO.

Parágrafo Segundo. A eventual baixa dos saldos contabilizados de investimentos do FUNDO, ou o provisionamento da referida baixa, deverá ser efetuado em consonância com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como o tratamento previsto neste Regulamento aplicável a Perdas.

CAPÍTULO XV

Disposições Gerais

Artigo 71. Arbitragem – Os desentendimentos, dúvidas, controvérsias ou conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento serão submetidos a arbitragem.

Parágrafo Primeiro. A arbitragem será submetida ao Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil- Canadá ("CCBC") de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CCBC (doravante designado o "Regulamento CCBC").

Parágrafo Segundo. O litígio será decidido por um Tribunal Arbitral de 3 (três) árbitros, escolhidos de acordo com o Regulamento CCBC.

Parágrafo Terceiro. A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Brasil. A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem obedecerá ao disposto na Lei 9.307 de 1996 (Lei Brasileira de Arbitragem).

Parágrafo Quarto. As Partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, exclusivamente para medidas cautelares ou coercitivas, provisionais ou permanentes, e para a execução da sentença arbitral.

Parágrafo Quinto. O Tribunal Arbitral deverá proferir sua sentença no Brasil, dentro de 12 (doze) meses do início da arbitragem. Este prazo poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses pelo Tribunal Arbitral, desde que justificadamente.

Parágrafo Sexto. Os honorários dos advogados e demais despesas e custos serão suportados por uma ou por ambas as Partes, como for decidido pelo Tribunal Arbitral.

Parágrafo Sétimo. As Partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem.

Artigo 71. Regulamentação - O presente Regulamento, o FUNDO e os investimentos nele realizados pelos investidores serão regidos pela Instrução CVM nº 209/94 e alterações posteriores, em especial a Instrução CVM nº 415/05, e demais normativos que dispõem sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes ou a eles sejam aplicáveis, inclusive a Instrução CVM nº 406/04, que passam a fazer parte integrante deste Regulamento.

- - -

-3 JAN 11 805136



BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BNY Mellon Serviços Financeiros

PERFORMA INVESTIMENTOS SC-I
FUNDO DE INVESTIMENTO EM
EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS

REGULAMENTO

Anexo I

Lista de Atividades Excluídas

- Produtos, substâncias ou atividades considerados ilegais pelas leis e normas do país em questão, ou por convenções e tratados internacionais por este ratificados
- Armas e munições
- Tabaco¹
- Jogos de azar, cassinos e equivalentes²
- Animais e plantas silvestres disciplinados pela Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES)³, ou produtos derivados dos mesmos
- Materiais radioativos⁴
- Fibras de amianto soltas⁵
- Projetos ou operações florestais que não sejam consistentes com a Política de Meio Ambiente e observância de salvaguardas do BID (documento GN-2208-20).
- Compostos de bifenilo policlorado (PCBs)
- Produtos farmacêuticos sujeitos a eliminação gradual ou proibição internacionais⁶
- Pesticidas/herbicidas sujeitos a eliminação gradual ou proibição internacionais⁷
- Substâncias que destruam a camada de ozônio sujeitos a eliminação gradual internacional⁸
- Pesca no entorno marítimo com redes superiores a 2,5 km de extensão
- Movimentos transfronteiriços de resíduos ou produtos de resíduos⁹, exceto resíduos não perigosos destinados a reciclagem
- Poluentes orgânicos persistentes (POPs)¹⁰
- Descumprimento dos princípios fundamentais dos trabalhadores e seus direitos no trabalho¹¹

¹ Não se aplica aos patrocinadores de projetos não substancialmente envolvidos nessas atividades. "Não substancialmente envolvidos" significa que a atividade em questão é secundária em relação às operações principais do patrocinador do projeto.

² Não se aplica aos patrocinadores de projetos não substancialmente envolvidos nessas atividades. "Não substancialmente envolvidos" significa que a atividade em questão é secundária em relação às operações principais do patrocinador do projeto.

³ Cf. www.cites.org.

⁴ Não se aplica à aquisição de equipamentos médicos, equipamentos de controle de qualidade (medição) nem a outros equipamentos em que se possa demonstrar que a fonte radioativa é insignificante e/ou se encontra devidamente revestida.

⁵ Não se aplica à aquisição e uso de fibrocimento de amianto prensado em que o conteúdo de amianto seja < 20%.

⁶ Produtos farmacêuticos sujeitos a eliminação gradual ou proibição pelas Nações Unidas, *Banned Products: Consolidated List of Products Whose Consumption and/or Sale Have Been Banned, Withdrawn, Severely Restricted or Not Approved by Governments* (Última versão 2001, www.who.int/medicines/library/qsm/edm-qsm-2001-3/edm-qsm-2001_3.pdf)

⁷ Pesticidas e herbicidas sujeitos a eliminação gradual ou proibição incluídos nas Convenções de Roterdã (www.pic.int) e de Estocolmo (www.pops.int).

⁸ As substâncias que destroem a camada de ozônio (ODS) são compostos químicos que reagem com o ozônio estratosférico e o destroem, resultando nos amplamente difundidos "buracos na camada de ozônio". O Protocolo de Montreal enumera ditas substâncias, assim como as datas previstas de redução e eliminação gradual. Os compostos químicos regulamentados pelo Protocolo de Montreal incluem aerossóis, refrigeradores, agentes de expansão na produção de espuma, solventes e extintores de incêndio (www.unep.org/ozone/montreal.shtml),

⁹ Definidos pela Convenção da Basileia (www.basel.int).

¹⁰ Definidos pela Convenção Internacional sobre redução e eliminação de poluentes orgânicos persistentes (POPs) (de setembro de 1999) que atualmente inclui os pesticidas aldrina, clordano, dieldrina, endrina, heptacloro, mirex e toxafeno, assim como os clorobenzenos químicos de uso industrial (www.pops.int).

¹¹ Os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho significam: (i) a liberdade de associação e sindical, e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) a proibição a todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; (iii) a proibição ao trabalho infantil, incluída, sem que isso constitua qualquer limitação, a proibição de que pessoas menores de 18 anos trabalhem em condições perigosas (incluídas as atividades de construção), realizem trabalhos noturnos e sejam declaradas aptas para trabalhar com base em exame médico; e (iv) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação, em que a discriminação se define como qualquer diferença, exclusão ou preferência baseada em motivos de raça, cor, sexo, religião, opinião política ou origem nacional ou social (Organização Internacional do Trabalho, www.ilo.org).

- 3 JAN 11 805136



BNY MELLON
ASSET SERVICING

BNY Mellon Serviços Financeiros

PERFORMA INVESTIMENTOS SC-I

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM
EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS**

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

REGULAMENTO

Anexo II

Metodologia Marcação a Mercado

Ativo	Fontes
Títulos Públicos	Os títulos são apreçados pelos preços unitários de títulos públicos divulgados pelo Mercado Secundário da ANBIMA.
Títulos Privados	<p>A nossa metodologia de precificação de ativos privados obedece necessariamente a seguinte ordem de prioridade:</p> <p>a) Caso o ativo possua taxa divulgada pela ANBIMA, utilizamos essas taxas para calcular o PU de mercado;</p> <p>b) Caso o ativo não tenha taxa divulgada pela ANBIMA, o PU de mercado é dado pela mediana de preços fornecidos por um pool de players com forte participação no mercado (PIC);</p> <p>c) Quando os dados em questão não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o valor do título é apurado usando a metodologia de precificação cruzada. Caso não haja dados para a precificação cruzada ou o fluxo de amortização do papel não seja pré-definido precificamos o ativo na curva de aquisição,</p>
Ações	<p>São utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BM&FBovespa, obtidas por um arquivo enviado por ela mesma.</p> <p>As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo custo de aquisição. Caso aprovado em Assembléia Geral de Cotistas, serão admitidas como alternativas de avaliação: (a) quando possuírem</p>

	<p>como único ativo ações em investimento direto cotada em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da companhia investida, que será usado para atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à participação indireta nessa companhia; ou (b) contratação de empresa independente especializada e aprovada pelo BNY Mellon, nos termos da Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, para determinação do valor econômico, devendo tais ativos passarem a ser contabilizados pelo seu valor econômico.</p>
--	--